

Maíra Machado Bichir

A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da
dependência

Campinas

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Maíra Machado Bichir

**A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente
marxista da dependência**

Dissertação de mestrado apresentada
ao Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Unicamp para obtenção
do título de mestre, na área de Ciência
Política, sob a orientação do Prof. Dr.
Alvaro Gabriel Bianchi Mendez.

Campinas

2012

iii

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

B471p	<p>Bichir, Maíra Machado 1986 - A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência / Maíra Machado Bichir . -- Campinas, SP : [s. n.], 2012.</p> <p>Orientador: Alvaro Gabriel Bianchi Mendez. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Marxismo. 2. América Latina - Dependência. I. Bianchi, Álvaro, 1966- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------	--

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The problem of dependency: a study of Marxist Dependency Theory

Palavras-chave em inglês:

Marxism

Latin America - Dependency

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora:

Álvaro Gabriel Bianchi Mendez [Orientador]

Theotônio dos Santos Júnior

Armando Boito Junior

Data da defesa: 23-03-2012

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Maira Machado Bichir

A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência.

Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 23/03/2012.

Comissão Julgadora

Titulares:

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez - Orientador - IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Armando Boito Junior - IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Theotônio dos Santos Junior - UFF

Suplentes:

Prof. Dr. José Marcos Nayme Novelli - UFSCar

Prof. Dr. Wilson Vieira – Pós-Doc/UNICAMP

Campinas
Março de 2012

Dedico este trabalho aos meus pais e à minha irmã, equilíbrio e sustentação de minha existência, e ao Fábio, cujo carinho, paciência e incentivo me ajudaram a concretizar este projeto.

Agradecimentos

Aos meus pais, Sidney e Maísa e à minha irmã, Mayara, pelo apoio incondicional em minhas escolhas e decisões, pela presença integral e dedicada em todas as fases de minha vida, por me impulsionarem e incentivarem, acreditando sempre em mim e no meu trabalho e pelo amor e carinho desmedidos em todos os momentos, diante de fragilidades, inseguranças, decepções, mas também compartilhando alegrias, conquistas, amadurecimentos.

Ao Fábio, companheiro querido, por acompanhar de muito perto e mais ainda, por fazer e por ser parte desse processo de amadurecimento intelectual e de autoconhecimento, pelo qual passei durante o mestrado. Suas palavras, seu amor, sua confiança me estimularam a ir além, a seguir em frente, sou grata pelas conversas, pelos abraços, pela paciência, pelo tempo dedicado com sinceridade a mim, ao meu trabalho, à minha vida.

À minha família como um todo, avós, tios e tias, primos e primas; ao meu tio Sérgio e à minha avó Cyrene em particular. Ao meu tio, cujo diálogo e interlocução intelectual foram essenciais para o meu desenvolvimento acadêmico e para a minha pesquisa, a leitura atenta, as conversas e reflexões me ajudaram muito ao longo de minha trajetória, sustentando-me no caminho que eu decidi percorrer. À minha avó pelo amor, pela preocupação e pela dedicação incansável em acompanhar o meu dia-a-dia, mesmo estando longe, torcendo sempre por mim e pela minha felicidade.

Às minhas queridas amigas-irmãs, Carolina, Lara, Tchella, Luiza, Ana, Juliana, Patrícia, Natália, pela profunda e irreparável amizade. Mesmo distantes, nossa cumplicidade, identidade e reconhecimento permanecem enraizados em todas e em cada uma.

À Daniela e ao Rodolfo, companheiros de casa e grandes amigos, por dividirem descobertas, risadas, preocupações, ansiedades, aflições, nervosismos, surpresas e alegrias e pelo convívio diário e intenso durante os primeiros anos de mestrado.

Às minhas flores, Ellen, Aldrey e Larissa, descobertas maravilhosas do mestrado. A amizade das três tornou a minha vida muito mais leve e alegre. O que seria do mestrado sem nossas noites regadas a risadas e a pavês?! Sempre dispostas a escutar, a conversar, a

pensar comigo meus dilemas e dificuldades, minhas indecisões, minhas inseguranças. Sou grata ao seu carinho, compreensão e cumplicidade.

Ao Leonardo e à Paulinha, pela amizade e por compartilharem e estarem presentes em momentos importantes desse processo.

Ao meu orientador, Alvaro Bianchi, pela leitura atenta e pelos comentários cuidadosos à pesquisa e ao texto, e, sobretudo, pela confiança e pela seriedade demonstradas em relação ao meu trabalho.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa para Alternativas em Relações Internacionais (GARI), grupo dentro do qual me apaixonei pela temática da América Latina e no qual compartilhei discussões, debates, estudos, questões, inquietações e projetos. Meu trabalho carrega muitos traços desse espaço coletivo de reflexão.

Aos membros do grupo de pesquisa Marxismo e Pensamento Político, pelo enriquecedor debate de ideias, pelos diálogos críticos e construtivos, instigando-me, despertando-me para temas, questões e problemáticas novas. Seu papel teve grande relevância em minha pesquisa de mestrado, ao longo de sua trajetória.

À Tatiana Prado Vargas e ao Fernando Correa Prado, importantes interlocutores de minha pesquisa. Os materiais emprestados e sugeridos, as conversas, as leituras, as críticas e sugestões compuseram o meu trabalho, emprestando-lhe vivacidade.

Aos meus companheiros de militância, Felipe, Lela, Mari, Dennis e Caio, pela compreensão e pelo apoio diante das ausências, mas principalmente, pela energia renovada, pelos sonhos, anseios e lutas compartilhadas, os quais motivaram verdadeiramente essa pesquisa. À Tatiana Berringer, companheira de militância e grande amiga, a quem devo o principal estímulo e incentivo a migrar para o programa de pós-graduação em Ciência Política da UNICAMP.

Às pessoas que leram esse trabalho, Fábio, Lara, Tatiana Berringer, Tatiana Prado Vargas, Sérgio, Gabriel, agradeço a disposição, a dedicação, os comentários e as contribuições de cada um.

Aos professores Theotônio dos Santos Junior e Armando Boito Junior, por participarem de minha banca de defesa, pelos comentários construtivos e por suas importantes contribuições à minha pesquisa.

À professora Rachel Meneguello e ao professor Plínio de Arruda Sampaio Junior, pelos comentários, críticas e sugestões em minha banca de qualificação. Agradeço à professora Rachel, ademais, por sua ajuda na conformação do projeto de mestrado, pelas aulas e pela atenção dedicada em diversos momentos.

Aos funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e da UNICAMP, por seu trabalho diário cuidadoso e dedicado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento e pelo apoio à minha pesquisa ao longo do programa de mestrado, garantindo as condições necessárias e desejáveis para que tal pesquisa se concretizasse.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa durante o primeiro semestre do mestrado.

Resumo

O debate em torno da problemática da dependência ocupou estudiosos de diversos países latino-americanos durante as décadas de 1960 e 1970, período em que as contradições econômicas e sociais da região se agudizavam, manifestando-se politicamente na oposição revolução - contrarrevolução. O objeto da presente pesquisa se inscreve justamente nesse momento histórico e reside na análise do pensamento de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, autores que tiveram um papel ativo e relevante nesse processo e que aparecem reunidos aqui no que se denomina vertente marxista da dependência. Intenta-se, nesse estudo, apresentar e sistematizar suas interpretações acerca da dependência latino-americana; nesse sentido, a dissertação encontra-se estruturada em três capítulos, cujo marco metodológico é a História do Pensamento Político: o primeiro deles está dedicado ao estudo das origens da problemática da dependência, resgatando os processos econômicos, políticos e sociais que marcaram a América Latina naquele período, bem como o debate no interior dos estudos sobre desenvolvimento econômico; o segundo enfoca a conformação da vertente marxista da dependência, situando-a no contexto mais amplo da “Teoria da Dependência”; por fim, o terceiro tem como foco a compreensão do pensamento dessa vertente.

Palavras-chave: Marxismo; América Latina-Dependência

Abstract

The debate regarding dependency mobilized scholars from different Latin American countries in the decades of 1960 and 1970, when economic and social contradictions deepened and acquired a political dimension through the opposition between revolution and counter-revolution. The subject of this thesis is directly related to this period and concerns the thought of Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra and Theotônio dos Santos, who had an active and relevant role in the constitution of the “Dependency Theory” in its Marxist perspective. This work aims to present and systematize their views on Latin American dependency. As a result, the thesis is divided into three chapters, in which the History of Political Thought has a leading methodological role. The first one discusses both the origins of dependency, highlighting economic, political and social processes which marked Latin America at that time and the debate around economic development. The following chapter turns its focus to the emergence of Marxist Dependency Theory in the larger scope of “Dependency Theory”. Finally, the third chapter is centered on the comprehension of the above-mentioned perspective.

Keywords: Marxism; Latin America-Dependency

Sumário

Introdução	21
Capítulo 1 A América Latina em transformação: a emergência da problemática da dependência	31
1.1 O processo de industrialização	32
1.2 A temática do desenvolvimento e o estruturalismo cepalino	34
1.3 A década de 1960: crises e lutas sociais	42
1.4 Considerações finais	53
Capítulo 2 A constituição da vertente marxista da dependência: <i>una visión hacia la revolución</i>	57
2.1 A emergência da “Teoria da Dependência”	57
2.2 Entre o Brasil e o exílio	71
2.3 Considerações Finais	85
Capítulo 3 A caracterização da dependência: o caso latino-americano	87
3.1 O capitalismo dependente latino-americano: a caracterização da dependência	88
3.2 Perspectivas políticas para a América Latina	117
Conclusão	129
Referências Bibliográficas	133
Anexo I – Obras de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos...	141

“Repito novamente que não sou um crítico imparcial e objetivo. Meus julgamentos nutrem-se nos meus ideais, nos meus sentimentos, nas minhas paixões. Possuo uma declarada e enérgica ambição: a de contribuir para a criação do socialismo peruano. Estou profundamente afastado da técnica professoral e do espírito universitário” (MARIÁTEGUI, 1975 [1928], p. XXII).

“As virtudes do centro e das classes dominadoras... são a alienação na periferia e nas classes dominadas” (DUSSEL, s.d., p. 62).

Introdução

A dissertação em questão é fruto das atividades desenvolvidas ao longo do programa de mestrado em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e, mais ainda, de um acúmulo científico investigativo cujo impulso está associado à Iniciação Científica, a qual teve lugar no programa de graduação em Relações Internacionais, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Enquanto na pesquisa de iniciação científica¹ o foco de estudo recaía sobre a problemática do subdesenvolvimento e da dependência latino-americana, temática cara aos intelectuais da região, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970, no mestrado, adota-se como centralidade a vertente marxista da dependência – o pensamento de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos -, a qual se constituiu enquanto referencial analítico para a compreensão daquela problemática. Assim, a atual investigação se assenta sobre o estudo da constituição e formulação daquele pensamento, considerando, para isso, os antecedentes da problemática da dependência - o movimento histórico, econômico, político e social a partir do qual tal pensamento é gestado -, seus interlocutores intelectuais e políticos, bem como sua estrutura de pensamento e tem por objetivo apresentar e sistematizar o pensamento de Marini, Bambirra e Santos, considerando, sobretudo, suas concepções acerca da problemática da dependência.

A opção pelo estudo dessa corrente de pensamento se deu em função de sua relevância no debate latino-americano e mundial sobre o desenvolvimento. Por meio de suas críticas às teorias da modernização e ao desenvolvimentismo cepalino, tais autores introduziram, a partir da caracterização do capitalismo dependente, uma nova perspectiva, uma nova visão acerca do “subdesenvolvimento” latino-americano. Embora o pensamento desses autores tenha se difundido para diversas regiões do mundo², o mesmo encontra

¹ A pesquisa desenvolvida durante a iniciação científica, sob o título *O subdesenvolvimento econômico da América Latina sob a perspectiva da Teoria da Dependência e de seus críticos*, adotou como foco analítico o debate no interior desse pensamento, entre a vertente marxista da dependência, a partir do pensamento de Ruy Mauro Marini, e a vertente da dependência associada, sob a ótica da obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

² Um estudo sobre a difusão da vertente marxista da dependência e de outras perspectivas associadas ao que se denominou como “Teoria” ou “Teorias” da Dependência deverá ter lugar no programa de doutorado. Algumas referências acerca desse debate podem ser citadas: AMIN, Samir. *Accumulation on a world scale: a critique of the theory of underdevelopment*. New York: Monthly Review Press, 1974; CHILCOTE, Ronald H;

limitada interlocução na academia brasileira. Os escritos de Marini, Bamberger e Santos gozaram de reduzida recepção e repercussão no ambiente acadêmico brasileiro, tendo sido objetos de escassas traduções³, publicações, interpretações e análises no Brasil⁴.

A hipótese que norteia a presente dissertação se concentra no reconhecimento da existência de um grupo relativamente coeso, integrado por Vânia Bamberger, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, cuja interpretação acerca da problemática da dependência latino-americana possibilita sua classificação enquanto vertente marxista da dependência.

A periodização que orientará essa pesquisa abrange o período que vai de 1964 a 1973. Tal delimitação temporal se justifica, pois tanto o ano de 1964, ano do golpe militar no Brasil, quanto o ano de 1973, ano do golpe militar no Chile, representam marcos decisivos na trajetória intelectual e política desses três autores. Com o golpe militar

EDELSTEIN, Joel C. (Eds.). *Latin America: the struggle with dependency and beyond*. New York: John Wiley, 1974; TODARO, Michael P. *Economic Development in the Third World*. London: Longman, 1977.

³ As principais obras de Marini, Bamberger e Santos foram publicadas em espanhol, uma vez que tais autores viveram, durante um longo período de suas vidas, exilados no Chile e no México. Em que pese tal fato, muitas dessas obras foram publicadas e traduzidas para outros idiomas, dentre eles inglês, como é o caso de *The errors of the foco theory*, de Bamberger, *Brazilian Subimperialism* e *Brazilian "Interdependence" and Latin American Integration*, artigos Marini; italiano, versão italiana do livro *El capitalismo dependiente latino-americano* e da obra organizada por Bamberger *Diez años de Insurrección en América Latina*, a qual foi publicada sob o título *L'esperienza Rivoluzionaria Latino Americana*, a tradução para o italiano da obra *Subdesarrollo y revolución*, de Marini, com o título *Il sottoimperialismo brasiliano, La Crisi del Capitale e Processo Rivolucionario*, de Theotônio dos Santos; francês, *Les mouvements étudiants en Amérique Latine* e a tradução do livro *Subdesarrollo y revolución* para o francês, ambos de Ruy Mauro Marini, *Mise au Point sur la Théorie de la Dependance*, de Theotônio dos Santos; e alemão, como é o caso de *Los errores de la teoría del foco*, de Vânia Bamberger, a qual foi editada em livro sob o título *Focus und Freiraum: Debray, Brasilien, Linke in den Metropolen*. Ver anexo I.

⁴ Nos últimos cinco anos, tem-se produzido um esforço de resgate no Brasil do debate sobre a "Teoria da Dependência", e em especial sobre a vertente marxista da dependência. Alguns trabalhos que refletem tal esforço podem ser aqui citados: CORREA PRADO, Fernando. *História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil*. In: XVI Encontro Nacional de Economia Política - Dilemas do desenvolvimento brasileiro, 2011, Uberlândia. Anais XVI Encontro Nacional de Economia Política - Dilemas do desenvolvimento brasileiro, 2011; CORREA PRADO, Fernando; MEIRELES, Monika. Teoria da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. In: Rodrigo Castelo Branco. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. 1 ed. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, vol. 1, p. 169-190; BUENO, F. M.; SEABRA, Raphael. *O pensamento de Ruy Mauro Marini e a atualidade do conceito de superexploração do trabalho*. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2010, Londrina-PR. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2010; VARGAS, Tatiana Prado. *Particularidades da formação do capitalismo dependente brasileiro – O debate entre Cardoso e Marini*. 2009. 111 f. Monografia. BICHER, M. M. *Da CEPAL à Teoria da Dependência: as mutações de um conceito*. In: II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas, 2009, São Paulo. Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa, 2009; LUCE, Mathias Seibel. *La expansión del subimperialismo brasileño*. *Patria Grande*, n.9, p. 48-67, 2008.

brasileiro, foram exilados do Brasil: Marini refugiou-se no México⁵, enquanto Bamberga e Santos encontraram asilo no Chile. Em 1973, com a queda de Salvador Allende mediante um golpe militar, estes mesmos autores, que viviam no Chile naquele momento, partiram para o México, em mais uma etapa de sua “diáspora”. Embora a produção desses autores tenha se estendido para além desse marco temporal⁶, é precisamente nesse intervalo de tempo (1964-1973) que estão concentradas as obras seminais daqueles estudiosos, as quais configurariam suas concepções acerca da problemática da dependência.

O marco sobre o qual o presente trabalho se erige está associado aos estudos sobre História do Pensamento Político⁷ e, especialmente, sobre História do Pensamento Latino-americano, na medida em que se debruça sobre a compreensão do pensamento de Vânia Bamberga, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, autores que conformaram uma das vertentes da perspectiva que se tornou conhecida como “Teoria” ou “Teorias” da Dependência⁸. Nesse sentido, tal investigação implica não apenas a compreensão do pensamento em si, seu arcabouço conceitual e teórico, mas também um esforço de situá-lo em seu respectivo espaço-tempo. Tal esforço, cuja motivação está apoiada na tentativa de apreensão das complexas dimensões que compõem um pensamento, expressa-se no estudo da realidade histórica - política, econômica e social - que o circunscreveu, e, principalmente, nos efeitos que essa mesma realidade exerceu nas formulações intelectuais.

⁵ Ruy Mauro Marini permanece no México até o ano de 1969, quando por motivos políticos é forçado a um segundo exílio, dessa vez em Santiago, no Chile.

⁶ Vânia Bamberga publica *Teoria de la dependencia: una anticrítica*, em 1978, obra na qual a autora faz um breve balanço sobre o contexto histórico de emergência da “Teoria” da Dependência e busca contestar algumas críticas desferidas contra os estudos associados a essa perspectiva. Ruy Mauro Marini publica *El reformismo y la contrarrevolución – Estudios sobre Chile*, obra em que reúne diversos artigos escritos entre os anos de 1970 e 1974 sobre o processo político chileno durante o governo da Unidade Popular e diversos artigos sobre temáticas distintas, seguindo sua agenda de pesquisa sobre a dependência latino-americana. No caso de Theotônio dos Santos, em 1977 o autor reúne três trabalhos seus na obra *Imperialismo y dependencia*, atualizando algumas questões pertinentes às mudanças da década de 1970. Após esse trabalho, suas produções passam a se caracterizar por uma reformulação em seu pensamento, à medida que ele se aproxima das Perspectivas do Sistema-Mundo, cujos principais autores eram Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein. Samir Amin e André Gunder Frank também se somam a tal empreendimento intelectual. Consultar Anexo I.

⁷ Desde o ano de 2009 a autora integra o grupo de pesquisa “Marxismo e Pensamento Político”, coordenado pelo Prof. Dr. Alvaro Bianchi e integrado ao Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. O grupo, formado em 2003, é composto por discentes graduandos, mestrandos, doutorandos e docentes, cujas pesquisas estão vinculadas à área temática de pensamento político. Ao lado da linha de pesquisa de Pensamento Político Italiano, foi inaugurada, no início de 2011, a linha de pesquisa Pensamento Político Latino-americano, dentro da qual se produziram intensas discussões e reflexões que contribuíram, em grande medida, para a concretização dessa pesquisa.

⁸ As denominações Teoria da Dependência e Teorias da Dependência aparecem entre aspas na medida em que são objetos de debates não apenas entre os próprios autores associados a essa perspectiva, mas também entre os estudiosos desse pensamento. Tal problemática será objeto de análise no segundo capítulo.

Ao mesmo tempo em que tal pensamento deve ser apreendido a partir do passado, do momento em que se gestava (condições e circunstâncias particulares daquele tempo), não se pode prescindir das motivações e necessidades presentes, as quais impulsionam a escolha por pesquisar tal objeto.

Segundo Neal Wood (1978), estudioso marxista da história do pensamento político, apesar das especificidades históricas que circunscrevem os teóricos políticos passados, existem similaridades, pontos comuns entre os homens, que transcendem o contexto imediato, tornando seu pensamento político inteligível aos períodos posteriores. Joseph V. Femia (1988), por sua vez, descreve o mesmo fenômeno a partir da ideia de perenidade ou recorrência de questões e problemáticas ao longo do tempo, fenômeno que expressa a existência de vínculos entre presente e passado. Nesse sentido, o estudo de um pensamento político, como o pensamento dos estudiosos da dependência, formulado e erigido em um dado momento histórico, pôde produzir efeitos e influenciar as interpretações e as formulações posteriores.

A identificação dos vínculos existentes entre passado e presente, a partir do estudo das ideias e do pensamento político – dos intelectuais e teóricos -, concretiza-se mediante um olhar sobre o contexto social específico em que tal pensamento se constituiu⁹. Como sugere Wood (1978), é a partir do estudo do contexto social imediato em que tais teóricos viveram que pode ser traçada a pertinência ou impertinência de suas análises e interpretações para a realidade presente. Um exame atento da construção histórica de um pensamento evita que conceitos criados em tempos passados, que refletiram a *práxis* política de seu momento histórico, sejam traduzidos de maneira indistinta ou incoerente para a realidade contemporânea. A abstração da teoria de seu contexto histórico pode implicar a perda da dimensão política da teoria, a qual possui um papel de profunda relevância por representar o retorno da historicidade abstrata à historicidade concreta (WOOD, 1978).

A reconstituição histórica de um pensamento político, além de se fundamentar numa abordagem do contexto político, social e econômico no qual tais ideias eram produzidas, assenta-se numa discussão acerca dos intelectuais¹⁰, responsáveis pela

⁹ Para um estudo mais aprofundado sobre essa questão, consultar Quentin Skinner (1988).

¹⁰ Um importante estudo acerca dos intelectuais – sua constituição, seu papel e seu caráter de classe - está presente no caderno 12 dos *Cadernos do Cárcere*, de Antonio Gramsci (2000).

formulação de concepções e perspectivas teóricas, as quais constituem um pensamento político. Tal discussão se refere, principalmente, à visão de mundo que orienta as elaborações teóricas de um intelectual, a qual está, por sua vez, relacionada à interação objetiva e subjetiva que esses pensadores estabelecem com sua realidade prática e concreta. Na descrição de Lucien Goldmann (1979), essa visão, que se manifesta no processo de produção de conhecimento, consiste em “um conjunto de aspirações, sentimentos, ideias que reúne os membros de um grupo e os opõem aos outros grupos” (GOLDMANN, 1979, p. 20). A visão ou concepção de mundo, produto da *práxis* dos grupos sociais que compõem a sociedade, encontra materialidade nas elaborações teóricas, nas opções e práticas políticas dos intelectuais, uma vez que a apreensão da realidade concreta é mediada pela concepção de mundo dos sujeitos históricos em questão.

O pensador materialista e dialético sabe que há uma tendência perigosa, sobretudo nas ciências humanas, a fazer abstração da ação do sujeito e a encarar as ‘leis’ do mundo social atual como definitivas e eternas, conhece o perigo de reduzir tudo à quantidade e sobretudo o homem à razão e ao pensamento conscientes, sabe também que uma ‘experiência’, uma ‘correlação’ isolada de seu contexto, nada prova mesmo que se possa repeti-la várias vezes com um certo número de variações possíveis, que fatos análogos têm, em contextos diferentes, significados exatamente contrários e que quando se trata de fatos humanos, seu estudo só tem valor na medida em que se os enquadra no conjunto dinâmico das relações sociais e históricas de que fazem parte (GOLDMANN, 1979, p. 49).

Nesse sentido, questionamentos associados à posição dos intelectuais em relação às principais questões, problemáticas e conflitos de seu tempo, à orientação política contida em seu pensamento e à influência prática que suas formulações tiveram na realidade, orientam o estudo da vertente marxista da dependência em todo o curso dessa pesquisa.

Considera-se, ademais, a relação dialética entre sujeito e objeto na produção de conhecimento científico nos dois níveis que estruturam a presente investigação: a interação entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa, no caso a vertente marxista da dependência; e entre tal pensamento e seu objeto analítico – a dependência latino-americana. Adota-se aqui a perspectiva de que o sujeito da pesquisa, no decorrer do processo investigativo, estabelece uma relação ativa diante de seu objeto, analisando-o a partir de seu olhar, mediado por sua concepção de mundo, ao mesmo tempo em que é questionado, influenciado e instigado pelo mesmo objeto.

Para além desses elementos, o estudo do pensamento da vertente marxista da dependência se inscreve, sobretudo, em um campo mais amplo de análise, qual seja o do Pensamento Latino-americano, sem o qual sua compreensão não poderá se concretizar, senão de maneira incompleta. Ao se dedicarem à reflexão e intervenção sobre a América Latina, tais autores encontram interlocução nas diversas esferas do pensamento produzido na região. Marini, Bambirra e Santos são influenciados e, ao mesmo tempo, dialogam e debatem criticamente com uma série de autores que tiveram suas vidas marcadas pelo esforço de pensar as complexidades dessa região, seja no âmbito da investigação científica, seja no seio de organizações políticas. Em meio a um contexto de profunda polarização e radicalização política, que deu a tônica das décadas de 1960 e 1970 na América Latina, tais autores se viram impelidos a se posicionar teórica e politicamente frente aos dois caminhos que se abriam para os países da região – revolução e contrarrevolução. Apoiados no referencial teórico marxista, fundamentalmente nas interpretações de Marx acerca do capitalismo, de Lênin, sobre o imperialismo, Marini, Bambirra e Santos se incorporaram aos debates em torno do desenvolvimento latino-americano, que estavam sendo travados desde o início da década de 1950. Os autores teceram críticas às concepções desenvolvimentistas formuladas no interior da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), bem como às interpretações de setores da esquerda latino-americana acerca da realidade latino-americana e às implicações políticas daí advindas, como as orientações defendidas pelos Partidos Comunistas latino-americanos e a estratégia foquista de revolução¹¹, e propuseram uma nova visão acerca da díade desenvolvimento/subdesenvolvimento, fundamentada na compreensão da problemática da dependência, a qual condiciona a realidade concreta latino-americana.

Ao adotarem como foco de investigação a dependência latino-americana, os autores da vertente marxista da dependência enfrentam uma dificuldade analítica presente nos estudos que elegem a América Latina como objeto de pesquisa, qual seja o caráter problemático de sua unidade (cf. ARICÓ, 1987, p. 419-420). Embora diversos autores e estudos tenham atribuído à região um caráter unitário, ressaltando elementos que afirmam a

¹¹ Uma análise das críticas imputadas por Marini, Bambirra e Santos a tais concepções terá lugar no terceiro capítulo.

identidade comum existente entre os diversos países latino-americanos, seu passado histórico, seus processos políticos e econômicos compartilhados, o caráter controverso e questionável dessa opção teórico-metodológica continua a irromper. De acordo com José Aricó, uma análise pautada na concepção de América Latina como um complexo social único pode incorrer na subestimação dos “níveis de problematicidade” que circunscrevem tal região, bem como em uma “tipologia de corte sociológico que destrua ou silencie o ‘tecido nacional’ em que as histórias diferenciadas das classes operárias e populares latino-americanas se constituíram como tais” (ARICÓ, 1987, p. 419). Tal análise pode adquirir um caráter extremo, à medida que as especificidades atinentes a cada formação social latino-americana sejam sobrepujadas pela narrativa de uma América Latina homogênea, a qual ganhe forma enquanto ente abstrato.

De maneira semelhante, porém no outro extremo, análises que se fundamentam nas singularidades históricas, sociológicas, econômicas, políticas e culturais de cada país, sem, contudo, considerá-las em um todo mais amplo, estão sujeitas a uma miopia analítica, cujas consequências poderão ser sentidas em sua própria capacidade explicativa. Segundo Aricó, tais estudos não são capazes de explicar o porquê da persistência e da reafirmação da temática da unidade latino-americana. Para ele, “a existência de um sentimento latino-americano virtual ou latente” demonstra que tal unidade não se restringe a um dado geográfico ou histórico (ARICÓ, 1987, p. 420). Nesse sentido, pensar a América Latina enquanto unidade pode adquirir, ademais, um caráter político, uma vez que, por meio de tal afirmação, é possível lançar luz sobre os laços comuns entre as sociedades da região e evidenciar os problemas econômicos, sociais e políticos por elas enfrentados, os quais podem vir a ser superados a partir de sua unidade para e em torno de uma luta coletiva, que envolva toda a região. E é justamente essa perspectiva que orienta os estudos de Marini, Bambirra e Santos sobre a realidade da região latino-americana.

Os autores da vertente marxista da dependência reconhecem a problemática unidade/especificidade contida na análise da América Latina e buscam enfrentá-la aliando estudos que privilegiam a América Latina enquanto unidade a estudos de caso sobre a realidade de alguns países latino-americanos, dentre eles Brasil, Chile e Cuba. Embora os estudos empíricos e as tipologias formuladas sobre as particularidades dos processos que tiveram lugar nos países latino-americanos ganhem relevância dentro do conjunto da obra

desses autores, o que se sobressai é a análise do fenômeno da dependência, fenômeno comum à região, que abrange e impacta todos os países latino-americanos de maneira profunda. Em semelhante medida, a superação de tal condição é pensada a partir de uma luta revolucionária das classes trabalhadoras latino-americanas. Assim, a afirmação da unidade continental no âmbito dos estudos da vertente marxista da dependência alcança uma dimensão essencialmente política.

Dada a amplitude e a complexidade das questões tratadas por Marini, Bamberger e Santos no período analisado, a dissertação se restringe à interpretação que os autores fizeram do fenômeno da dependência latino-americana, considerando, para isso, os elementos fundamentais a tal análise. Nesse sentido, a dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro deles, são abordados os antecedentes à emergência das análises sobre a dependência. Nessa seção tem lugar um resgate do contexto histórico do processo de industrialização na América Latina e do debate no interior dos estudos sobre desenvolvimento econômico¹². Este capítulo abrange ainda um breve panorama acerca da crise do capitalismo dependente e das lutas sociais que marcaram a década de 1960, as quais produziram efeitos na trajetória intelectual latino-americana. Busca-se, nesse capítulo, mapear o pano de fundo sobre o qual as análises da dependência se edificaram, os movimentos históricos do período, os debates teóricos e políticos e as questões concretas que estavam colocadas naquele momento, todos esses elementos reunidos transmitem a tônica da efervescência que caracterizava o pensamento latino-americano em meio àquele contexto.

O segundo capítulo, por sua vez, está dedicado à conformação da vertente marxista da dependência. Discute-se, inicialmente, a emergência da “Teoria da Dependência”, plano mais amplo dentro do qual está inserido o objeto de pesquisa em questão, problematizando a classificação e divisão no interior desses estudos, assim como o estatuto teórico atribuído

¹² As teorias do desenvolvimento constituem objeto de reflexão nesse capítulo, na medida em que tiveram um importante papel na conformação da vertente marxista da dependência. Discutem-se, inicialmente, as teorias da modernização, a partir de autores como W. W. Rostow e William Arthur Lewis, com o intuito de caracterizar a tradição que se constituía como *mainstream* no campo intelectual sobre desenvolvimento e a quem a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) desferiu algumas de suas críticas. Em seguida, passa-se ao estudo do pensamento cepalino, ou estruturalismo latino-americano, essencial para a compreensão do pensamento de Marini, Bamberger e Santos. Suas críticas à teoria econômica clássica das vantagens comparativas de David Ricardo, assim como sua originalidade ao pensar a problemática do subdesenvolvimento latino-americano a partir da realidade concreta da região, em suas especificidades e particularidades, exerceram profunda influência nas formulações daqueles autores.

a esta tradição intelectual. Em seguida, intenta-se traçar um panorama da trajetória intelectual e política de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, autores da vertente marxista da dependência, na medida em que suas produções intelectuais e suas visões de mundo guardam intrínseca relação com suas experiências vividas.

O terceiro capítulo está destinado à análise propriamente do pensamento de Marini, Bambirra e Santos. Busca-se apresentar e sistematizar suas reflexões, interpretações e estudos sobre o capitalismo dependente latino-americano, presentes em suas obras produzidas no período entre 1964 e 1973, dando relevo à conceituação, à periodização e à tipologia da dependência desenvolvida por aqueles autores, bem como aos elementos que conferem unidade a essa vertente. Identificam-se, sucintamente, na última seção deste capítulo, as perspectivas políticas para a América Latina indicadas pela vertente marxista da dependência em seus escritos. Finalmente, na conclusão, esboça-se um sucinto balanço dos argumentos desenvolvidos ao longo do texto.

Capítulo 1 A América Latina em transformação: a emergência da problemática da dependência

A constituição da vertente marxista da dependência está inscrita em um momento histórico de profundas mudanças no sistema internacional, mudanças essas que se manifestaram concretamente tanto nas dimensões política, econômica e social latino-americanas¹³, quanto na efervescência intelectual produzida nessa mesma região. Se por um lado as duas grandes guerras mundiais e, principalmente, a crise de 1929 significaram a reestruturação das economias desses países, por outro impulsionaram debates intensos acerca da temática do desenvolvimento/subdesenvolvimento, conjugando a emergência de um olhar propriamente latino-americano à realidade que tinha lugar naquele período. As mudanças instauradas a partir desse período abrem uma nova fase na América Latina, caracterizada pelo processo de industrialização, a qual avança até meados da década de 1960, quando reconfigurações na ordem mundial, articuladas aos limites e problemáticas internas aos países da região repercutem em uma profunda crise do capitalismo dependente latino-americano, crise essa que se manifesta politicamente na polarização entre revolução e contrarrevolução.

Em meio à complexa conjuntura que vivia a América Latina, marcada por possibilidades e incertezas, e às discussões político-teóricas dela emergidas, desenvolveram-se as análises sobre a problemática da dependência, as quais buscaram responder às questões que estavam colocadas na trajetória histórica da região. Quais as raízes do subdesenvolvimento nos países latino-americanos? Quais as perspectivas futuras para suas economias e sociedades? Os levantes sociais que se multiplicavam desde finais da década de 1950 conduziram à estruturação de uma nova ordem latino-americana? Essas e diversas outras temáticas envolviam as mentes daqueles que se debruçavam sobre a análise da realidade que os circunscrevia, motivando discussões intelectuais e teóricas acaloradas, e, mais ainda, fortes embates políticos.

¹³ Adota-se aqui a perspectiva da América Latina como um todo, ainda que heterogêneo, na medida em que se busca ressaltar o compartilhamento de um passado colonial e de sua inserção na divisão internacional do trabalho comuns e afirmá-la como região não apenas geográfica, mas, fundamentalmente política.

1.1 O processo de industrialização

O período que se estende do início da Primeira Guerra Mundial até o final da década de 1950 está associado a modificações no padrão de comércio internacional, as quais implicaram repercussões nas estruturas políticas e econômicas dos países latino-americanos. O contexto da Primeira Guerra significou para tais países a redução da demanda por seus produtos primários no mercado internacional, o fim dos investimentos diretos¹⁴ da Europa na América Latina e a cobrança de dívidas relacionadas a empréstimos feitos pelos países europeus, o que se refletiu em dois desequilíbrios na região: i) na queda no valor absoluto do comércio, a qual implicou numa diminuição das receitas de exportação e no declínio dos ingressos de capital; ii) no desajuste interno, provocado pela queda da receita do Estado (BULMER-THOMAS, 2005). Tais movimentos instauraram uma crise financeira interna em muitas economias latino-americanas, visto que suas estruturas produtivas estavam voltadas quase que exclusivamente para a exportação de bens primários. De acordo com Celso Furtado,

(...) o brusco colapso da capacidade para importar, a contração do setor exportador e sua baixa rentabilidade, a obstrução dos canais de financiamento internacional, provocados pela crise de 1929, modificaram profundamente o processo evolutivo das economias latino-americanas, particularmente daquelas que se haviam iniciado na industrialização (FURTADO, 1970, p. 135).

Deste modo, a crise de 1929, atrelada aos efeitos das duas grandes guerras mundiais, estimulou a reorientação do comércio internacional latino-americano¹⁵, produzindo forte impacto no processo de industrialização de países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México (FURTADO, 1970, p. 123-144). É nesse contexto que tem lugar o impulso à industrialização por substituição de importações na América Latina¹⁶.

¹⁴ Os investimentos diretos, nesse período, estavam concentrados fundamentalmente nos setores de infraestrutura dos países da América Latina, em geral em atividades vinculadas à exportação - transportes, energia elétrica.

¹⁵ A análise realizada por Raúl Prebisch, no interior da CEPAL, sobre tal momento histórico está assentada na caracterização da mudança de direção do crescimento e do desenvolvimento latino-americano: as economias latino-americanas passam de um crescimento econômico voltado para fora, orientado pelo aumento das exportações, para um desenvolvimento direcionado para dentro, uma vez que seu fator passa a ser a industrialização (PREBISCH, 1986 [1949], p. 481).

¹⁶ O processo de industrialização havia se iniciado em alguns países da América Latina no final do século XIX, induzido pela expansão das exportações desses países (FURTADO, 1970, p. 131-132).

A política de industrialização, ancorada no modelo de substituição de importações, começou a ser implementada no final da década de 1920, tendo sido viabilizada, dentre outros fatores, pela mudança ocorrida no setor de exportações no início do século XX. Naquele momento, estimulou-se uma transferência dos ganhos de produtividade do setor exportador para a economia não exportadora, o que permitiu o desenvolvimento de manufaturas direcionadas para o mercado interno e, posteriormente, a substituição de importação de bens de consumo. Tal processo se caracteriza, segundo Furtado, pelo “(...) aumento da participação da produção industrial destinada ao mercado interno no produto interno bruto em condições de declínio da participação das importações no produto” (FURTADO, 1970, p. 135).

Com o advento da II Guerra Mundial tem lugar um aprofundamento daquele processo. Na medida em que a crescente demanda por bens primários refletiu um aumento das exportações latino-americanas, foi possível um acúmulo de reservas na região, reservas essas que foram empregadas nos setores industriais daqueles países. De acordo com Donghi, esse evento teve um papel ainda maior do que a crise de 1929 no estímulo proporcionado ao processo de industrialização na região (DONGHI, 1976, p. 380-381).

Cumprе salientar que a substituição de importações na região, apesar de constituir uma experiência comum a determinados países latino-americanos, não se deu de maneira homogênea, nem concomitante. Tal fato se deve às peculiaridades internas de cada país, que determinavam a dinâmica e a configuração das economias nacionais, o que se refletiu nos diferentes níveis de industrialização e na participação das manufaturas no Produto Interno Bruto (PIB) de cada país. Fatores como o nível de integração no comércio internacional, de dependência da importação de alimentos e de matérias-primas, a capacidade e o potencial de crescimento da demanda, e a ação do Estado influenciaram o ritmo e a intensidade do processo de substituição nos países latino-americanos (FURTADO, 1970, p. 131-141).

Ao mesmo tempo em que a profunda depressão de 1929 assolou o sistema internacional de nações, produzindo grandes transformações nas economias de cada país e em seu comércio internacional, ela foi responsável por introduzir questionamentos ao pensamento econômico vigente e dominante até aquele momento. O liberalismo clássico,

que havia conduzido às escolhas e às orientações econômicas dos países ao longo de quase dois séculos, é criticado e atacado em suas principais bases, e é substituído pelas ideias e pressupostos do pensamento keynesiano emergente¹⁷. Os princípios do livre-comércio, da autorregulação da economia, do papel coadjuvante do Estado nos ordenamentos econômicos, do *laissez-faire* cedem espaço a políticas de revalorização do papel do Estado, demonstradas no retorno do intervencionismo e do protecionismo econômico.

Em meio a esse contexto de transformações, dentro do qual tem impulso o processo de industrialização nos países latino-americanos, adquire relevo a temática do desenvolvimento na América Latina. Os debates, que até aquele momento se estruturavam em torno de interpretações produzidas na Europa e nos Estados Unidos¹⁸, passam a refletir formulações essencialmente latino-americanas, fundamentadas em um esforço de revisão crítica das análises dominantes presentes nos estudos sobre desenvolvimento econômico ao longo das décadas de 1940 e 1950.

1.2 A temática do desenvolvimento e o estruturalismo cepalino

A temática do desenvolvimento começa a assumir contornos no final da II Guerra Mundial, em um contexto no qual a problemática do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos passa a constituir objeto de estudo e de preocupação de governos e da intelectualidade europeia e estadunidense (AGARWALA; SINGH, 1969, p. 10). No interior desse movimento, trabalhos como os de Walt Whitman Rostow (1969; 1974) e o de William Arthur Lewis (1960), publicados na década de 1950, notabilizaram-se entre os demais escritos e conformaram, ao lado das obras de Ragnar Nurkse (1957) e de Paul N.

¹⁷ A crise do pensamento econômico liberal se manifesta na emergência de teorias que se contrapõem às ideias até então dominantes, na figura de John Maynard Keynes, na década de 1930, na Inglaterra e de Raúl Prebisch e Celso Furtado, entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, na América Latina.

¹⁸ Faz-se referência aqui às interpretações sobre o desenvolvimento associadas tanto à Economia Política Clássica, de David Ricardo (1996 [1817]), quanto ao pensamento de estudiosos das denominadas Teorias do Desenvolvimento ou Teorias da Modernização, como Walter Whitman Rostow (1969; 1974) e William Arthur Lewis (1960).

Rosenstein-Rodan (1969), uma tradição de pensamento que se tornou conhecida como Teoria(s) do Desenvolvimento ou Teoria(s) da Modernização¹⁹.

No modelo formulado por Rostow, o processo de desenvolvimento econômico está associado a um conjunto de etapas - a sociedade tradicional; as condições para o arranco²⁰; o arranco²¹; a marcha para a maturidade; e a era do consumo de massa – e à conformidade com algumas condições, quais sejam:

(...) um aumento na taxa de investimento produtivo; o desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros importantes com elevada taxa de crescimento; a existência ou surgimento rápido de uma estrutura política, social e institucional que explore os impulsos de expansão do setor moderno e os possíveis efeitos das economias externas para a decolagem e que conceda ao crescimento um caráter de processo contínuo (ROSTOW, 1974, p. 16).

William Arthur Lewis, ao se propor a investigar “(...) até que ponto as variações que ocorreram nos países mais ricos quando se desenvolveram podem repetir-se nos países mais pobres, se se desenvolverem” (1960, p. 22), identifica a existência de causas imediatas ao desenvolvimento: esforço para economizar; aumento do conhecimento e de sua aplicação; expansão do volume de capital ou de recursos outros por habitante, bem como enfatiza a necessidade de compatibilização de instituições e crenças ao desenvolvimento econômico (LEWIS, 1960, p. 13-14).

Um breve contato com a tradição bibliográfica supramencionada permite entrever nuances analítico-explicativas entre os autores, nuances essas que não impedem o agrupamento desses estudiosos em um mesmo conjunto de pensamento, visto que as

¹⁹ Há na literatura acadêmica sobre desenvolvimento, distintas denominações atribuídas aos autores que debatem a temática do desenvolvimento econômico durante as décadas de 1940 e 1950. Em algumas, como a de Ruy Mauro Marini e a de Theotônio dos Santos, os autores aqui citados são apresentados como representantes da teoria do desenvolvimento, ao lado de outros autores como Gunnar Myrdal (1957), François Perroux (1964) e Albert Hirschman (1961); em outras, esses mesmos autores integram o que se intitula por teorias da modernização (CHIROT; HALL, 1982), na medida em que suas obras compartilham o mesmo objeto de preocupação, qual seja a passagem de sociedades tradicionais ou arcaicas para sociedades modernas. Nessa perspectiva, são incluídos autores oriundos da Ciência Política estadunidense como Gabriel A. Almond (1960) e James S. Coleman (1960); Seymour M. Lipset (1966), Samuel P. Huntington (1968), entre outros.

²⁰ O termo “*take-off*”, utilizado por Rostow, é traduzido para o português ora como decolagem, ora como arranco (ou arranque).

²¹ O arranco, ou decolagem, é definido por W. W. Rostow como sendo o “(...) período durante o qual a taxa de investimento cresce de tal modo que aumenta o produto real per capita”, o que por sua vez, possibilita “transformações radicais nas técnicas de produção e na disposição das correntes de renda que mantêm a nova escala de investimento, perpetuando, assim, a tendência crescente do produto per capita” (ROSTOW, 1969, p. 159-160).

similitudes teóricas, metodológicas e ideológicas são muito mais contundentes e expressivas. Embora cada autor se debruce sobre situações e aspectos específicos do desenvolvimento, como a análise de Rostow sobre a passagem de uma etapa à outra de desenvolvimento (ROSTOW, 1969; 1974), ou o estudo empreendido por Lewis acerca do desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra (LEWIS, 1969), vislumbram-se notáveis convergências entre eles no que tange ao entendimento dos fenômenos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

O desenvolvimento, na perspectiva dos “teóricos do desenvolvimento”, é concebido como sinônimo de crescimento econômico e pode ser avaliado e medido a partir dos indicadores socioeconômicos de cada país. A condição de subdesenvolvimento, por sua vez, é atribuída às debilidades internas econômicas, sociais e políticas desses mesmos países, explicitadas no texto de Lewis, como a escassez de capital, a instabilidade das instituições, a insuficiência tecnológica, entre outras (LEWIS, 1960, p. 25). Outra semelhança fundamental diz respeito ao ponto de partida compartilhado por estes autores, qual seja a visão de mundo e da realidade concreta expressa em suas obras, cujos fundamentos se ancoram em experiências e modelos de desenvolvimento próprios dos países industrializados e desenvolvidos. Nesse sentido, os países subdesenvolvidos são analisados a partir das mesmas chaves explicativas utilizadas para a compreensão do desenvolvimento dos países industrializados.

A influência que o debate acerca do desenvolvimento e da modernização dos países subdesenvolvidos, gestado no pensamento europeu e estadunidense, exerceu no pensamento latino-americano explicita-se nas concepções produzidas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), comissão regional criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, em um contexto de reestruturação da ordem internacional, conduzida pelos Estados Unidos, potência vitoriosa das duas grandes guerras mundiais.

A origem da CEPAL está estreitamente vinculada a um processo mais amplo, de consolidação da hegemonia estadunidense, em que os Estados Unidos tomaram para si a tarefa de re-estruturar a economia capitalista mundial, o que implicou um esforço para normalizar o funcionamento do mercado mundial e para ampliar o escopo de sua acumulação de capital (MARINI, 1977b, p.1). Conjugado à reestruturação capitalista,

colocava-se para os Estados Unidos a necessidade de manutenção de uma relativa estabilidade na ordem mundial, como resalta Wallerstein (2003, p. 74). Como resposta a essas problemáticas, tal país participou ativamente da criação de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em 1944, (WALLERSTEIN, 2003) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), bem como da estruturação, a partir da ONU, de comissões econômicas regionais, movimento no qual a CEPAL está inserida, ao lado da Comissão Econômica para a Europa e da Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico²². Embora criada em meio a esse contexto, a CEPAL assume contornos distintos daqueles propugnados pelos Estados Unidos, na medida em que adquire certa autonomia em relação ao projeto segundo o qual havia sido gestada. Esse movimento é ressaltado por Ruy Mauro Marini:

Su objetivo era estudiar los problemas regionales y proponer políticas de desarrollo. En realidad, la misión fundamental atribuída a esas comisiones fue la de ser agencias de elaboración y difusión de la teoría del desarrollo, en el contexto de la política de domesticación ideológica que los grandes centros contrapusieron a las demandas y presiones de lo que vendría a llamarse de Tercer Mundo.

Dando inicio formalmente a sus trabajos en 1948, en Santiago de Chile, la Cepal no rehuye la misión que le había sido confiada, pero, lejos de limitarse a la mera difusión, asume el papel de **verdadera creadora de ideología**, una vez que trata de captar y explicar las especificidades de América Latina (MARINI, 1994, grifos meus).

Instalada em Santiago, capital do Chile, a CEPAL²³ se deparou com uma América Latina em plena transformação, realidade essa que imputaria traços originais à construção de uma nova tradição de pensamento. Estudiosos como o argentino Raúl Prebisch, o brasileiro Celso Furtado e o chileno Aníbal Pinto, entre outros importantes economistas latino-americanos, reunidos em torno da CEPAL, debruçaram-se sobre os processos de industrialização e urbanização em curso em alguns países da América Latina, ao mesmo

²² As comissões econômicas regionais aqui mencionadas foram criadas pela ONU nos anos de 1947 (Comissão Econômica para a Europa e Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico) e de 1948 (Comissão Econômica para a América Latina). Posteriormente, são criadas a Comissão Econômica para a África, em 1958 e a Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental, em 1973.

²³ Não se pretende realizar aqui uma análise pormenorizada da constituição da CEPAL, de sua estrutura interna, de seus integrantes e de sua evolução ao longo do tempo. No primeiro volume da obra autobiográfica de Celso Furtado (1997), é possível encontrar uma narrativa detalhada dos elementos acima pontuados.

tempo em que se confrontaram com questões e problemáticas, como as relações entre industrialização e comércio exterior, problema que, segundo Furtado, “(...) mais preocupava na época, e que não podia ser eludido” (FURTADO, 1997 , p.149).

A CEPAL, ao apreender esse processo de transformação latino-americana e expressá-lo em suas análises e documentos cumpriu, segundo Ricardo Bielschowsky, um papel importante na América Latina. Em um contexto marcado por “(...) um certo descompasso entre a história econômica e social e a construção de sua contrapartida no plano ideológico”, em que “(...) a defesa do desenvolvimento pela via da industrialização se encontrava insuficientemente instrumentalizada de um ponto de vista analítico”, a teorização cepalina se configurou como “ (...) versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-saxão na esteira ‘ideológica’ da hegemonia heterodoxa keynesiana, ou seja, a versão regional da teoria do desenvolvimento” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 24).

Estruturada com o intuito de analisar a crise de 1929 e as mudanças econômicas continentais advindas da I e II Guerras Mundiais, a CEPAL progrediu, posteriormente, para um estudo sobre as causas e as formas de instalação e expansão do subdesenvolvimento (FIORI, 2001), inserindo-se, dessa forma, no debate sobre o desenvolvimento econômico. Embora adotassem como ponto de partida estudos e formulações realizados por economistas estadunidenses e europeus, vinculados à tradição da Modernização²⁴ (MARINI, 1992, p. 73), os estudiosos cepalinos teceram críticas contundentes a esse referencial analítico a partir da adoção de uma metodologia assentada no método histórico-estrutural.

Centrado na ideia de uma “concepção totalizante da realidade”, o método histórico-estrutural se caracterizava como “abstrato e histórico ao mesmo tempo” (SUNKEL; PAZ, 2005 [1970], p. 5), o que foi elucidado de maneira clara e sintética por Celso Furtado, no prefácio de sua obra clássica *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*,

A necessidade de diagnosticar a problemática de sistemas econômicos nacionais, em fases diversas de subdesenvolvimento, levou-o [o autor] a aproximar a

²⁴ Um traço marcante dessa herança intelectual no pensamento cepalino pode ser vislumbrado na persistência do dualismo estrutural na análise das economias latino-americanas, o que é evidenciado por Francisco de Oliveira, em *Crítica à razão dualista*, de 1973.

Análise Econômica do **método histórico**. O estudo comparativo de problemas similares, no **plano abstrato**, em variantes condicionadas por situações históricas diversas e em distintos contextos nacionais, induziu-o [o autor] a adotar um **enfoque estrutural** dos problemas econômicos (FURTADO, 1965, p. 13, grifos meus).

Tal opção metodológica estava relacionada à crença de que

(...) los esfuerzos para lograr una interpretación de la realidad latino-americana que llegue a un mayor grado de concreción, debería conducir a la elaboración de una tipología que identifique los trazos comunes e indique al mismo tiempo con cierta concreción y rigor sus evidentes particularidades estructurales, las cuales condicionan evoluciones diferenciadas y, por consiguiente, políticas de desarrollo diferenciadas también (SUNKEL; PAZ, 2005 [1970], p. 5).

Nesse sentido, autores como Raúl Prebisch, Celso Furtado, dentre outros, desenvolveram seus estudos acerca do subdesenvolvimento e do processo de industrialização latino-americana pautados em um esforço de apreensão da realidade particular da região, a partir de sua situação histórica concreta (SUNKEL; PAZ, 2005 [1970]). Uma expressão desse esforço se manifesta na própria concepção cepalina de subdesenvolvimento, elucidada por Celso Furtado:

O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. (...) Como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônomo. A falta desse esforço tem levado muitos economistas a explicar, por analogia com a experiência das economias desenvolvidas, problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento (FURTADO, 1965, p. 184-185).

Ao identificarem diferenças significativas entre a evolução da sociedade latino-americana e a evolução das sociedades europeias, tais autores criticaram a transposição de um modelo de desenvolvimento de uma realidade histórica para outra, verificada nas teses associadas às Teorias da Modernização²⁵ e apontaram para a necessidade de elaboração de uma teoria específica para a América Latina, estimulando, assim, um olhar

²⁵ Prebisch critica, em seu texto *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*, “el falso senso de universalidad” da teoria econômica geral e salienta o fato de que o conhecimento da realidade latino-americana concerne, primordialmente, aos economistas latino-americanos (PREBISCH, 1986 [1949], p. 482).

direcionado à região, ressaltando sua identidade como um todo e as particularidades e nuances de cada economia latino-americana.

O estruturalismo latino-americano, nomenclatura por meio da qual ficou conhecido o pensamento desenvolvido no âmbito da CEPAL, também foi responsável por imputar uma crítica profunda à teoria econômica clássica das vantagens comparativas de David Ricardo, à qual se filiava uma grande parcela das análises acerca do desenvolvimento econômico. Raúl Prebisch, em seu artigo *El desarrollo económico de America Latina y algunos de sus principales problemas*, de 1949, o qual se tornou conhecido como “Manifesto latino-americano” (cf. HIRSCHMAN, 1973 [1961]), ao analisar o papel ocupado pela América Latina na divisão internacional do trabalho e as possibilidades de desenvolvimento que se colocavam para os países da região, contrapôs-se à noção de que a especialização dos países em determinadas atividades se converteria, por meio do comércio internacional, em benefício mútuo para o conjunto dos países, presente na tese defendida por Ricardo²⁶ (1996 [1817], p. 97).

Segundo Prebisch, a premissa de que o progresso técnico se repartiria igualmente por toda a cadeia da divisão internacional do trabalho, através do intercâmbio internacional entre as nações especializadas na produção industrial e as nações especializadas na produção de produtos primários, havia sido refutada pela realidade concreta, na medida em que “(...) Las ingentes ventajas del desarrollo de la productividad no han llegado a la periferia, en medida comparable a la que ha logrado disfrutar la población de esos grandes países [grandes países industriais]” (PREBISCH, 1986 [1949], p. 479). Tal premissa, além de obscurecer o real caráter do intercâmbio estabelecido entre países industriais e países exportadores de produtos primários, justificava o papel da América Latina na divisão internacional do trabalho como produtora e exportadora de matérias-primas e de alimentos (PREBISCH, 1986 [1949], p. 479).

²⁶ Reproduz-se aqui o trecho integral em que David Ricardo enuncia sua tese: “Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio” (RICARDO, 1996 [1817], p. 97).

Prebisch chamou atenção para o desequilíbrio existente na difusão do progresso técnico para os países industrializados e para os países produtores de bens-primários. Enquanto nos países centrais têm lugar uma distribuição gradual do fruto do progresso técnico entre todos os grupos sociais e classes sociais, nos países da periferia explicitam-se diferenças profundas nos níveis de vida de sua população e da população dos países industrializados. A industrialização nos países periféricos se apresentaria, segundo o autor, como único meio de elevação progressiva do nível de vida das massas, visto que possibilitaria de fato a captação de parte dos frutos do progresso técnico (PREBISCH, 1986 [1949], p. 479).

Dentro dessa perspectiva, Prebisch introduziu a noção de centro-periferia, a qual expressava o caráter desigual sob o qual se assentava o intercâmbio realizado entre os países²⁷. Os países latino-americanos, “(...) regiões que (...) tinham suas estruturas econômicas e sociais moldadas do exterior, mediante a especialização do sistema produtivo e a introdução de novos padrões de consumo” (FURTADO, 1980, p. 83), constituíam a periferia do sistema internacional e tinham grande parte de sua renda apropriada pelos países centrais, países especializados na produção de bens industriais. As economias periféricas, segundo Bielschowsky (2000), caracterizam-se por possuir

(...) uma estrutura pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea, que contrasta com o quadro encontrado na situação dos países centrais. Nestes, o aparelho produtivo é diversificado, tem produtividade homogênea ao longo de toda sua extensão e tem mecanismos de criação de difusão tecnológica e de transmissão social de seus frutos inexistentes na periferia (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 22).

A crítica imputada à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, introduzida por Raúl Prebisch, ao mesmo tempo em que significou uma ruptura com a interpretação econômica dominante até o momento e a constituição de uma nova concepção acerca do padrão de relacionamento entre os países no comércio internacional, repercutiu

²⁷ Raúl Prebisch descreve as relações comerciais estabelecidas entre as economias centrais e periféricas a partir do fenômeno da deterioração dos termos de troca, o qual diz respeito à relação de preços entre bens industrializados e bens primários, relação essa que favorece os primeiros (PREBISCH, 1986 [1949], p. 482).

concretamente nas políticas implementadas pelos governos da região²⁸. Dado o papel de relevo atribuído pelos autores cepalinos ao Estado na consecução do processo de industrialização nacional, a influência das premissas de Raúl Prebisch e das formulações desenvolvidas no interior da CEPAL foi sentida em países como Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai, nos quais “(...) o desenvolvimentismo se converte na ideologia dominante e na matriz por excelência das políticas públicas” (MARINI, 1992, p. 80)²⁹.

1.3 A década de 1960: crises e lutas sociais

O avanço do processo de industrialização latino-americana está inscrito em um contexto mais amplo de reestruturação da economia mundial, conduzida pelos Estados Unidos no Pós-guerra, o qual se caracterizou pela expansão e aceleração tanto da circulação do capital produtivo quanto da circulação do capital-dinheiro (MARINI, 1977b). Tais mudanças se refletem em um reordenamento da divisão internacional do trabalho, em que a estrutura centro-periferia, caracterizada pela CEPAL como um intercâmbio desigual entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, complexifica-se em função do papel cada vez mais decisivo assumido pela indústria em alguns países como Argentina, Brasil e México. O efeito produzido por tal mudança foi “(...) un reescalamiento, una jerarquización de los países capitalistas en forma piramidal y, por consiguiente, el surgimiento de centros medianos de acumulación – que son también potencias capitalistas medianas (...)” (MARINI, 1977b, p. 08).

Esse contexto de reestruturação da economia capitalista mundial e de expansão monetária permitiu aos Estados Unidos a ampliação de sua capacidade de acumulação, impulsionando, nesse país, um acelerado processo de monopolização de capital³⁰. Como expressões concretas dessa monopolização do capital emergem as multinacionais, empresas

²⁸ Na mesma medida em que as ideias formuladas por Raúl Prebisch e pelos demais integrantes da CEPAL refletem o processo de industrialização que se estabelecia na América Latina, as políticas de governo desses países expressavam a recepção daquele pensamento na prática.

²⁹ Quanto ao papel do Estado, Celso Furtado é enfático em suas obras, ao conferir ao Estado a responsabilidade como principal centro de decisões no processo de desenvolvimento (FURTADO, 1965, p. 236).

³⁰ A extensa massa de capital acumulada pelos monopólios estadunidenses reverteu-se, em grande medida, em reinvestimentos diretos no exterior e em investimentos em títulos. Marini afirma que no ano de 1968, 61% do total de investimentos diretos mundiais correspondiam ao capital estadunidense.

que possuem 25% ou mais de seu investimento, produção, emprego ou vendas no exterior, e dentro das quais há a integração de capitais nacionais a movimentos de fusões, trustes e acordos internacionais (MARINI, 1977b, p. 04).

A ampliação e fortalecimento das empresas multinacionais estão vinculados à rentabilidade que seus investimentos implicam, critério esse dentro do qual são considerados os custos relativos à infraestrutura de transportes, às matérias-primas, à energia e principalmente ao custo da mão de obra e ao mercado interno disponível. No interior desse movimento que se manifesta na expansão dos investimentos diretos, principalmente por parte dos Estados Unidos, a América Latina conforma-se como uma das principais receptoras dessas inversões (MARINI, 1977b, p. 06).

Os investimentos estrangeiros diretos e, em maior medida, os investimentos provenientes dos Estados Unidos na região, proporcionaram, segundo Marini, o fortalecimento da indústria manufatureira de países como Argentina, México e Brasil. Marini (1977b, p. 10) identifica nesse processo a internacionalização do sistema produtivo nacional dos países latino-americanos e sua integração à economia capitalista mundial. Articulado a essa consequência está o aprofundamento do processo de concentração e centralização do capital³¹ naqueles países; impactos negativos sobre a classe trabalhadora, bem como alterações nas estruturas produtivas latino-americanas³².

³¹ A concentração e a centralização de capital são explicadas por Pierre Salama e Jacques Valier a partir do processo de monopolização, que tem lugar no final do século XIX:

“Sob a pressão da concorrência, no século XIX, cada capitalista se vê obrigado a diminuir seus custos de produção, a fim de baixar seus preços, tendo em vista defender ou ampliar seu mercado; nesse caso, seus lucros são mantidos. Mas, para diminuir seus custos ele carece de mais capital. Para obter o máximo possível de capital, os capitalistas terão então uma **dupla reação** (grifos dos autores):

1. tentarão não diminuir seus preços: obterão então, caso diminuam seus custos de produção, superlucros que tentarão manter e defender. Buscarão impedir a entrada de novos concorrentes em seu ramo, introduzindo para isso práticas de monopólios;

2. explorarão intensamente a nascente classe operária. (...)

Mas essa dupla reação **não é suficiente** (grifos dos autores) para por à disposição de **cada** (grifos dos autores) capitalista uma quantidade de capital suficiente para aumentar as capacidades de produção e desenvolver o equipamento. É essa a **razão essencial** (grifos dos autores) pela qual se vai assistir, ao mesmo tempo:

- uma **concentração do capital** (grifos meus), isto é, um aumento da acumulação de capital por capitalista;
- uma **centralização do capital** (grifos meus), isto é, uma redução do número de capitalistas (fusões, absorções), que se manifesta concretamente pelo desaparecimento de um certo número de fábricas, pela racionalização de um certo número de outras etc.” (SALAMA; VALIER, 1975, p. 61-62).

³² As modificações instauradas nas estruturas industriais latino-americanas dizem respeito à produção de bens suntuários nesses países, i.e., bens que apenas um estrato muito limitado de suas populações pode consumir. Assim, negligenciam-se as necessidades concretas de consumo das sociedades latino-americanas.

A industrialização latino-americana, conduzida através do modelo de substituição de importações e influenciada pelos preceitos cepalinos, embora tenha representado profundas alterações na estrutura econômica daqueles países, enfrentou grandes entraves e obstáculos à sua consecução³³. A própria CEPAL, ao longo da década de 1960, a partir da análise da evolução do processo industrial na região, empenhou-se na busca por explicações às dificuldades encontradas por cada país na concretização de sua produção industrial nacional (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 37).

Embora o processo de substituição de importações tenha se constituído enquanto forma característica de desenvolvimento de alguns países latino-americanos³⁴ durante as décadas de 1930-1950, elementos tanto de ordem econômica, quanto de ordem política questionaram a sobrevivência desse modelo de desenvolvimento econômico (SUNKEL; PAZ, 2005 [1970], p. 76). Ao analisarem os rumos do modelo de substituição de importações à luz dos eventos históricos daquele período, Sunkel e Paz sublinham que

Si bien es cierto que la expansión industrial, sobre todo en países más grandes de área, alcanzó ritmos y dimensiones considerables, no lo es menos que tiende a agotarse en los últimos años, de modo que el ritmo de desarrollo viene decayendo. La política redistributiva hace crisis en la medida que la economía no expande con rapidez suficiente para atender las crecientes necesidades de los sectores de ingresos medios y bajos (...) El proceso de industrialización no parece haber conseguido la incorporación creciente de las masas rurales desplazadas y de los sectores urbanos de bajos ingresos a la esfera de la actividad económica moderna (...) Por otro lado, el estancamiento del sector rural, de las exportaciones y del proceso de industrialización durante la última década se tradujeron en una disminución del ritmo de crecimiento del ingreso. (...) de este modo hace crisis la alianza que existió entre los empresarios, los sectores medios urbanos y los obreros organizados durante el período de expansión industrial (SUNKEL; PAZ, 2005 [1970], p. 76-77).

O desenvolvimento industrial nacional, ao se tornar mais complexo, significava, naquelas economias, maior dependência tecnológica, assim como pressupunha a necessidade, cada vez mais premente, de entrada de insumos externos e financiamento estrangeiro (FALETTO, 1998). A política de substituição de importações, nesse sentido,

³³ O debate sobre a crise do processo de substituição de importações é bastante amplo e permeou as obras de diversos estudiosos cepalinos e de seus críticos, dos autores vinculados à tradição dependentista, entre outros. Textos como o de Maria da Conceição Tavares, *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*, escrito em 1963 e o de Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, de 1966; são referências importantes nesse debate.

³⁴ De acordo com Theotônio dos Santos, “(...) a industrialização se afirmou, sobretudo, no Brasil, México, Argentina, e, em parte, no Chile e na Colômbia” (SANTOS, 2000, p. 74).

não lograra a redução da vulnerabilidade das economias latino-americanas aos choques externos nem a diminuição de suas limitações de divisas (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2005).

Para Marini, a crise que se configurou na maioria dos países latino-americanos, na década de 1960, foi uma crise de acumulação e de realização da produção, a qual se manifestou “(...) por um lado, no estrangulamento da capacidade para importar os elementos materiais necessários para o desenvolvimento do processo de produção e, por outro, nas restrições encontradas para a realização da produção” (MARINI, 1992, p. 80). As motivações dessa crise encontravam raízes no fato de a industrialização haver sido conduzida sobre as bases da “(...) velha economia exportadora³⁵, isto é, sem acudir a reformas estruturais capazes de criar um espaço econômico adequado ao crescimento industrial” (MARINI, 1992, p. 80).

Os setores industriais latino-americanos, que começaram a se fortalecer no final da década de 1920, não conseguiram atingir a autossuficiência, permanecendo, em grande medida, subordinados à economia internacional através das exportações de bens primários e de dívidas contraídas via empréstimos estrangeiros. As divisas necessárias à manutenção da capacidade de importar, advindas das exportações latino-americanas, continuavam sujeitas “(...) à tendência secular da deterioração das relações de troca, já diagnosticada pela CEPAL” (MARINI, 1992, p. 81). Dessa forma, uma queda nas importações de produtos primários latino-americanos pelos países centrais, representava necessariamente a redução das exportações latino-americanas, comprometendo a consecução do processo de substituição de importações na região. Por outro lado, os investimentos diretos, empréstimos e financiamentos estrangeiros, que constituíam, ao lado das exportações de bens primários, uma fonte de divisas para o processo de substituição de importações, começaram a restringir, em certa medida, a capacidade importadora da América Latina, uma vez que os lucros obtidos no mercado internacional, deveriam se converter “(...) em

³⁵ Donghi ressalta alguns obstáculos impostos pelo setor primário à política desenvolvimentista e aos esforços de industrialização latino-americana. Este setor foi responsável por obstruir tanto a consecução da reforma agrária, necessária à elevação da capacidade produtiva dos países e à expansão da demanda interna, quanto a edificação de estruturas industriais modernas, já que se mostravam resistentes a financiar os custos da industrialização na região (DONGHI, 1976).

divisas, que teriam que ser subtraídas ao montante obtido com as transações externas” (MARINI, 1992, p. 82).

Inscrita no processo de integração monopolista mundial do sistema capitalista, capitaneado pela hegemonia dos Estados Unidos, a industrialização nos países latino-americanos teve seu crescimento condicionado pela penetração do capital estrangeiro e dos interesses das empresas multinacionais, que, ao investirem na produção industrial latino-americana, passavam a deter o controle sobre os setores mais dinâmicos daquelas economias, recrudescendo, assim, a dependência estrutural que marcava a região (BAMBIRRA, 1971, p. 35). Somados aos efeitos econômicos acima enunciados, tal processo impactou profundamente a configuração política latino-americana, na medida em que produziu rupturas no sistema de dominação das burguesias industriais dos países da região, dificultando, segundo Bambirra, que o controle do aparato político institucional fosse mantido “(...) dentro de las constituciones tradicionales y/o a través de arreglos de tipo populista”. (BAMBIRRA, 1971, p. 31). Embora as burguesias industriais latino-americanas tenham buscado conservar parte do controle do processo produtivo e do desenvolvimento econômico, por meio de “*intentos desarrollistas*” e da radicalização do “*nacionalismo populista*”, seu projeto de “desenvolvimento nacional autônomo” foi colocado em xeque³⁶ (BAMBIRRA, 1971, p. 36).

Os regimes de tipo “bonapartista” que se estabeleceram nos países latino-americanos, nos quais as burguesias industriais apoiavam-se nas classes médias e no proletariado para fazer frente às classes agrário-mercantis³⁷, cedem lugar à integração

³⁶ Vânia Bambirra descreve esse momento político, ressaltando seu caráter contraditório e indicando exemplos concretos de protagonismo das burguesias industriais latino-americanas: “(...) se termina el sueño utópico de los progresistas y nacionalistas, que pretendían desarrollar una burguesía nacional en Latinoamérica. (...) Todo esto no se realiza sin choques y contradicciones. Por el contrario, éstas se manifiestan en los desesperados intentos desarrollistas de las burguesías nacionales (expresados en los análisis de muchos científicos sociales, especialmente los cepalinos, y en varios programas de gobierno) que pretenden poseer, al menos, parte del control de proceso productivo y del desarrollo económico. Ellas se manifiestan, también, en el nacionalismo populista, que siendo de origen burgués fue radicalizado por el liderazgo pequeño-burgués sobre el movimiento popular, evolucionado en muchos casos hasta el antiimperialismo, y que provocó una serie de movimientos políticos y convulsiones sociales en la década del 50. A modo de ilustración, podemos señalar la revolución boliviana del 52-53; el frustrado intento antiimperialista de Jacobo Arbenz en Guatemala; el contragolpe del general Teixeira Lott, en Brasil, que consolidó la posición del Presidente electo Juscelino Kubitschek; y el movimiento que derroca al dictador Pérez Jiménez en Venezuela (BAMBIRRA, 1971, p. 36).

³⁷ O projeto das burguesias industriais latino-americanas visava o desenvolvimento de setores de bens de capital nos países latino-americanos, processo que daria continuidade à substituição de importações na região.

dessas burguesias com os capitais imperialistas. Essa integração se dá por meio da associação das empresas locais com o capital estrangeiro, cuja penetração nos setores industriais daqueles países garante a continuidade do processo de substituição de importações. A burguesia industrial latino-americana, que esteve subordinada às classes agrário-mercantis desde sua emergência, não foi capaz de resistir às pressões do capital estrangeiro. O condicionamento a que a indústria esteve adscrita, impossibilitou que as burguesias industriais se sobrepusessem efetivamente ao setor agroexportador, na medida em que dele dependiam para a aquisição de divisas para a importação de equipamentos e de bens intermediários (MARINI, 1969). Frente a essas fragilidades, a entrada de capital estrangeiro aparece como

(...) una solución conveniente para las dos partes: para el inversionista extranjero, su equipo obsoleto produciría allí utilidades similares a las que podía obtener con un equipo más moderno en su país de origen, en virtud del precio más bajo de la mano de obra local; para la empresa local, se abría la posibilidad de lograr con dicho equipo una plusvalía relativa de considerable importancia (MARINI, 1969, p. 19).

Firmado o compromisso com o capital estrangeiro, enfraquecem-se as bases sobre as quais estavam fundamentadas as políticas desenvolvimentistas dos governos latino-americanos, na medida em que se promove uma cisão entre a burguesia industrial e as classes populares. As aspirações das últimas se veem frustradas diante da aliança explícita entre as burguesias industriais latino-americanas e o imperialismo, ao mesmo tempo em que se intensifica a superexploração a que estas classes estavam submetidas. (MARINI, 1969, p. 19) Tal exploração é evidenciada por Marini, que explicita os mecanismos contraditórios sobre os quais se erguera a indústria dos países dependentes latino-americanos:

Nesse sentido, segundo Marini, essas burguesias buscaram ampliar a escala de mercado, através de políticas de distribuição de renda e de reforma agrária. Ao mesmo tempo, empenharam-se para aumentar as transferências de capital do setor exportador para o setor industrial, por meio da criação de tarifas protecionistas que defendessem o mercado nacional. Para dar consecução a tal estratégia, tais burguesias se valeram de regimes de tipo “bonapartista”, mediante o qual atraíram o apoio das classes populares, com a promessa de distribuição de renda, apoio esse que lhes garantia a possibilidade de se sobrepor às classes agrário-mercantis (MARINI, 1969, p. 14-15).

Atendiendo a la demanda creada por las clases ricas y utilizando una tecnología ahorrativa de mano de obra, la industria latino-americana se encontró con un mercado reducido, que trataba de compensar utilizando abusivamente la relación precio-salarios. Esto era posible justamente porque, empleando una tecnología ahorrativa de mano de obra, la industria afrontaba una oferta de trabajo en constante expansión, lo que le permitía fijar los salarios a su más bajo nivel. En contrapartida, el crecimiento del mercado era extremadamente lento y no se podía compensar sino mediante el alza de precios, es decir, la inflación. (MARINI, 1969, p. 17)

Esses mecanismos, que se expressavam na superexploração das classes trabalhadoras do campo e da cidade e no aumento da inflação, somados ao abandono das políticas de redistribuição de renda e de reforma agrária e às políticas de “*estabilización*” conduzidas pelas burguesias industriais, produziram forte descontentamento entre as classes trabalhadoras, na medida em que suas reivindicações de trabalho e de consumo não se viram satisfeitas (MARINI, 1969, p. 18) O caráter contraditório do processo de industrialização latino-americana nos marcos da integração monopolista mundial também é ressaltado por Vânia Bambirra, que chama a atenção para seus reflexos nos países latino-americanos:

(...) disminución del ritmo de crecimiento en las tasas de capacidad instalada no utilizada de las industrias, en el crecimiento de los índices de desempleo, en el aumento de la deuda externa junto con la acentuada descapitalización de las economías nacionales provocada por las enormes remesas de capitales hacia el exterior, bajo la forma de exportación de ganancias, royalties, servicios, etcétera (BAMBIRRA, 1971, p. 38).

A conjunção desses elementos enseja uma profunda crise do capitalismo dependente na década de 1960, a qual opõe de um lado as classes dominantes, ávidas pela manutenção de seu poder, e, de outro, as classes dominadas, que ansiavam por melhores condições de vida. Essa oposição se radicaliza em dois grandes movimentos: as insurreições e levantes populares em diversas regiões da América Latina e a conformação de golpes e ditaduras militares nos países latino-americanos, fato que é registrado por Marini:

(...) el ascenso de las luchas sociales en la región se registró de manera ininterrumpida, provocando una radicalización política que cristalizó, en un polo, en la Revolución Cubana, a fines de la década y, en el otro, en las dictaduras militares que, a partir del golpe militar de 1964 en Brasil, se implantaron en diversos países (MARINI, 1999, p. 12).

Quanto à radicalização política das classes populares latino-americanas, a Revolução Cubana, de 1959, representou um marco divisor nas lutas sociais e políticas do continente latino-americano. A luta anti-imperialista e o posterior caráter anticapitalista assumido pelo processo revolucionário cubano significaram para as esquerdas e para a classe trabalhadora latino-americana a possibilidade de ruptura com a ordem estabelecida, com o sistema econômico-social capitalista. Sob o impacto do movimento político cubano, os países latino-americanos se viram envolvidos por um forte ascenso do movimento de massas. Theotônio dos Santos destaca as variadas dimensões assumidas pela luta política latino-americana:

Al nivel político se crea una situación explosiva donde las tendencias a cuestionar al sistema actual buscan formas de expresión radicales, sea a través de rebeliones de masas explosivas, sea a través de formas organizadas de lucha de masas como las huelgas generales, sea a través del apoyo electoral a las fuerzas políticas que se presentan como negación del sistema existente. Este cuestionamiento no tiene aún forma política clara, sino que es más bien la expresión de una radicalización general y de una incapacidad del sistema actual de ofrecer soluciones convincentes para la grave crisis en curso (SANTOS, 1972a [1971]).

Como expressões do ascenso do movimento popular na década de 1960 na região latino-americana, Vânia Bambirra, em seu artigo *Diez años de insurrección en América Latina*, de 1971, elenca: a resistência popular à tentativa de golpe militar em 1961 no Brasil e a formação de novas organizações de esquerda nesse mesmo país, como a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), a Ação Popular e o Movimento Tiradentes, as quais defendiam a necessidade de uma insurreição; a instalação do movimento guerrilheiro na Guatemala entre 1961 e 1963, o qual se inscrevia na esteira da radicalização de setores militares e da resistência armada nas cidades; a formação da Frente Sandinista de Libertação Nacional, em 1961, na Nicarágua; o início de um movimento insurrecional na Venezuela, em 1962, que tinha como expressões as manifestações de rua, a greve dos transportes e os levantamentos militares, lutas que foram capazes, segundo a autora, de unificar o *Movimiento Izquierda Revolucionaria* e o *Partido Comunista*, por meio de ações de guerrilhas urbanas e rurais; o novo caráter assumido pelo movimento camponês na Colômbia e o surgimento de guerrilhas com caráter insurrecional nesse mesmo país; o movimento camponês no sul do Peru, a formação do *Movimiento Izquierda Revolucionaria* (MIR) e da *Frente Izquierda Revolucionaria* (FIR), bem como as ações

guerrilheiras no centro e no sul do país; tentativas de formação de guerrilhas em países como Paraguai, Argentina, Equador, Honduras e Brasil entre os anos de 1960 a 1963 e a emergência de organizações de esquerda em quase todos os países latino-americanos, cujo objetivo central era preparar a insurreição (BAMBIRRA, 1971, p. 31-32).

Embora amplo e significativo, os movimentos insurrecionais começam a sofrer um grave declínio a partir dos anos de 1963 e 1964, quando se instaura uma fase de descenso dessas lutas sociais e políticas. Para Bambirra, as causas desse descenso poderiam ser encontradas tanto na articulação entre a crise do capitalismo dependente, a ofensiva imperialista no plano mundial e a nova estratégia do imperialismo na América Latina, quanto no reformismo e na imaturidade político-ideológica das novas organizações de esquerda (BAMBIRRA, 1971, p. 34-35).

As três primeiras causas atribuídas por Bambirra ao descenso do movimento de massas na região estão, em grande medida, associadas, devendo ser entendidas de maneira conjugada. A crise do capitalismo dependente, cuja raiz se vincula às contradições resultantes do processo de integração monopolista mundial, ao acirrar a luta de classes na região latino-americana, ao mesmo tempo em que cria as condições objetivas para que as classes populares se insurjam contra o sistema de dominação vigente, mobiliza as classes dominantes para conter os efeitos dessa crise e garantir a manutenção de seu poder. Ao lado das medidas de estabilização monetária, as burguesias latino-americanas centraram seus esforços na contenção das ameaças de greves, das tentativas de insurreição popular, e de toda e qualquer mobilização popular que pusesse em questão o cumprimento de seus objetivos (BAMBIRRA, 1971, p. 38). De acordo com a autora, todas essas medidas gozaram do respaldo dos Estados Unidos, país cuja grande expansão econômica e militar o colocava à frente da ofensiva imperialista no plano mundial.

Segundo Bambirra, é sob o governo de John Kennedy que a expansão econômica e militar dos Estados Unidos assume um caráter de ofensiva imperialista, arquitetada, em grande medida, a partir da ampliação do Ministério de Defesa, sob a direção de Robert Mc Namara, o qual desenvolveu sistemas de logística que permitiram a difusão das tropas estadunidenses para diversas regiões do mundo. Essa ofensiva foi possibilitada, de acordo com a autora, por três fatores principais: pela intensificação da expansão, concentração e centralização dos grandes monopólios, que exigiu uma expansão dos mercados em direção

aos setores mais dinâmicos das economias dependentes, como forma de dar vazão aos crescentes excedentes econômicos gerados pela economia estadunidense³⁸; pela aplicação da política de coexistência pacífica pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), por meio da qual se evitavam as situações de conflito em nível internacional³⁹; e pela crise originada pela divisão do “*campo socialista*”, cujas motivações estavam associadas ao conflito sino-soviético. (BAMBIRRA, 1971, p. 40-41)

Essa ofensiva imperialista dos Estados Unidos se manifestou, na América Latina, nas estratégias de política externa para a região. Theotônio dos Santos sintetiza de maneira precisa a orientação da política imperialista estadunidense nos países latino-americanos:

En América Latina, la aplicación de una política antiguerrillera y de seguridad nacional con tropas entrenadas y la formación de cuerpos especializados en las técnicas de antiguerrilla y antimotines, la asistencia a las policías locales, la ayuda militar a esta nueva orientación estratégica, permitieron destruir o aislar a focos guerrilleros. Esta política represiva se combinaba con una imagen de una política de reformas: la lucha por los derechos civiles y contra la pobreza en el interior de los Estados Unidos, ligada a una **política de ayuda externa consustanciada en programas aparentemente reformistas como la Alianza para el Progreso⁴⁰, el apoyo a las reformas sociales moderadas, a la ‘revolución en libertad’ en Chile, la apertura de relaciones económicas con el bloque socialista**. Se trata de una política ofensiva a todos los niveles que parecía abrir a Estados Unidos una era de dominio político mundial (SANTOS, 1972a [1971], p. 102, grifos meus).

No plano econômico-social, os objetivos perseguidos pelos Estados Unidos se concentravam em “a) Contener las tensiones em las zonas de mayor convulsión política; b) Eliminar los obstáculos para el funcionamiento de las empresas monopólicas; c) Aumentar

³⁸ Os excedentes econômicos criados pela acumulação estadunidense foram investidos nos setores industriais latino-americanos.

³⁹ Segundo Vânia Bambirra, a orientação dessa política indicava que a luta de classes nos países capitalistas deveria ser conduzida de maneira a não arriscar a paz entre o bloco capitalista e o bloco socialista. Ainda de acordo com a autora, esta orientação teve profundas repercussões nas táticas e estratégias dos Partidos Comunistas da região vinculados à URSS, os quais desenvolveram uma política de colaboração com as classes dominantes nacionais (BAMBIRRA, 1971, p. 47-48)

⁴⁰ A Aliança para o Progresso foi um programa de “ajuda” à América Latina, criado em 1961 pelos Estados Unidos. A despeito de seu objetivo formal, inscrito na *Carta de Punta del Este*, “A Aliança para o Progresso tem como objetivo unir tôdas as energias dos povos e Governos das Repúblicas Latino-americanas, a fim de desenvolver um magno esforço cooperativo que acelere o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos participantes, para que consigam alcançar o máximo grau de bem-estar com iguais oportunidades para todos, em sociedades democráticas adaptadas aos seus próprios desejos e necessidades” (Carta de Punta del Este, 1961 [1961]), esse programa se incluía na estratégia imperialista dos Estados Unidos, como instrumento de controle das políticas econômicas latino-americanas e de contenção dos movimentos populares que se erguiam na região, os quais ameaçavam dar continuidade à revolução iniciada em Cuba.

el prestigio de EE. UU. y su zona de influencia” (BAMBIRRA, 1971, p. 42). Já no plano militar, os Estados Unidos intentavam pôr em prática uma política de repressão aos movimentos insurreccionais populares latino-americanos, cuja estratégia se pautava por

- a) La elaboración de una doctrina anti-insurreccional.
- b) La modernización de los ejércitos a través de la venta de materiales, la preparación y adiestramiento del personal y la flexibilidad de los sistemas de logísticas (formación de programas de asistencia militar).
- c) Los intentos de coordinación de los ejércitos latino-americanos (BAMBIRRA, 1971, p. 43-44)

Se por um lado essas estratégias estadunidenses encontraram apoio nas classes dominantes latino-americanas, que viviam naquele momento uma grave crise econômica e política, por outro, ofereceram a base de sustentação para os golpes militares instaurados na região. A análise de Bambirra sobre esse fenômeno é bastante elucidativa:

(...) esta nueva estrategia imperialista en el continente, será la mejor alternativa de poder frente a la crisis del populismo y a la amenaza del movimiento popular en la medida en que primero pone la tónica en el enemigo interno; segundo busca modernizar y coordinar los aparatos represivos, aumentando su eficiencia y al mismo tiempo, su prestigio frente a las clases dominantes; tercero los vincula más estrechamente al control norteamericano, capacitando cada vez más a los grupos militares más audaces. Así, pues, debemos comprender los golpes militares latino-americanos, a partir de 1963, dentro de este nuevo contexto, en el cual son a la vez un producto de la nueva estrategia imperialista y su condición de realización (BAMBIRRA, 1971, p. 45).

O período em que coincide a emergência de governos militares em alguns países latino-americanos e o descenso dos movimentos insurreccionais latino-americanos tem como expressões: o fracasso de diversos movimentos guerrilheiros no Equador, na Nicarágua e no Brasil; a sequência de golpes de estado na Guatemala, Equador, República Dominicana e Honduras, em 1963, na Bolívia e no Brasil, em 1964, na Argentina, em 1965; a invasão de Santo Domingo pelos Estados Unidos e por alguns países latino-americanos e a contenção do movimento insurreccional em 1965; o massacre das guerrilhas peruanas em 1966; a ofensiva contra as guerrilhas colombianas e a fragilização da rede de apoio urbano do Exército de Libertação Nacional; o crescimento da ultradireita na Guatemala; e o

aniquilamento, em 1967, da guerrilha boliviana, momento em que Che Guevara foi morto (BAMBIRRA, 1971, p. 33-34).

Como salientado anteriormente, esse descenso não tem suas raízes ligadas apenas à articulação entre a crise do capitalismo dependente e a estratégia imperialista estadunidense na região, mas, explica-se, para Bambirra, particularmente, pelas fragilidades e deficiências das esquerdas latino-americanas. (BAMBIRRA, 1971) Em traços gerais⁴¹, Bambirra criticava, de um lado, a política de conciliação de classes conduzida pelos Partidos Comunistas, que haviam se formado sob a influência da URSS e que reproduziam suas orientações de maneira mecânica e irrefletida para a realidade dos países latino-americanos, e a limitação de suas estratégias aos marcos do reformismo, e de outro, a dificuldade das novas organizações revolucionárias em “(...) combinar las diversas formas de acción directa y el desencadenamiento de una lucha armada, con la incorporación progresiva de sectores cada vez más amplios de la población, de manera de poder evitar discontinuidades y retrocesos acentuados” (BAMBIRRA, 1971, p. 54).

É com essa realidade, marcada por contradições e conflitos, possibilidades e incertezas, que se deparam os estudiosos da problemática da dependência.

1.4 Considerações finais

As profundas transformações pelas quais passou a América Latina na primeira metade do século XX, cujos efeitos repercutiram nas distintas e variadas dimensões de sua realidade concreta, foram objeto de análise, reflexão e investigação por um conjunto bastante extenso de estudiosos latino-americanos. O processo de industrialização que se iniciara no final do século XIX em alguns países como Brasil, México e Argentina, ganhou novo impulso com as duas grandes Guerras Mundiais e com a crise de 1929, desenvolvendo-se em diversos países latino-americanos. Nesse mesmo processo consolidavam-se burguesias industriais latino-americanas, que ao defenderem seus interesses ligados ao avanço da industrialização, enfrentavam os interesses das clases

⁴¹ Tendo em vista que no terceiro capítulo serão analisadas as perspectivas políticas de Bambirra, Marini e Santos, optou-se por apenas indicar os elementos mais gerais da crítica de Bambirra a alguns setores da esquerda latino-americana.

agrário-mercantis, associadas ao setor de exportação dos países latino-americanos, buscando se hegemônizar como classe dominante naqueles países.

Mesmo frente aos conflitos e às contradições naquele processo, a nova posição ocupada pelos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho foi vista por muitos daqueles estudiosos como uma possibilidade real de superação da condição de subdesenvolvimento e de conquista de um desenvolvimento nacional autônomo. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) no final da década de 1940, cuja emergência redimensionara os estudos sobre o desenvolvimento na região, consubstanciava os interesses das burguesias industriais ascendentes e da burocracia estatal em seus estudos e relatórios, defendendo um projeto de desenvolvimento nacional assentado no avanço da industrialização, cuja consecução deveria ser impulsionada e controlada pelo Estado.

Finda a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, que viveram uma intensa expansão econômica e militar, impunham-se como nova força hegemônica no sistema mundial, em meio a um processo de concentração e centralização de capital perpetrado pelas empresas multinacionais. Tais movimentos deram lugar a investimentos nos setores industriais dos países dependentes latino-americanos, fato que introduziu alterações substanciais nas dinâmicas econômica, social e política daqueles países. A penetração do capital estrangeiro nas economias da região, ao mesmo tempo em que possibilitou a continuidade de seus processos de substituição de importações, significou a subordinação de suas decisões políticas e econômicas aos desígnios de países e empresas estrangeiras, bem como o fracasso dos “projetos nacionais” das burguesias industriais latino-americanas. Circunscrita a essa conjuntura está a crise do capitalismo dependente latino-americano, a qual se revelou politicamente no antagonismo entre revolução e contrarrevolução. De um lado estavam os movimentos insurrecionais populares, que tinham na Revolução Cubana sua inspiração, e de outro, os golpes militares instaurados em diversos países da região, os quais contaram com o respaldo dos Estados Unidos.

É precisamente nesse contexto de mudanças na realidade econômica e social e de polarização política que tem lugar, no campo do pensamento latino-americano, debates e críticas ao desenvolvimentismo, ideologia produzida no âmbito da CEPAL e compartilhada pelas burguesias industriais latino-americanas, a qual passa a sofrer duros ataques, sendo

questionada política e intelectualmente. A possibilidade de um desenvolvimento nacional autônomo vê-se frustrada mediante a integração monopolista mundial, na qual a América Latina está inserida, e a industrialização, vista antes como solução para os entraves do desenvolvimento da região, passa a representar uma nova fase da dependência dos países latino-americanos. Gestam-se, nesse momento, análises sobre o fenômeno da dependência latino-americana, o qual passa a presidir as preocupações de cientistas sociais, economistas e historiadores da região nas décadas de 1960 e 1970. Tais perspectivas tornaram-se conhecidas sob a denominação “Teoria da Dependência”, apesar de sua heterogeneidade conceitual e metodológica. A vertente marxista da dependência, foco da presente pesquisa e objeto do próximo capítulo, tem sua emergência inscrita dentro desse mesmo movimento, e é a partir dele que esta deve ser entendida.

Capítulo 2 A constituição da vertente marxista da dependência: *una visión hacia la revolución*⁴²

A produção teórica de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos acerca da dependência, como produto de seu tempo histórico, remonta aos debates que estavam colocados na década de 1960 e início da década de 1970, período em que se discutia a profunda crise que tinha lugar nos países latino-americanos e a necessidade de construção de novas estratégias políticas de transformação social na região, visto que o projeto conduzido pelas burguesias nacionais, apoiado por setores da esquerda latino-americana, havia fracassado.

O esforço coletivo de reflexão sobre a problemática da dependência das formações sociais latino-americanas, no caso da vertente marxista da dependência, concentrava-se, sobretudo no grupo de pesquisa formado no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), o qual estava ligado à Faculdade de Economia da Universidade do Chile e reunia intelectuais de diversos países latino-americanos. Foi no interior desse grupo que se produziram importantes obras de Marini, Bambirra e Santos, como *Dialéctica de la dependencia*, *El capitalismo dependiente latino-americano* e *Dependencia y cambio social*, respectivamente. Paralelamente aos trabalhos produzidos pelos autores da vertente marxista da dependência, pesquisadores tanto do Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), quanto da CEPAL, formularam estudos sobre a problemática da dependência, ensejando um ambiente de vigorosos debates no país.

2.1 A emergência da “Teoria da Dependência”

As reflexões em torno da dependência, as quais ficaram conhecidas como “Teoria” ou “Teorias da Dependência”, têm sua emergência ancorada no Chile, em Santiago, cidade onde estavam fixadas instituições como a CEPAL, o Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), órgão da CEPAL, e centros universitários como o Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), o Instituto de Economia e o Instituto

⁴² A expressão “*una visión hacia la revolución*” representa uma paráfrase do título de um dos capítulos da quinta edição de *Subdesarrollo y revolución*, de Ruy Mauro Marini: “*Hacia la revolución continental*”.

de Sociologia, da Universidade do Chile, onde se reuniram estudiosos de diversos países latino-americanos⁴³, permitindo um ampliado intercâmbio intelectual e de experiências político-sociais (FALETTO, 1998). O protagonismo do Chile⁴⁴ nesse processo é ressaltado por Ruy Mauro Marini:

A partir de 1968, concomitantemente à generalização dos golpes militares e ao avanço da repressão no continente, a intelectualidade de esquerda começa a convergir para o Chile, que conservava intacto seu regime democrático e que acaba por converter-se no *locus* privilegiado de elaboração da nova teoria (MARINI, 1992, p. 88).

Tendo sido formulada em meio às discussões sobre o fracasso do projeto desenvolvimentista latino-americano e em um momento de questionamento da ordem social e econômica capitalista, sobretudo pelo movimento revolucionário cubano, de 1959, a “Teoria da Dependência” trazia em seu bojo, de acordo com Enzo Faletto (1998, p. 110), duas grandes questões: o debate sobre as motivações do atraso latino-americano (ele seria resultado das condicionantes internas ou externas?) e a discussão sobre qual o melhor meio para atingir o desenvolvimento⁴⁵ (através de modelos já existentes ou de um modelo próprio?). Nesse sentido, tal pensamento representou

(...) um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas (...) (SANTOS, 2000, p. 26).

A “Teoria da Dependência” ou “Teorias da Dependência”, entendida como parte integrante da história das ideias latino-americanas (FALETTO, 1998, p. 109) e como “corrente estruturada de pensamento”, constituiu-se a partir de um conjunto de trabalhos

⁴³ Muitos desses estudiosos haviam sido exilados de seus países, como era o caso de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, todos exilados após o golpe militar de 1964, no Brasil.

⁴⁴ Embora o Chile constitua o epicentro dos debates sobre a dependência, reflexões e contribuições sobre tal temática também foram desenvolvidas na Venezuela, com os trabalhos de Héctor Silva Michelena, no México, com os escritos de Alonso Aguilar, Pablo González Casanova e Fernando Carmona, no Caribe, a partir das obras de Norman Girvan, na Colômbia, por Mario Arrubla e no Uruguai, no interior do Instituto de Economía de la *Facultad de Ciencias Económicas y de Administración de la Universidad de la República Oriental de Uruguay* (BAMBIRRA, 1978, p. 24-25). Cabe sublinhar, ademais, a produção de Florestan Fernandes sobre a problemática da dependência latino-americana, discutida em sua obra *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, de 1973.

⁴⁵ As problemáticas do atraso e do desenvolvimento constituíram temas recorrentes no pensamento latino-americano, segundo Albert Hirschman (1973 [1961]).

formulados ou publicados entre os anos de 1964 e 1967, os quais impulsionaram um intenso debate intelectual na região (MARINI, 1992, p. 88). Participaram ativamente dessa construção autores como Fernando Henrique Cardoso, Aníbal Quijano, Enzo Faletto, Edelberto Torres, Francisco Weffort, Tomás Amadeo Vasconi, os quais integravam o ILPES, bem como Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Sérgio Ramos, membros do CESO (BAMBIRRA, 1978, p. 23).

É possível distinguir, a partir dos estudos e obras produzidos por estes autores, dois grupos de estudiosos que, ao longo de sua trajetória, distanciaram-se e opuseram-se em discussões acaloradas acerca do caráter e das formas de superação da dependência latino-americana. De um lado, o brasileiro Fernando Henrique Cardoso e o chileno Enzo Faletto, integrantes do ILPES, sintetizaram sua interpretação a respeito do desenvolvimento econômico latino-americano na obra, que se tornaria mundialmente conhecida, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, escrita entre 1966 e 1967, e de outro, os brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, membros do CESO, publicaram textos, também amplamente difundidos em diversos países, como *Subdesarrollo y revolución*, de 1969, *Socialismo o fascismo: el dilema latino-americano*, de 1968 e *El capitalismo dependiente latino-americano*, de 1972, respectivamente.

Embora estes grupos tenham rivalizado em seus estudos acerca da realidade econômica, política e social latino-americana, tanto no que diz respeito à opção metodológica, quanto no que tange às implicações políticas de suas teses, ambos assumiram uma posição crítica em relação ao pensamento cepalino, na medida em que ressaltavam que a industrialização nos países latino-americanos não havia se consolidado como matriz de um desenvolvimento econômico nacional autônomo, e, mais ainda, ela teria aprofundado os laços de dependência⁴⁶ da região em relação ao centro desenvolvido (CARDOSO; FALETTO, 2004 [1969]; MARINI, 2007 [1972]). A compreensão acerca do fenômeno da dependência constitui-se, para tais autores, como elemento estruturante de suas análises, orientando suas interpretações acerca da realidade concreta latino-americana. Ruy Mauro

⁴⁶ A problematização da dependência latino-americana não é inaugurada pelos dependentistas. Celso Furtado, em sua obra *Uma economia dependente*, de 1956, utiliza o termo “dependente” para caracterizar a economia brasileira. Nessa obra, Furtado considera a economia brasileira “dependente do comércio exterior” (p. 22-23) e “dependente das exportações primárias” (p. 65).

Marini afirma que a dependência deve ser entendida como “(...) relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2007 [1972], p. 109).

Tal concepção é compartilhada tanto por Theotônio dos Santos quanto por Vânia Bambirra, sendo que para o primeiro, o caráter condicionante da dependência se revelaria no condicionamento da economia de determinados países ao desenvolvimento e expansão da economia à qual tais países estariam submetidos (SANTOS, 1972b [1970], p. 45) e para a última, a dependência poderia ser utilizada enquanto “categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas” e, seria possível, através dela, “(...) definir o caráter condicionante concreto que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes”⁴⁷ (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 7-8). Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, por sua vez, admitem que

(...) a dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou consumidores (CARDOSO; FALETTO, 2004 [1969], p. 39).

Ao mesmo tempo, é possível vislumbrar, segundo Magnus Blomström e Björn Hettne, economistas suecos e estudiosos da “Teoria da Dependência”, a convergência daqueles autores em torno de algumas questões importantes, quais sejam:

- i) El subdesarrollo está conectado de manera estrecha con la expansión de los países capitalistas industrializados.
- ii) El desarrollo y el subdesarrollo son aspectos diferentes del mismo proceso universal.
- iii) El subdesarrollo no puede ser considerado como la condición primera para un proceso evolucionista.
- iv) La dependencia, sin embargo, no es solo un fenómeno externo sino que también se manifiesta bajo diferentes formas en la estructura interna (social, ideológica y política) (BLOMSTRÖM; HETTNE, 1990, p.15).

⁴⁷ A compreensão desses autores acerca do fenômeno da dependência será aprofundada no terceiro capítulo.

Ao nos debruçarmos sobre os escritos dos “teóricos” da dependência e de estudiosos que têm como objeto de análise essa “teoria”, é possível notar grandes discordâncias e variações no que tange tanto à denominação “teoria” às análises sobre a problemática da dependência, quanto à própria classificação das distintas vertentes da “Teoria da Dependência”.

O contato com as obras dos autores que se dedicaram à análise da dependência dos países latino-americanos permite afirmar que não é possível classificá-los como pertencentes a um mesmo campo teórico. Os estudos em torno da dependência na América Latina se caracterizaram por uma profunda heterogeneidade teórica, metodológica e política, fato que inviabiliza qualquer tentativa de reuni-los em uma mesma escola de pensamento. Os debates entre os estudiosos daquela temática se estenderam para muito além das divergências entre a vertente marxista da dependência e a perspectiva de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, abrangendo toda uma geração de economistas, sociólogos e cientistas políticos latino-americanos, e ultrapassando, ademais, os limites regionais da produção científica na América Latina. No entanto, as diferenças existentes entre as análises sobre a dependência não impediram que tais estudos fossem reconhecidos e ganhassem notabilidade sob a denominação “Teoria da Dependência”⁴⁸ ou “pensamento dependentista”⁴⁹, termos que ocultam o debate interno entre os autores, suas distintas interpretações sobre o fenômeno da dependência e as implicações político-práticas delas advindas.

Ao mesmo tempo, a atribuição de um estatuto teórico às investigações sobre a dependência é problematizada não apenas pelos estudiosos do tema⁵⁰, como também pelos próprios inauguradores dos estudos sobre a dependência. Em uma polêmica entre Francisco

⁴⁸ Em alguns casos, utiliza-se a denominação “Teorias da Dependência”, opção que apesar de contemplar as divergências teóricas entre os autores, não está isenta de críticas, críticas essas que questionam o estatuto teórico da dependência.

⁴⁹ Vânia Bambirra, em sua análise sobre as críticas endereçadas à “Teoria da dependência” (BAMBIRRA, 1978, p. 36-37), embora destaque pontos que considera comuns aos estudiosos da dependência, como o questionamento à possibilidade de desenvolvimento nacional autônomo na região e a caracterização do fenômeno da dependência, concorda com a crítica de Fernando Henrique Cardoso às análises homogeneizantes dos estudos sobre a dependência. Cardoso, em seu artigo *O inimigo de papel*, critica a terminologia “dependentistas”, utilizada pela ciência social estadunidense, e denuncia seu caráter abstrato, uma vez que critica “(...) em bloco autores e interpretações que discordam entre si em pontos significativos” (CARDOSO, 1974, p. 66).

⁵⁰ Para um debate contemporâneo sobre tal questão consultar: ALMEIDA FILHO, 2005; DUVALL, 1979; MACHADO, 1999.

Weffort e Fernando Henrique Cardoso, que teve lugar em Santiago do Chile, em novembro de 1970, durante o 2º *Seminário Latino-americano para el Desarrollo*, promovido pela FLACSO, os autores debateram tal questão⁵¹. Weffort, em seu artigo *Notas sobre a “Teoria da dependência”: teoria de classe ou ideologia nacional?*, no qual critica a oscilação existente na obra de Cardoso e Faletto entre um enfoque nacional e um enfoque de classe, questiona a classificação dessa perspectiva como teoria:

(...)1 - a noção de ‘dependência estrutural’ toma a idéia de Nação em pé de igualdade com o conceito de classe (relações de produção, etc.) como se fosse um princípio teórico; 2 - uma teoria de classe não necessita da premissa nacional para explicar o desenvolvimento capitalista; 3 – se se aceita o segundo argumento, a ‘teoria da dependência’ deixa de ser uma teoria ou um conceito de caráter global sobre a sociedade latino-americana e deve ser tomada apenas como a indicação de uma problemática nova, nascida da falência das teorias convencionais sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina (...) (WEFFORT, 1971, p. 2-24).

Na resposta à Weffort, *“Teoria da Dependência” ou Análises Concretas de Situações de Dependência*, Cardoso admite que

Pretender elevar a noção de dependência à categoria de conceito totalizante é um *nons sens*. E, rigorosamente não é possível pensar numa “teoria da dependência”. Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando êste é levado à expansão internacional (CARDOSO, 1971, p. 32).

Ainda segundo o autor, a existência da teoria da dependência está indissolúvelmente ligada à teoria do imperialismo, na medida em que as situações de dependência “(...) decorrem da existência de algum tipo de expansão do capitalismo” (CARDOSO, 1971 p. 44).

Contudo, diante da insuficiência da teoria leninista do imperialismo para explicar as situações contemporâneas de dependência, em que a industrialização dos países dependentes é feita sob o controle do capital financeiro internacional, Cardoso aponta para

⁵¹ João Quartim de Moraes publicou recentemente a tradução para o português de um artigo escrito por ele em francês, em 1971, no qual discute o estatuto teórico da dependência a partir de uma análise crítica do debate entre Weffort e Cardoso. Nesse artigo, Moraes se dedica a “explicitar as condições e as determinações essenciais do que poderia ser uma teoria da dependência”. MORAES, 2010.

a necessidade de sua re-elaboração, tarefa essa que poderia ser cumprida, segundo ele, por uma “(...) análise dialética de situações concretas de dependência” (CARDOSO, 1971 p. 44).

A percepção dos vínculos existentes entre teoria do imperialismo e teoria da dependência é compartilhada por Theotônio dos Santos, o qual reconhece que

A pesar de que la dependencia debe ser situada en el cuadro global de la teoría del imperialismo, ella tiene su realidad propia que constituye una legalidad específica dentro del proceso global y actúa sobre él de esta manera específica. Comprender la dependencia, conceptuándola y estudiando sus mecanismos y su legalidad histórica, significa no solo ampliar la teoría del imperialismo sino también contribuir a su reformulación (SANTOS, 1972b, p. 41).

Ainda no que tange à problematização do estatuto teórico da dependência, devem ser observadas as perspectivas de Vânia Bambirra e de Ruy Mauro Marini sobre tal questão, uma vez que ambos resgatam elementos importantes a serem considerados na reflexão sobre tal dissenso. Bambirra, em sua avaliação sobre os estudos acerca da dependência, ressalta que

(...) las bases de la teoría de la dependencia han sido echadas, es decir, su formulación teórica y su comprobación empírica están elaboradas de manera coherente, sistematizadas y demostradas en un conjunto de obras fundamentales cuyo conocimiento es indispensable para todos aquellos que están preocupados y comprometidos, no sólo con la comprensión de la realidad sino sobre todo con su transformación. Es por esto que considero que los estudios respecto de la dependencia adquieren un status de teoría. Obviamente no en el sentido de una teoría general del modo de producción capitalista, pues eso fue hecho por Marx; ni tampoco del ‘modo de producción capitalista dependiente’, pues eso no existe; sino del estudio de las formaciones económico-sociales capitalistas dependientes, vale decir, el análisis a un nivel de abstracción más bajo, capaz de captar la combinación específica de los modos de producción que han coexistido en América Latina bajo la hegemonía del capitalismo (BAMBIRRA, 1978, p. 26-27).

Marini, por seu turno, pondera que

Los distintos grados de adhesión que sus miembros manifiestan hacia el marxismo, las diversas tradiciones de formación intelectual que presentan, la variedad de sus temas de investigación, la mayor o menor radicalidad de sus planteamientos, todo ello conspira en contra de la conveniencia de hablar de una teoría científica general, basada en supuestos definidos y tendiente a una visión realmente compartida de su objeto de estudio. En realidad, más que una teoría, tenemos a un tema central de análisis: América Latina y un enfoque básico común a los que se han ocupado de él, factores que no llegan siquiera a constituir una escuela, y no justifican, a mi modo de ver, que se le considere sino un movimiento de ideas, una corriente intelectual (MARINI, 1994, p. 9).

Contudo, mantém em seus estudos a denominação “Teoria da Dependência”, tendo em vista que foi por meio dessa nomenclatura que tal conjunto de pensamento se difundiu nos circuitos intelectuais e políticos do mundo:

Dos son las razones para que hayamos mantenido la denominación de teoría de la dependencia. Una se refiere al uso corriente que esta ha adquirido en los medios intelectuales de América Latina y otras regiones. La otra, a que ese movimiento ha ido tendiendo, con el tiempo y las depuraciones a que se fue sometiendo, a configurar una verdadera teoría, una teoría marxista de la dependencia (MARINI, 1994, p. 9).

Essa breve digressão permite entrever a complexidade e a dificuldade que envolvem as tentativas de denominar e classificar os estudos produzidos sobre a problemática da dependência. A precisão dessas questões não está ao alcance do presente trabalho, uma vez que para isso, seria necessário não apenas uma revisão bibliográfica muito mais extensa sobre as perspectivas da dependência, mas também uma imersão nos estudos conduzidos pela Teoria do Conhecimento e pela Filosofia da Ciência, por meio do qual seria possível precisar com maior cuidado e acuidade as definições de teoria, conceito, aporte, perspectiva, noção, entre outros termos empregados nas investigações acerca dos pensamentos associados ao fenômeno da dependência.

Tendo em vista tais ponderações, optou-se por adotar, ao longo do trabalho, a terminologia Teoria da Dependência, porém entre aspas. Assim, manteve-se a denominação por meio da qual os estudos sobre a dependência ficaram mundialmente conhecidos, sem, contudo, furtar-se à problematização que tal caracterização implica e exige.

Explicitada a problemática em torno da denominação “teoria” às formulações desenvolvidas pelos intelectuais que se dedicaram ao estudo da dependência, passa-se agora às divergências que concernem às vertentes da “Teoria da Dependência”. O debate em torno da classificação das vertentes desse pensamento e de sua heterogeneidade analítica, conceitual e metodológica permite que autores e estudiosos se refiram a essa tradição intelectual como “Teorias da Dependência”, ressaltando seu caráter multifacetado, ou abordem as distintas vertentes dentro da “Teoria da Dependência”.

Para João Manuel Cardoso de Mello, a teoria da dependência se ramifica em duas vertentes: a primeira, representada por André Gunder Frank; e a segunda, por Fernando

Henrique Cardoso e Enzo Faletto⁵² (MELLO, 1994). Luiz Carlos Bresser-Pereira, por sua vez, divide os teóricos da dependência em três vertentes: a da *superexploração capitalista*, que conta com André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos; a da *dependência associada*, representada por Fernando Henrique Cardoso; e a do *nacional-desenvolvimentismo*, tendo como teóricos Celso Furtado e ele próprio (BRESSER-PEREIRA, 2005).

Em seu texto *A Teoria da Dependência – Balanço e perspectivas* (2000), Theotônio dos Santos sugere como a melhor tentativa de divisão e classificação dos teóricos dependentistas – ainda que passível de críticas⁵³ – o quadro definido por Magnus Blomström e Björn Hettne (1990 [1984]). A divisão proposta por estes autores apresenta quatro subdivisões⁵⁴, dentre as quais:

i) corrente *crítica* ou *autocrítica* estruturalista dos cientistas sociais ligados à CEPAL, que admitem os limites de um projeto de desenvolvimento nacional. Osvaldo Sunkel, Celso Furtado e Raúl Prebisch⁵⁵ aparecem como representantes desse grupo. Fernando Henrique Cardoso é considerado, em alguns momentos, como pertencente a essa corrente;

ii) corrente *neomarxista*, que congrega Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, assim como os demais pesquisadores do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO). Embora André Gunder Frank seja identificado, em algumas ocasiões, como membro dessa vertente, este se afasta do enfoque dialético, presente nos demais neomarxistas, ao negar seu vínculo teórico estreito com o marxismo;

iii) corrente representada por Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, que, segundo os autores, poderia ser caracterizada como uma “*corrente marxista mais ortodoxa*”, tendo em vista “(...) sua aceitação do papel positivo do desenvolvimento

⁵² João Manuel Cardoso de Mello não atribui qualquer terminologia a essas correntes, realizando apenas uma caracterização de ambas.

⁵³ Theotônio dos Santos discorda das considerações de Hettne e Blomström acerca do debate marxista ortodoxo e neomarxista. Ver: SANTOS, 2000, p. 28-29.

⁵⁴ Para uma melhor visualização da divisão proposta por Magnus Blomström e Björn Hettne, ver: BLOMSTRÖM; HETTNE, 1990.

⁵⁵ Considera-se nessa divisão as obras mais recentes desses autores, referentes ao período pós-1970.

capitalista e da impossibilidade ou não necessidade do socialismo para alcançar o desenvolvimento”;

iv) corrente que se distingue das tradições marxistas ortodoxas e neomarxistas, composta por André Gunder Frank⁵⁶ (BLOMSTRÖM; HETTNE, 1984, p. 77-104; SANTOS, 2000, p. 27-28).

Vânia Bambirra, em sua obra *Teoria de la dependencia: una anticrítica* (1978 [1977]), defende uma classificação dos estudos sobre a dependência em duas grandes vertentes, as quais se distinguiriam em virtude de sua relação com o desenvolvimentismo. A primeira delas teria incorporado criticamente os avanços do desenvolvimentismo, através do emprego de algumas de suas categoriais analíticas que contribuiriam para a compreensão dos fenômenos por ela estudados, sem, contudo, deixar de precisá-las em função de um maior rigor analítico. Já a última, denominada por Bambirra como “*corriente estructuralista de estudios sobre la dependencia*”, caracterizar-se-ia pela não ruptura com o pensamento desenvolvimentista (BAMBIRRA, 1978 [1977], p. 31-32).

Fernando Henrique Cardoso, por seu turno, no prefácio à oitava edição de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de 2004, reúne no que ele denomina “*escola dependentista*” ou “*tradição neomarxista*” Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank, assim como outros autores como Régis Debray e Eduardo Galeano, e enfatiza a existência de uma aproximação meramente vaga, “por força das coisas”, entre a perspectiva desses autores e a sua e a de Enzo Faletto⁵⁷ (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 10).

Tendo em vista as distintas classificações e as divisões no interior dos debates sobre a dependência, adota-se na pesquisa uma classificação própria, pautada em duas dimensões, quais sejam, teórico-metodológica e política. Ainda que se tenha dimensão da amplitude dos debates em torno da problemática da dependência, bem como das divergências construídas a partir dessas análises, salientam-se aqui apenas as diferenças

⁵⁶ Magnus Blomström e Björn Hettne não apresentam uma nomenclatura específica para a vertente representada por André Gunder Frank.

⁵⁷ Fernando Henrique Cardoso afirma que a “escola dependentista” teria “engolido” tanto ele, quanto Enzo Faletto, na medida em que a obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina* teria sido difundida e catalogada como pertencente àquela tradição de pensamento, a qual, segundo Cardoso, sustentava “pontos de vista bem distintos dos nossos” (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 10).

existentes entre a perspectiva de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, consagrada em sua obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina* e as concepções de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra⁵⁸, tendo em vista que tal debate foi ofuscado no Brasil em virtude dos obstáculos à penetração da vertente marxista da dependência em território brasileiro⁵⁹.

Enquanto no campo teórico-metodológico as análises se vinculam ora ao ecletismo, ora ao marxismo, na dimensão política, identificam-se duas posturas distintas frente à dependência: a primeira está associada à interdependência, e a segunda, a uma postura anti-imperialista e anticapitalista, tendo o socialismo como horizonte político. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto compartilham um ecletismo teórico-metodológico e caracterizam a integração entre as economias latino-americanas e o mercado internacional, na década de 1960, como interdependente. Atribui-se tal ecletismo a esses autores tendo em vista o prefácio à edição inglesa de *Dependency and development in Latin America*, escrito por Cardoso e Faletto em 1976, em que ambos realizam uma extensa explanação acerca do método por eles empregado na referida obra. Nele, os autores fazem referência a três tradições distintas do pensamento social: weberiana, marxista e estruturalista (cepalina). Ao mesmo tempo em que ressaltam sua tentativa de restabelecer a tradição intelectual baseada na ciência social compreensiva, afirmam se valer da abordagem dialética para a análise da sociedade, de suas estruturas e de seus processos de mudança. Explicitam, ademais, por meio da opção pelo método histórico-estrutural, sua aproximação com o estruturalismo cepalino.

⁵⁸ O debate entre essas duas perspectivas se consubstanciou de maneira mais contundente no artigo escrito por Fernando Henrique Cardoso e José Serra, *Las desventuras de la dialéctica de la dependencia*, artigo no qual tais autores criticam a concepção desenvolvida por Ruy Mauro Marini, em sua obra *Dialéctica de la dependencia*, e na resposta elaborada por Marini a tais críticas, qual seja *Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H Cardoso y José Serra)*, ambos de 1978. É possível, entretanto, verificar também no livro de Vânia Bambirra, *El capitalismo dependiente latino-americano*, algumas críticas à tipologia de Cardoso e Faletto. Para um estudo mais aprofundado sobre o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, consultar: VARGAS, 2009.

⁵⁹ Um estudo sobre a difusão da “Teoria da Dependência” no Brasil e sobre o boicote sofrido pelas obras de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos nesse país pode ser encontrado em CORREA PRADO, 2011. Nesse texto, Correa Prado vincula a restringida penetração do pensamento da vertente marxista da dependência no Brasil não apenas à censura da ditadura militar brasileira, mas, sobretudo, ao esforço empreendido por alguns autores, com especial destaque a Fernando Henrique Cardoso, de desqualificar, a partir de suas críticas, as obras da vertente marxista da dependência. Um exemplo significativo desse boicote pode ser evidenciado no artigo de crítica à perspectiva de Ruy Mauro Marini, escrito por Cardoso e José Serra, *Desventuras da dialéctica da dependência* (1978), o qual foi publicado no Brasil pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), sem a resposta de Marini.

Da perspectiva política, Cardoso e Faletto sugerem a possibilidade de se consolidar uma relação de interdependência⁶⁰ entre os países latino-americanos “capitalisticamente mais avançados” e o mercado internacional, na qual haveria lugar para um “desenvolvimento-capitalista-associado” das economias latino-americanas (CARDOSO; FALETTTO, 2004 [1969], p. 196). A categoria interdependência, introduzida como possibilidade de “dinamizar as nações industrializadas e dependentes da América Latina” (CARDOSO; FALETTTO, 2004 [1969], p. 186), somada à assertiva dos autores sobre a solidarização dos investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno nos países latino-americanos, demonstram, em certa medida, uma “diluição” do fenômeno do imperialismo na dinâmica dos países latino-americanos, o que os distancia dos autores da vertente marxista da dependência.

Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, por sua vez, filiam-se ao marxismo⁶¹, ao adotarem o materialismo histórico-dialético como referencial teórico-metodológico em suas interpretações acerca da realidade concreta latino-americana, e evidenciam, em suas obras, posturas anti-imperialistas e anticapitalistas, visto que consideram que a superação da dependência latino-americana apenas poderia se dar por meio de uma revolução socialista⁶². Frente ao contexto de novo ordenamento internacional e de reestruturação da divisão internacional do trabalho, em que ganha dimensão o fenômeno de internacionalização do capital, tais autores analisam os impactos dessas transformações na realidade concreta latino-americana e chamam atenção para a mudança

⁶⁰ A passagem em que Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto apresentam a categoria interdependência segue transcrita: “No que concerne à barreira da ‘capacidade de importação’, cabe supor que diminui muito seu significado depois que se forma o setor interno de produção de bens de capital; seria mais um obstáculo transitório, cuja importância decisiva apareceria na primeira fase de expansão da economia industrial ‘avançada’. Os vínculos posteriores com o mercado internacional poderiam ser do tipo normal nas economias modernas, nas quais sempre há interdependência” (CARDOSO; FALETTTO, 2004 [1969], p. 165).

⁶¹ A filiação marxista desses estudiosos é explicitada pelos mesmos em suas obras (BAMBIRRA, 1978; 1979 [1972]; MARINI, 1992; 1994; 2007 [1972]; SANTOS, 1972a; 1973a; 2000), fato que será retomado com maior profundidade posteriormente.

⁶² Embora a interpretação de André Gunder Frank acerca da América Latina apresente muitos elementos em comum com a análise da vertente marxista, este autor não é classificado enquanto tal, na medida em que sua filiação teórico-metodológica não se fundamenta no marxismo, fato que introduz diferenciações entre as análises. No que se refere ao aspecto político de suas análises sobre o subdesenvolvimento, as obras de Frank convergem, em grande medida, com o entendimento que a vertente marxista da dependência possui dos processos políticos latino-americanos, já que estão marcadas pelo enfrentamento ao imperialismo, fenômeno ao qual a dependência estava intrinsecamente conectada, e pelo compromisso com a ruptura da ordem capitalista (FRANK, 1973a; 1973b). No que tange ao aspecto metodológico, ao mesmo tempo em que admite sua participação, em alguma medida, no pensamento neoclássico, keynesiano e marxista, Frank afirma que seus estudos sobre desenvolvimento não se localizam em nenhum desses campos (FRANK, 1996, p. 18).

na orientação dos fluxos de investimentos estrangeiros nas economias latino-americanas, que a partir da década de 1950 passam a se concentrar na esfera da produção industrial. Essas transformações imputam, segundo aqueles autores, um novo caráter à dependência latino-americana, condicionando de maneira ainda mais extrema o padrão de desenvolvimento daquelas economias e aprofundando a superexploração do trabalho naqueles países e as contradições do capitalismo dependente. A partir dessa interpretação, Bamberger, Santos e Marini reconhecem o fracasso dos projetos desenvolvimentistas conduzidos pelas burguesias nacionais latino-americanas e admitem a impossibilidade de constituição de um desenvolvimento capitalista nacional autônomo na América Latina.

As alternativas vislumbradas pela vertente marxista da dependência encontram-se inscritas no próprio processo histórico das sociedades latino-americanas e se explicitam na radicalização das lutas sociais na região, radicalização que abre caminho a uma polarização entre revolução e contrarrevolução. Para os referidos autores, a luta anti-imperialista na região está indissociavelmente ligada à luta anticapitalista, uma vez que nos marcos do capitalismo dependente as burguesias nacionais latino-americanas se associam ao imperialismo.

Embora as divergências entre as análises de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e dos autores da vertente marxista da dependência permeiem as dimensões teórica e metodológica, é na dimensão política que tais análises se distanciam radicalmente. As investigações empreendidas por tais autores, inseridos em um mesmo contexto histórico-concreto e defrontados com as problemáticas que dele emergiam, são orientadas por objetivos que se distinguem entre si, o que conforma e condiciona sobremaneira suas obras. Como afirmam Cardoso e Faletto, o objetivo de sua obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* é

(...) esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades, e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituíram-se como Nações e organizaram Estados Nacionais que, como todo Estado, aspiram à soberania (CARDOSO, FALETTO, 2004 [1969], p. 13-14).

Assim, sua análise está circunscrita aos ditames da dependência associada, marco no qual dependência e desenvolvimento convivem, sob a associação das burguesias latino-americanas ao capital internacional.

Salientamos que a situação atual de desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos *desenvolvimento e dependência*, permitindo **incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência**, como se apóia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a hegemonia externa. (...) tratamos de sugerir que oposições – presentes ou virtuais – poderiam **dinamizar as nações industrializadas e dependentes na América Latina** e que possibilidades estruturais haveria para um ou outro tipo de movimento social e político (CARDOSO; FALETTO, 2004 [1969], p. 182-183, grifos meus).

As obras de Marini, Santos e Bamberger, por outro lado, guiam-se e estão comprometidas com a *práxis* política revolucionária, traço que marca profundamente a obra desses autores. Bamberger, na nota introdutória de seu livro *El capitalismo dependiente latino-americano*, afirma que os objetivos de sua obra se concentravam em dois pontos fundamentais, quais sejam

Primero, la comprensión del carácter y contradicciones del capitalismo dependiente en la fase de la integración monopólica mundial, lo que posibilitaba explicar la profunda crisis que este sistema atravesaba; segundo, **entregar elementos para la reorientación de la concepción estratégico-táctica que guiaba los movimientos revolucionarios**, lo que se hacía imprescindible debido a los duros reveses que éstos habían sufrido, los que se debían, en parte, a sus equivocados supuestos programáticos (BAMBERGER, 1979 [1972], p. VII, grifos meus).

Marini, de maneira semelhante, nas considerações finais da quinta edição de sua obra *Subdesarrollo y revolución*, depois de dedicar uma seção à análise do movimento revolucionário brasileiro, salienta que as conclusões de seu trabalho poderiam ser objetos de interesse para a estratégia do movimento revolucionário brasileiro (MARINI, 1977a, p. 200). Theotônio dos Santos, ao se referir ao trabalho de André Gunder Frank na introdução de *Dependencia y cambio social*, pontua que tanto sua pesquisa, quanto a de Frank encontram-se no mesmo campo, qual seja o de uma elaboração “(...) de una alternativa teórica destinada a servir de base a la transformación revolucionaria en América Latina” (SANTOS, 1972b, p. 10).

Essa identidade entre os três autores, Marini, Bambirra e Santos, que entremeia suas obras nas décadas de 1960 e de 1970⁶³, não é fortuita, refletindo, em vez disso, o compartilhamento de experiências pessoais, políticas e profissionais, assim como de uma visão de mundo por esses autores. Avança-se, nesse momento, rumo ao caminho percorrido pela vertente marxista da dependência.

2.2 Entre o Brasil e o exílio

Ruy Mauro Marini, nascido em 1932, na cidade de Barbacena, Minas Gerais, graduou-se em Administração, na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), ligada à Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, instituição na qual iniciou seus estudos na área de ciências sociais e na qual teve a oportunidade de conhecer Alberto Guerreiro Ramos, professor de Sociologia e um dos principais integrantes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Durante o seu curso de graduação obteve, em setembro de 1958, uma bolsa de estudos do governo francês para cursar o Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris, na *Sciences Po.*, onde se dedicou ao estudo sistemático da obra de Karl Marx e de autores marxistas, como Lênin. Nos dois anos vividos na França, período que coincidiu com o auge do desenvolvimentismo na América Latina e no Brasil, Marini estabeleceu contato com o movimento estudantil francês, bem como com o processo de descolonização das colônias francesas, por meio das lutas por libertação nacional travadas na Indochina e na Argélia, fatos que produziram efeitos em seu pensamento, principalmente no que diz respeito à sua interpretação acerca da temática do desenvolvimento. Como o próprio Marini afirma:

As teorias do desenvolvimento, em voga nos Estados Unidos e nos centros europeus, se me revelaram, então, como o que realmente eram: instrumento de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no Pós-guerra pela descolonização. Começa, então, o meu afastamento em relação à CEPAL, fortemente influenciado, ademais, pela minha crescente adscrição ao marxismo (MARINI, 2005 [1990], p. 62-63).

⁶³ Faz-se referência à periodização sobre a qual se estrutura o presente estudo do pensamento de Marini, Bambirra e Santos (1964-1973).

Ainda na França, Marini se aproximou do grupo que editava, no Brasil, a revista *Movimento Socialista*, órgão da Juventude do Partido Socialista, grupo ao qual Marini se integraria na fundação da POLOP, em 1961. Regressando ao Brasil, em 1960, Ruy Mauro Marini reassumiu seu cargo no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), de onde estava afastado desde seu ingresso na EBAP. Somavam-se a isso trabalhos jornalísticos na agência de notícias cubana *Prensa Latina* e no jornal estudantil *O Metropolitano*⁶⁴, encarte dominical de *O Diário de Notícias*.

Theotônio dos Santos Júnior, nascido a 11 de janeiro de 1937, em Carangola, Minas Gerais, teve sua formação intelectual associada “(...) ao período de afirmação do desenvolvimentismo brasileiro entre a segunda gestão do governo Vargas e o governo Kubistchek” (SANTOS, 1994). Graduiu-se em Sociologia, Política e Administração Pública, pela Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo realizado ali estudos no campo do pensamento social brasileiro (Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodr e), das Teorias do Desenvolvimento (François Perroux, Gunnar Myrdal, W. W. Rostow, Albert Hirschman, W. A. Lewis, Celso Furtado, Ign acio Rangel), assim como do marxismo (Karl Marx, Friedrich Engels). Durante o período de 1958 a 1961, em que atuou como bolsista e monitor em tempo integral da Faculdade de Ciências Econ micas, teve a oportunidade de travar discussões com grandes intelectuais brasileiros, dentre eles Alberto Guerreira Ramos, Florestan Fernandes,  lvvaro Vieira Pinto, H elio Jaguaribe. Ao mesmo tempo em que Santos desenvolvia sua atividade intelectual, este se aproximava mais e mais da militância política, o que era, em grande medida, motivado por seu interesse pelo pensamento de esquerda brasileiro.

A forma o intelectual de Vânia Bambirra, nascida a 13 de julho de 1940, em Belo Horizonte, Minas Gerais, também se deu na Faculdade de Ciências Econ micas da UFMG, onde Bambirra se graduou em Sociologia, Política e Administra o Pública, atuando como bolsista em tempo integral da mesma faculdade, entre os anos de 1959 e 1962. Durante esse período, Bambirra entrou em contato com o pensamento isebiano, por meio das conferências proferidas por Roland Corbisier, Gilberto Paim,  lvvaro Vieira Pinto, Alberto

⁶⁴ *O Metropolitano* era produzido por um grupo da União Metropolitana de Estudantes, o qual era formado por César Guimarães, Carlos Diegues, S lvio Gomes, Rubem César Fernandes, Carlos Estevam Martins, entre outros.

Guerreira Ramos, conferências essas que eram dedicadas aos bolsistas da FACE. Bambilra, ao comentar as reações dos bolsistas a essas conferências, afirma:

Todos esses mestres foram intensamente sabatinados por nós, questionados ou glorificados. Éramos contestatários num sentido positivo. Já por essa época, se começava a gestar na cabeça de alguns de nós, pelo questionamento da teoria ‘cepalina’ e da sua congênere, a ‘isebiana’, os germens ainda muito embrionários da teoria da dependência (BAMBIRRA, 1991, p.09).

Do ponto de vista político, o contato de Vânia Bambilra com a militância de esquerda teve início desde cedo, a partir da figura de seu pai, militante comunista. A participação no movimento estudantil mineiro, no período de faculdade, no qual Bambilra compartilhava com muitos a crítica e o questionamento da linha política do Partido Comunista Brasileiro, anunciava uma militância política ativa, fortemente influenciada pela Revolução Cubana, que se consubstanciaria na fundação da ORM-POLOP. É justamente nesse momento, mais precisamente em 1961, ano do I Congresso da POLOP, que se situa o encontro das trajetórias intelectuais e políticas de Vânia Bambilra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini⁶⁵.

A partir daí, Marini, Santos e Bambilra, tiveram suas trajetórias intelectuais, políticas e, até mesmo, pessoais, entrecruzadas em diversos momentos. Participaram juntos da fundação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP)⁶⁶, iniciaram suas carreiras acadêmicas na Universidade de Brasília, em 1962 e 1963, viveram durante o período de exílio no Chile, integrando o Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), lecionaram durante longo período na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), e retornaram ao Brasil, com a reabertura democrática, retomando suas atividades docentes na Universidade de Brasília, onde tudo começara

⁶⁵ Vânia Bambilra e Theotônio dos Santos já se conheciam antes dessa data. Conheceram-se na UFMG e se casaram, tendo permanecido juntos até meados da década de 1980.

⁶⁶ A participação de Bambilra e Santos na fundação da ORM-POLOP é explicitada pelos próprios autores em seus Memoriais (SANTOS, 1994; BAMBIRRA, 1991). Marini, em seu Memorial, não faz referência direta à sua participação nesse processo, mencionando apenas sua participação na reunião do Comitê Central da POLOP, em 1965 e a relevância da POLOP no contexto político latino-americano (MARINI, 1990). No entanto, tal dado é encontrado em obras sobre a POLOP, como é o caso do artigo *Em busca da revolução socialista – A trajetória da POLOP (1961-1967)*, de Marcelo Badaró Mattos e do livro *A esquerda e o golpe de 64*, de Dênis de Moraes, e em livros dedicados ao pensamento de Ruy Mauro Marini, como *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*, de Roberta Traspadini e João Pedro Stédile e *A América Latina e os desafios da Globalização*, coordenado por Emir Sader e Theotônio dos Santos e organizado por Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia.

(MARINI, 1990; BAMBIRRA, 1991; SANTOS, 1994). Tal histórico propiciou, indubitavelmente, discussões e reflexões coletivas acerca das problemáticas e dilemas latino-americanos.

Na fundação da ORM-POLOP⁶⁷, a qual se deu entre 16 a 19 de janeiro de 1961, em Jundiaí-SP, reuniram-se militantes oriundos de diferentes grupos, dentre eles a Juventude do Partido Socialista, correspondente à seção Guanabara, a Juventude Trabalhista, de Minas Gerais, a Liga Socialista, de São Paulo. Ao lado de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos estavam intelectuais do meio universitário e jornalístico, como Moniz Bandeira, Juarez Guimarães, Emir Sader, Eder Sader, Michael Löwy e Erich Sachs (MATTOS, 2007, p. 197), grupo que convergia em torno dos seguintes pontos:

- (...) a condenação à política de colaboração de classes à época comandada pelo PCB, PSB e PTB;
- a defesa do caráter socialista de qualquer futura revolução no Brasil;
- o reconhecimento do papel da classe operária como força aglutinadora de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo;
- a defesa da construção de um partido representativo da classe operária, em oposição aos partidos burgueses e reformistas;
- crítica às deformações burocráticas dos Estados do então campo socialista, mas solidariedade a esses países em seus conflitos com o sistema imperialista (CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER, 2010, p. 07-08).

A emergência da POLOP representa, segundo Daniel Araújo Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, um marco na história das esquerdas brasileiras, à medida que sua fundação corresponde ao marco inicial da Nova Esquerda⁶⁸: “Era o primeiro elo de uma longa corrente que, desde então, não mais cessaria, quebrando o monopólio de representação política a que pretendia o PCB desde 1922” (REIS FILHO; SÁ, 1985, p. 12). Tendo exercido profunda influência sobre a esquerda brasileira, a POLOP

⁶⁷ Para um estudo mais aprofundado sobre a ORM-POLOP consultar: CARONE, 1981; CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER, 2009; MATTOS, 2007; MORAES, 1989; REIS FILHO; SÁ, 1985; SILVA, 1987; REZENDE, 1986; GORENDER, 1987.

⁶⁸ Com a denominação Nova Esquerda, Daniel Araújo Reis Filho e Jair Ferreira de Sá se referem “às organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro – PCB – e que se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade capitalista” (REIS FILHO; SÁ, 1985, p. 07).

(...) catalisou as lutas internas que envolveram o PCB nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964. Todas as organizações políticas então formadas na fase da ditadura militar mantiveram algum tipo (sic) de relacionamento ou mesmo foram diretamente originadas das fileiras⁶⁹ da POLOP, cujas análises e propaganda política atuaram como um pólo irradiador de proposições revolucionárias (CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER, 2005, p. 08).

Vânia Bambirra, em seu Memorial, ressalta a crítica à linha política do Partido Comunista Brasileiro que emergia de seus questionamentos à ideologia nacional propugnada pela CEPAL e pelo ISEB, e do profundo impacto exercido pela Revolução Cubana em seu pensamento, crítica essa que constituiria uma das principais bases da POLOP.

A partir de tal questionamento, encontrávamos as bases mais seguras para impugnar a concepção teórico-metodológica e a estratégia e a tática que inspirava o Partido Comunista. Não era possível, intuíamos, conceber uma 'aliança do proletariado com a burguesia nacional progressista – no interior da qual a classe operária disputaria a hegemonia – na luta contra o imperialismo e o latifúndio'. Nós decididamente pensávamos que anti-imperialismo e anti-capitalismo eram sinônimos, pois as nossas burguesias estavam se integrando ao grande capital monopólio internacional, particularmente ao norte-americano (BAMBIRRA, 1991, p. 9-10).

A crítica ao programa político defendido pelo PCB, compartilhada por Santos e Marini, atinge maior concretude e ganha a dimensão de *práxis* política ao impulsionar e, ao mesmo tempo, caracterizar o programa político da POLOP. Theotônio dos Santos, ao fazer referência à POLOP, ressalta que

A essência de nossa crítica ao movimento de esquerda da época se concentrava em sua incompreensão do caráter capitalista da economia brasileira, ainda que dependente. Daí a impossibilidade de superar os obstáculos ao desenvolvimento do mercado interno que exigia a reforma agrária e a superação das relações internacionais de dependência, sem um governo de trabalhadores da cidade e do campo, que não se restringiria a transformações democráticas e capitalistas no país mas o levaria a um processo socialista revolucionário (SANTOS, 1994, p. 22).

⁶⁹ Na obra *Imagens da Revolução*, de Daniel Araújo Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, é possível encontrar referências sobre as organizações que se formaram sob inspiração da ORM-POLOP e que derivaram de suas cisões e dissidências. São elas: os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VRN), o Partido Operário Comunista (POC), a Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO) e a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Ao lado da elaboração teórica, os autores se dedicaram à atividade prática junto às classes trabalhadoras, ministrando cursos de formação política em favelas e sindicatos, participando da formação das Ligas Camponesas em Minas Gerais, intervindo no movimento estudantil, dentre outras atividades⁷⁰ (BAMBIRRA, 1991, p. 14-16; SANTOS, 1994, p. 22-23). Santos, ao comentar sua militância na POLOP, destaca sua experiência política prática:

A POLOP, cuja direção nacional assumi em 1964, me conduzia assim a uma ativa militância política nos movimentos estudantil, sindical, de favelas e camponês, além da participação em campanhas eleitorais e no debate ideológico. (...) Apesar de nunca haver abandonado a atividade intelectual, exercia uma ampla militância de caráter político e nos movimentos sociais (SANTOS, 1994, p. 22-23).

A influência que a militância política na POLOP exerceu na produção intelectual de Bambirra, Marini e Santos, e a contribuição de tais autores para a conformação do programa político dessa organização se manifestam nas análises desses autores sobre a realidade brasileira e no principal documento polopiano, o Programa Socialista para o Brasil, de 1967⁷¹.

No que tange à ruptura dos autores com a POLOP, não é possível afirmar com segurança as razões pelas quais tal rompimento ocorre, nem precisar exatamente o momento em que este tem lugar⁷². É inegável, entretanto, o reconhecimento de Bambirra, Marini e Santos acerca do papel político dessa organização. Seu impacto e relevância para a esquerda brasileira e latino-americana são evidenciados por Santos:

A POLOP marcou profundamente a evolução da vida política da esquerda brasileira e latino-americana e representou a crítica de esquerda mais radical ao stalinismo e aos partidos comunistas, ao mesmo tempo em que superava também os limites do trotskismo, totalmente prisioneiro da experiência soviética e do confronto Trotsky-Stalin. A POLOP se voltava para a experiência política contemporânea, particularmente no Terceiro Mundo e na América Latina e se

⁷⁰ Relatos sobre a experiência de militância política de Ruy Mauro Marini na POLOP não foram encontrados ao longo da pesquisa. Nesse sentido, faz-se referência aqui às atividades desenvolvidas por Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos.

⁷¹ De acordo com Marcelo Badaró Mattos, as propostas interpretativas da POLOP, tomadas em conjunto, “constituem o corpo central do que se convencionou chamar de ‘teoria da dependência’.” (MATTOS, 2007, p. 222)

⁷² Theotônio dos Santos faz referência, em seu Memorial, ao ano em que rompeu com a POLOP, 1966, mas não explicita os motivos que orientaram tal decisão, nem o momento preciso em que a ruptura ocorreu. Nem Bambirra, nem Marini mencionam nenhum dos dois dados.

inscrevia claramente no processo gerado pela revolução cubana em curso e pelas tentativas internacionais e locais de detê-la (SANTOS, 1994, p. 22).

Marini, ao se referir à conformação da POLOP, afirma que se trata da “primeira expressão no Brasil da esquerda revolucionária que emergia em toda a América Latina.” (MARINI, 2005 [1990], p. 63). O autor ainda sublinha a relevância dessa organização no Brasil:

Por un lado, realizó una seria labor de formación de cuadros, que benefició ampliamente a la mayoría de las organizaciones que actúan en el presente⁷³ en Brasil. Por otro, su elaboración teórica y la lucha ideológica que libró contra el reformismo ejercieron considerable influencia en las concepciones de la mayoría de esas organizaciones, además de haber contribuido a la ola de escisiones que sufrió el PCB hacia 1967. Si tales razones no bastaran para justificar su estudio, habría otra más, decisiva: al pretender sistematizar un cuerpo de ideas sobre la revolución brasileña, la POLOP acusó mejor que cualquier otra los principales aspectos de la concepción que subyacía a la práctica política de las distintas fuerzas y abrió una tradición teórica que marca profundamente la actual izquierda revolucionaria de Brasil, incluso en sus desviaciones (MARINI, 1977a, p. 156-157).

Bambirra, por sua vez, quando menciona o papel contestatário da POLOP e da Ação Popular (AP), insiste que “(...) a história de ambas, as influências que exerceram tanto no seio do PC, na formação de novas organizações de esquerda bem como a influência na formação de um setor progressista dentro da Igreja Católica pós-64, ainda está para ser contada” (BAMBIRRA, 1991, p. 11).

Paralelamente à militância política na POLOP, Marini, Bambirra e Santos se dedicavam à continuidade de seus estudos e início da experiência docente na recém-criada Universidade de Brasília (UnB). Conduzida por Darcy Ribeiro, mentor do projeto que deu origem a uma nova estrutura de universidade, a UnB reunia em seus quadros Anísio Teixeira, Oscar Niemeyer, Cláudio Santoro, Theodoro Lamounier, Carlos Callou, Luiz Fernando Victor, Levi Santos, José Paulo Sepúlveda Pertence (MARINI, 2005 [1990], p. 64-65). Em setembro de 1962, mesmo ano de inauguração da nova universidade, Marini se integrou à UnB como auxiliar de ensino, tendo, ademais, desenvolvido estudos para sua tese de doutorado e passado a exercer a função de professor assistente, a partir de 1963, ano

⁷³ Marini escreve essas linhas em 1971, no artigo *La izquierda revolucionaria brasileña y las nuevas condiciones de la lucha de clases*, o qual foi publicado no livro de Vânia Bambirra, *Diez años de insurrección en América Latina* e depois integrado à 5ª edição do livro *Subdesarrollo y revolución*, de Ruy Mauro Marini.

em que Bambilra e Santos se incorporaram à mesma universidade, tanto como estudantes de mestrado, quanto ministrando aulas na graduação e extensão.

Foi durante a permanência na UnB que Marini, Santos e Bambilra conheceram André Gunder Frank, estudioso que chegara à Universidade também em 1963 e cuja influência se faria sentir nas obras dos três autores. Como afirma Theotônio dos Santos: “Foi na UnB também que conheci Andre Gunder Frank e iniciamos sistematicamente uma colaboração de décadas com Rui (sic) Mauro Marini que junto com minha então esposa Vânia Bambilra formamos um trio polemizado no mundo inteiro.” (SANTOS, 1994, p. 21) As militâncias políticas de Marini, Bambilra e Santos, nesse contexto, encontraram as mobilizações que emergiam do interior da própria UnB, as quais tinham como força propulsora a esquerda revolucionária, fato que é sublinhado por Marini,

No caso da UnB, vale ressaltar que a esquerda revolucionária se constituiu na força principal do nascente movimento estudantil de Brasília, hegemonizando a Federação de Estudantes que se criou, e - fato inédito no Brasil e na América Latina - de um significativo movimento docente, que deflagrou, em 1963, a primeira greve de professores universitários de que temos notícia, a qual culminou com a formação de uma pioneira Associação de Professores, em cuja direção a nova esquerda era absolutamente majoritária. Seria um erro pensar que ela ficou restrita à universidade: a nova esquerda vinculou-se ao sindicalismo militar então ascendente, principalmente ao movimento dos sargentos, e ao próprio movimento operário que se constituía na capital, a ponto de, no I Congresso Sindical de Brasília, em 1963, estar em condições de bater chapa com o PCB, perdendo por escassa margem (MARINI, 2005 [1990], p. 67).

A permanência de Bambilra, Santos e Marini na UnB foi interrompida pelo golpe militar de 1964, quando os autores foram demitidos daquela universidade. Perseguidos pelo regime militar, em virtude de suas atividades políticas, os autores passam a viver na clandestinidade, condição que os motiva, posteriormente, a buscar asilo em outros países. Marini, que estava no Rio de Janeiro no momento do golpe, passa três meses na clandestinidade e consegue asilo na Embaixada do México, país para onde se muda em 1965. Bambilra e Santos viajam clandestinamente a São Paulo e lá permanecem até o ano de 1966, ano em que partem para o exílio no Chile. Os impactos do golpe sobre os autores se veriam refletidos em seus estudos e reflexões futuras.

Ruy Mauro Marini, durante sua estada na Cidade do México, trabalhou como professor no Centro de Estudos Internacionais, do Colégio do México, no Centro de Estudos Latino-americanos, da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e no

Centro Regional de Construções Escolares para a América Latina (CONESCAL), órgão mantido pela UNESCO, OEA e pelo governo do México. Esse primeiro exílio no México foi marcado por intensa atividade acadêmica e produção intelectual. Marini ministrou diversas disciplinas, dentre elas Problemas Internacionais da América Latina, disciplina da qual se tornou professor titular e através da qual tomou contato com a bibliografia produzida sobre América Latina; História do Brasil e seus antecedentes portugueses, na qual incluiu em seu programa um estudo sobre a teoria e o método marxistas, discutindo como empregá-los no estudo da América Latina e, especificamente, do Brasil.

Além de ministrar aulas e de participar de seminários sobre a América Latina, Marini, durante esse período, produziu uma série de artigos sobre a realidade brasileira e, sobretudo, sobre o golpe e a ditadura militar no país: *Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo* e *Brazilian Interdependence and Imperialist Integration*, de 1965, *La dialéctica del desarrollo capitalista brasileño*, publicado em 1966, *Militarismo y desnuclearización en América Latina*, com a colaboração de Olga Pellicer de Brody e *Subdesarrollo y revolución*, ambos de 1967 (MARINI, 2005 [1990], p. 69-83). Desses textos, o último, incluído ao lado de outros artigos, como os primeiros três artigos acima citados, em um livro de mesmo nome, em 1969, alcançou amplo reconhecimento, tendo sido objeto de diversas re-edições, como salienta Marini

Subdesarrollo y revolución é, pois, um texto datado, centrado prioritariamente sobre a análise dos problemas brasileiros, mas que alcançou grande difusão nos anos 70, com reedições quase anuais, e que entrou, inclusive, já perdendo força, na década de 80. A meu ver, o interesse que despertou deve-se, em parte, à novidade do enfoque - inserido como está o livro na corrente das novas idéias que cristalizaram na teoria da dependência; em parte, à metodologia, que buscava utilizar o marxismo de modo criador para a compreensão de um processo nacional latino-americano, e, finalmente, à sua audácia política, que rompia com o academicismo timorato e asséptico que primara, até então, nos estudos dessa natureza. O último capítulo, sobretudo, que aborda os problemas da esquerda armada e o faz de dentro (o único precedente, nesta linha, havia sido *Revolução na revolução?*, de Régis Debray, em 1967), suscitou entusiasmo na intelectualidade jovem e, em geral, na militância de esquerda (assim, esta promoveu, na Itália, sua publicação na edição local de *Monthly Review*, apesar de já estar ali em curso uma tradução do meu livro); em compensação, ele chegou a provocar desconforto nos editores, que -não tendo tido conhecimento prévio do texto, por mim entregue diretamente à gráfica, quando já estava em marcha a impressão do livro- temeram, ao vê-lo publicado, que a empresa resultasse comprometida (MARINI, 2005 [1990], p. 82-83).

Em 1968, frente à dura repressão do governo mexicano sobre as mobilizações estudantis, a permanência de Marini no país se viu abalada. Como o próprio relata, a participação em uma conferência pública sobre a questão estudantil, no Colégio do México e a publicação no mês de agosto, um mês após a irrupção do movimento estudantil-popular, de um artigo escrito por Marini sobre as formas de luta e as definições programáticas do movimento estudantil brasileiro, somadas aos seus antecedentes políticos e à sua atividade docente, tornaram sua situação no país “insustentável” (MARINI, 2005 [1990], p. 79). Em novembro de 1969, com a ajuda de Vânia Bambirra e de Theotônio dos Santos, Marini entra no Chile.

Bambirra e Santos residiam em Santiago, Chile, desde 1966, e se encontravam, naquele momento, no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), da Faculdade de Economia da Universidade do Chile. Bambirra, antes de se incorporar ao CESO, havia trabalhado no Centro de Pesquisas de Opinião Pública (CEDOP), onde participou de uma pesquisa de opinião para as prévias das eleições regionais no Chile. Ao se integrar ao CESO, Bambirra se junta a Santos⁷⁴ e a um grupo de estudiosos, como Orlando Caputo, Sérgio Ramos e Roberto Pizarro, em uma iniciativa de investigação acerca do imperialismo e da dependência⁷⁵ (BAMBIRRA, 1991, p. 24-26; BAMBIRRA, 1978, p. 23). A relevância que os estudos desenvolvidos no Chile adquiriram para a conformação das teses sobre a dependência é explicitada por Bambirra, em sua análise sobre a trajetória desse pensamento,

En varios ambientes universitarios, en sectores de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Minas Gerais y en el departamento de Ciencias Humanas y Filosofía y de Economía de la Universidad de São Paulo, se empezaron a cuestionar las tesis del ISEB y a esbozar las de la dependencia. De la misma manera, en la agrupación de izquierda denominada Política Obrera se trató de desarrollar estas tesis en la búsqueda de una fundamentación más sólida para contrarrestar los argumentos que defendían la alianza de clases que

⁷⁴ Desde sua chegada ao Chile, em 1966, Theotônio dos Santos se integrara ao CESO. Em 1969, Santos passa uma temporada nos Estados Unidos, como professor visitante na *Northern Illinois University*.

⁷⁵ Ao fazer referência ao grupo de investigação do qual participava, Vânia Bambirra, em seu *Memorial*, ao mesmo tempo em que pontua a divisão do trabalho existente em seu interior, ressalta seu caráter coletivo: “Cada um de nós definiu seu projeto específico, mas todos eram interligados por um marco teórico comum, que foi definido por Theotônio, no sentido de que a dependência é uma situação condicionante redefinida em função das especificidades de cada uma das sociedades latino-americanas; não é um fenômeno externo, mas que permeia (sic) e configura a estrutura social dos países do continente. Essa definição básica ‘histórico estrutural’ passou a ser comum, explícita ou implicitamente, a todos aqueles teóricos que podem ser considerados como da corrente ‘dependentista’” (BAMBIRRA, 1991, p. 31).

preconizaba el Partido Comunista y que había sido llevada a la práctica en el gobierno de Goulart. **Pero fue sólo en Chile en donde estas tesis pudieron ser sistematizadas y elaboradas de manera más definitiva, pues ahí se daban las condiciones óptimas para que esta corriente de pensamiento se desarrollara** (BAMBIRRA, 1978, p. 21, grifos meus).

E continua,

Las razones que explican este hecho son varias: hacia Chile convergieron, a partir de mediados de los años sesenta, militantes e intelectuales revolucionarios de diversos países donde el movimiento revolucionario había sufrido una derrota momentánea o en donde éste acumulaba fuerzas para una nueva ofensiva. Chile se transformó, en aquella época, en uno de los más importantes centros de la resistencia latino-americana en contra de las dictaduras. (...) Hacia Chile llegaba además la literatura portavoz de las resistencias de los pueblos de continente que reflejaba los reveses, las esperanzas, pero sobre todo la experiencia de luchas que se iba acumulando (BAMBIRRA, 1978, p. 21-22).

Marini, que havia chegado a Santiago em 1969, permanece na cidade durante três meses e se transfere para Concepción, convidado pela Federação de Estudantes. Lá desenvolve atividades acadêmicas e políticas, dentro e fora da universidade, as quais se associam à sua militância no *Movimiento Izquierda Revolucionaria* (MIR), organização política fundada em 1965 e que se orientava, quando da chegada de Marini, por uma “ativa política de luta armada” (MARINI, 2005 [1990], p. 85) Dessa experiência em Concepción é fruto o artigo *Os movimientos estudiantis na América Latina*, o qual foi publicado em francês, sob o título *Les mouvements étudiants en Amérique Latine*. No final de 1970, com a vitória da Unidade Popular (UP) e a chegada de Salvador Allende à presidência do Chile, Marini se desloca para Santiago, aceitando um convite de trabalho do CESO.

O ambiente político de mudança que permeava o país com a vitória da UP atraiu representantes do pensamento de esquerda de diversos países, muitos dos quais se reuniram no CESO. É nesse período, mais precisamente entre 1972-1973, como afirma Marini, que as investigações produzidas no CESO tiveram seu cume. Além de Marini, Bambirra e Santos, o centro contava com as presenças de André Gunder Frank, Roberto Pizarro, Marta Harnecker, Tomás Vasconi, Marco Aurélio Garcia, Júlio López, Cristián Sepúlveda, Jaime Torres, Alvaro Briones, Marcelo García, Guillermo Labarca, Antonio Sánchez, Emir Sader e Jaime Osorio, Régis Debray, Germán Sánchez, José Bell Lara, Luís Hernández Palacios. (MARINI, 2005 [1990], p. 87-88)

O CESO foi, em seu momento, um dos principais centros intelectuais da América Latina. A maioria da intelectualidade latino-americana, européia e norte-americana, principalmente de esquerda, passou por ali, dele participando mediante palestras, conferências, mesas-redondas e seminários. Contudo, o segredo da intensa vida intelectual que o caracterizou e que se constituiu na fonte real do seu prestígio foi a permanente prática interna de diálogo e discussão, institucionalizada nos seminários de área -as áreas temáticas eram as células da instituição- e no seminário geral e continuada nas relações pessoais, que tinham por base o companheirismo e o respeito mútuo (MARINI, 2005 [1991], p. 88).

Durante o período em que Bamberger, Marini e Santos estiveram vinculados ao CESO, foram produzidas algumas das principais obras desses autores. No caso de Bamberger, podem ser citados *Los errores de la teoría del foco*, artigo publicado na *Monthly Review*, em 1968, sob o pseudônimo de Cléa Silva, em que a autora critica a concepção estratégica de Régis Debray; *El capitalismo dependiente latino-americano*, de 1970, obra dedicada à compreensão da dependência nas diferentes formações sociais latino-americanas; *Diez Años de Insurrección en América Latina*, coletânea organizada por Bamberger, que conta com um artigo seu sobre os processos de luta social na América Latina, de 1971; e *La revolución cubana: una reinterpretación*, de 1973, no qual Bamberger realiza uma análise sobre o processo revolucionário em Cuba.

Marini, por seu turno, elaborou *Dialéctica de la dependencia*, de 1972, obra em que, fundamentado na teoria do valor de Marx, busca caracterizar o processo de dependência latino-americana – texto que se tornou alvo de diversos comentários e críticas, mas também de inúmeras traduções para outras línguas; *En torno a la dialéctica de la dependencia*, de 1973, artigo no qual Marini responde às críticas imputadas à *Dialéctica de la Dependencia*; uma série de artigos sobre o processo que tinha lugar no Chile durante os anos de 1970 a 1973, os quais foram reunidos, posteriormente no livro *El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile*, em 1976; *La izquierda revolucionaria brasileña y las nuevas condiciones de la lucha de clases*, de 1971, em que Marini discute os caminhos tomados pela esquerda brasileira ao longo da década de 1960, artigo que é incluído tanto no livro *Diez años de Insurrección en América Latina*, quanto na 5ª edição de seu livro *Subdesarrollo y revolución*; e *Brazilian Sub-imperialism*, publicado em 1972, pela *Monthly Review*, estudo que analisava as contradições implicadas na política conduzida pelos governos militares brasileiros.

Theotônio dos Santos, durante esse mesmo período, publicou *El nuevo carácter de la dependencia*, de 1967, texto dedicado à interpretação da nova fase da dependência, associada à penetração do capital estrangeiro na produção industrial latino-americana; *Socialismo o fascismo: El dilema latino-americano* – obra na qual Santos analisa a realidade brasileira e as alternativas que se apresentavam no contexto de polarização política no país – cujo estudo havia sido iniciado ainda em São Paulo, durante o período de clandestinidade, é publicado no Chile, em 1968; *La crisis norteamericana y América Latina*, de 1970, produto de estudos realizados pelo autor nos Estados Unidos, o qual se concentrava na análise da crise estadunidense e de seus efeitos sobre a América Latina na década de 1960; *Dependencia y cambio social*, de 1970, obra em que o autor aprofunda seus estudos sobre a dependência, conceituando-a e sistematizando suas reflexões em torno do tema; *Socialismo o Fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latino-americano*, livro no qual Santos reuniu e atualizou os estudos desenvolvidos nas duas primeiras obras supracitadas, de 1972; e *Imperialismo y empresas multinacionales*, de 1973, livro que tem por objetivo explicitar as contradições do imperialismo contemporâneo e problematizar o fenômeno das corporações multinacionais.

É possível afirmar que a vivência de Marini, Santos e Bambirra, no Chile – os estudos desenvolvidos no CESO, os debates políticos com os setores da esquerda chilena⁷⁶, a participação em cursos, seminários e conferências e o intercâmbio intelectual com os integrantes do ILPES e da CEPAL e o próprio contato com os processos de mudança no país – propiciou o amadurecimento intelectual dos autores, o que se reflete na extensão de suas obras. Ao mesmo tempo, os debates sobre a dependência exerceram influência sobre o programa da Unidade Popular, como salientam Bambirra e Santos, respectivamente:

Sin duda, la intensa polémica que se llevaba a cabo entonces sobre la dependencia, al influir de manera significativa en la elaboración del programa de la Unidad Popular, marcó una evolución cualitativa en la estrategia de lucha revolucionaria en América Latina. El programa de la UP contemplaba como meta no sólo terminar con la dominación oligárquica-imperialista, sino que planteaba explícitamente nacionalizar las grandes empresas monopólicas industriales, mineras, agrícolas, etcétera, vale decir, golpear el eje básico de la dominación burguesa-imperialista y avanzar hacia el socialismo. De esta manera, la UP trataba en la práctica de implementar la concepción que había sido demostrada

⁷⁶ Cabe destacar a criação do semanário *Chile Hoy*, da qual Marini e Santos, ao lado de Marta Harnecker, Alberto Martínez e Pío García, participaram. Por meio dessa iniciativa, buscou-se criar um espaço de diálogo entre as correntes de esquerda, como afirma Marini (2005 [1990], p. 94).

por la revolución cubana y confirmada por las investigaciones teóricas y empíricas respecto del capitalismo dependiente: que el imperialismo era un elemento constitutivo interno del sistema de dominación y que para llevar a cabo una política consecuente de liberación nacional y social había que rebasarlo, avanzando hacia el socialismo (BAMBIRRA, 1978, p. 24).

É importante assinalar que estes estudos sobre a dependência tiveram um impacto político muito grande porque influenciaram muito fortemente a formulação do programa de governo da Unidade Popular no Chile. Este programa assimilava uma das teses centrais da teoria da dependência ao definir o Chile como uma economia já capitalista, com um alto grau de monopolização e concentração. Em consequência o governo da Unidade Popular não se propunha somente a realizar um desenvolvimento capitalista que eliminasse os bloqueios pré-capitalistas ao desenvolvimento, mas propunha-se a enfrentar os monopólios nacionais e internacionais criados pelo próprio desenvolvimento capitalista dependente (SANTOS, 1994, p. 36).

A experiência dos autores no Chile seria interrompida com o golpe militar no país, em 11 de setembro de 1973. Frente às mudanças implementadas pelo governo da Unidade Popular e à intensificação cada vez maior das mobilizações populares, que reivindicavam uma radicalização das transformações sociais e políticas, concretizou-se um duro e repressivo golpe militar, cujas consequências abalariam profundamente a sociedade chilena.

Após o golpe, Santos ficou retido na Embaixada do Panamá em Santiago do Chile durante seis meses, enquanto Marini e Bambirra se dirigiram ao Panamá, onde permaneceram durante três e quatro meses, respectivamente. Em 1974, Santos e Bambirra se deslocaram para o México, onde logo se vincularam à Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Theotônio dos Santos se integrou ao Instituto de Economia e à Divisão de Pós-graduação da Faculdade de Economia e Vânia Bambirra, ao Instituto de Investigações Sociais, tendo se dirigido, após alguns anos, para o Instituto de Economia. Marini, antes de retornar ao México e se incorporar à Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, em setembro de 1974, país onde viveu o primeiro exílio, passou uma temporada em Munique, na Alemanha, no Instituto Max Planck. Durante esse período de exílio, os autores se dedicaram ao desenvolvimento de seus projetos de pesquisa individuais, Bambirra se aprofundou no estudo do marxismo, especialmente nas obras de Marx, Engels e Lênin, deu continuidade às suas investigações sobre Cuba, bem como sistematizou algumas críticas endereçadas à “Teoria da Dependência”, no livro *Teoria de la*

dependencia: una anticrítica; Santos se aproximou das agendas de pesquisa e das perspectivas de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, André Gunder Frank e Samir Amin, que introduziam a perspectiva do sistema-mundo; Marini continuou sua pesquisa sobre o desenvolvimento capitalista latino-americano e tomou parte da polêmica iniciada por Fernando Henrique Cardoso e José Serra acerca de sua obra *Dialéctica de la dependencia* (BAMBIRRA, 1991; MARINI, 2005 [1990]; SANTOS, 1994).

A permanência dos autores no México se prolongou até o momento em que teve lugar a anistia no Brasil, em 1979⁷⁷. Santos e Bamberira retornaram ao Brasil em 1980 e Marini, em 1984. De volta ao Brasil, os autores encontraram certa dificuldade para se integrarem profissionalmente, o que se expressou na mudança contínua de local de trabalho desses autores⁷⁸. Em 1987, com a reintegração dos professores demitidos em 1964 na Universidade de Brasília, os autores voltaram a fixar suas vidas acadêmicas nessa instituição. Depois da UnB, Marini e Santos ainda trabalharam em outras instituições, sendo que o primeiro retornou à UNAM em 1993, para dirigir o Centro de Estudos Latino-americanos, enquanto o segundo ministrou aulas em outros países, como Japão e França e se integrou, posteriormente, em 1994, à Universidade Federal Fluminense (UFF), no Brasil. Vânia Bamberira permaneceu em Brasília até o ano de 1998, quando se mudou para o Rio de Janeiro, onde deu continuidade às suas pesquisas. Ruy Mauro Marini falece em 1997, vítima de câncer linfático, Theotônio dos Santos e Vânia Bamberira continuam vivos, residindo atualmente na cidade do Rio de Janeiro.

2.3 Considerações Finais

A breve descrição das vidas de Ruy Mauro Marini, Vânia Bamberira e Theotônio dos Santos, permite identificar uma confluência entre as experiências dos três autores em diversos pontos de suas trajetórias, cuja expressão tem lugar em suas obras. A militância

⁷⁷ Nesse ano, Santos e Bamberira participam da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), durante a conferência de Lisboa (BAMBIRRA, 1991, p.61; SANTOS, 1994, p.3).

⁷⁸ Tendo em vista os objetivos da dissertação, não foram esmiuçadas aqui as atividades que os autores desenvolveram no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990. Entretanto, tais informações podem ser obtidas em seus Memoriais: BAMBIRRA, Vânia. *Memorial*. Brasília, 1991. (mimeo); MARINI, Ruy Mauro. *Memórias*. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João P. (org.). *Ruy Mauro Marini, vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005; SANTOS, Theotônio dos. *Memorial*. Niterói, 1994. (mimeo).

política, as influências intelectuais e o desenvolvimento de suas vidas profissionais e de seus projetos de pesquisa imprimiram traços comuns às suas análises, corroborando para considerá-los parte de uma mesma vertente teórica. Ao se posicionarem de maneira semelhante frente aos debates em torno da dependência, tema amplamente discutido entre os intelectuais latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970, os autores enfrentaram ideias e concepções que se encontravam solidamente estabelecidas no ideário latino-americano, e afirmaram seu compromisso com a luta política revolucionária na região, distinguindo-se de outras vertentes que pautavam aquela problemática.

Orientados nitidamente por motivações políticas, Bambirra, Santos e Marini, procuraram compreender desde as origens do capitalismo dependente até sua forma contemporânea, com o objetivo de identificar sua dinâmica própria, seus mecanismos e contradições, ao mesmo tempo em que se preocupavam em intervir na realidade concreta da região, tanto por meio de suas contribuições teóricas às esquerdas latino-americanas - às táticas e estratégias das organizações que planejavam a luta e os levantes insurrecionais -, quanto por sua própria militância política em partidos e organizações de esquerda.

Dedica-se, adiante, à apresentação propriamente do pensamento desses autores, a qual intenta conjugar suas interpretações acerca da dependência latino-americana e suas perspectivas políticas para a região, através de uma sistematização do conteúdo de suas obras referentes ao período estudado (1964-1973).

Capítulo 3 A caracterização da dependência: o caso latino-americano

A análise acerca da dependência constitui o eixo estruturante das obras de Marini, Bamberger e Santos, durante o período estudado (1964-1973), na medida em que é sobre ela que está assentada a compreensão da realidade latino-americana, objeto de pesquisa dos autores. A caracterização que tais autores fazem do capitalismo dependente latino-americano compreende, i) uma conceituação da dependência; ii) uma periodização da dependência latino-americana; iii) uma tipologia da dependência nos países latino-americanos. A conjunção desses elementos, emergidos de suas análises acerca das situações concretas de dependência, conforma a concepção que a vertente marxista da dependência possui sobre o capitalismo dependente latino-americano, bem como sua visão sobre as perspectivas políticas para a América Latina.

Em meio à produção intelectual e à militância política, Bamberger, Marini e Santos buscaram, a partir do marxismo, travar um debate crítico tanto com o pensamento nacional-desenvolvimentista, cujo bastião era identificado na CEPAL, quanto com as estratégias e táticas defendidas por setores das esquerdas latino-americanas, particularmente os partidos comunistas e a perspectiva “foquista”. Ao revelarem o caráter associado das burguesias industriais latino-americanas ao imperialismo e as implicações da profunda penetração do capital estrangeiro na produção industrial dos países da região, a vertente marxista da dependência lançava luz sobre a impossibilidade de se configurar, nas economias latino-americanas, um desenvolvimento capitalista autônomo. Frente a essa avaliação, não mais se justificava a aliança política entre aquelas burguesias e as classes trabalhadoras latino-americanas em direção ao desenvolvimento nacional. Como resposta aos processos que tinham lugar nos países latino-americanos naquele momento histórico, Bamberger, Marini e Santos afirmam em suas obras, de maneira contundente, a urgência do protagonismo das classes trabalhadoras na construção de uma alternativa revolucionária para a realidade latino-americana. O comprometimento das análises produzidas pela vertente marxista da dependência com a luta popular é explicitado por Marini, em sua avaliação sobre a “Teoria da Dependência”

(...) la teoría de la dependencia fue, sobre todo, un movimiento de ideas que trató de dar respuesta a las inquietudes y esperanzas que movilizaban a amplios

sectores populares de América Latina: obreros, campesinos, estudiantes, profesionales, para ofrecerles una alternativa a un desarrollo capitalista cuyo carácter subordinado y excluyente lo hacía cada vez menos capaz de garantizar la atención hacia las necesidades esenciales de la población. (MARINI, 1999, p. 13)

A existência de uma narrativa semelhante acerca da problemática da dependência; a crítica ao desenvolvimentismo cepalino e às interpretações e estratégias de setores da esquerda latino-americana (aos Partidos Comunistas e aos “foquistas”) e o marco teórico-metodológico marxista são alguns dos elementos que justificam a classificação dos autores como uma vertente de pensamento. Cabe ressaltar, entretanto, que a produção bibliográfica dos três autores não representa um todo homogêneo, sendo possível, inclusive, discernir nuances e particularidades em suas interpretações acerca da realidade concreta latino-americana, as quais se devem mais às diferenças de objetivo e de foco adotados por cada autor, do que propriamente a divergências analíticas e interpretativas entre eles. Enquanto Marini se dedica a esmiuçar a contradição fundamental sobre a qual está assentada a dependência, qual seja a superexploração do trabalho, Santos se centra na caracterização dos marcos gerais sobre os quais se desenvolvem as relações de dependência entre América Latina e países centrais, conferindo maior atenção ao período de integração monopolista mundial, momento em que a dependência latino-americana assume novo caráter. Bamberger, por sua vez, preocupa-se, sobretudo, com as implicações políticas desse fenômeno, dirigindo seu olhar às lutas protagonizadas pelas classes populares, bem como às organizações de esquerda latino-americanas. Tais diferenças, em vez de questionarem os elementos de unidade que engendram o cerne das análises dos três autores, afirmam seu caráter complementar. É a conjunção das visões de Marini, Santos e Bamberger, em suas distintas dimensões que conforma a vertente marxista da dependência.

3.1 O capitalismo dependente latino-americano: a caracterização da dependência

A gênese do conceito de dependência está radicada no momento de crise das teorias do desenvolvimento, cuja capacidade explicativa havia se mostrado insuficiente para compreender o “subdesenvolvimento” latino-americano, frente às “promessas não cumpridas” do processo de industrialização na região. Como resalta Theotônio dos Santos,

(...) el concepto de dependencia surge en América Latina como resultado del proceso de discusión sobre el tema del subdesarrollo y el desarrollo. En la medida en que no se cumplen las expectativas puestas en los efectos de la industrialización, se pone en duda la teoría del desarrollo que sirve de base al modelo de desarrollo nacional e independiente elaborado en los años 50 (SANTOS, 1972b [1970], p. 39).

A industrialização, entendida, segundo aquela perspectiva, como elemento propulsor da passagem de uma sociedade “tradicional” e “atrasada”, para uma sociedade “moderna” e “desenvolvida”, capaz de solucionar os entraves ao desenvolvimento capitalista latino-americano, não havia eliminado os obstáculos atribuídos à sociedade “tradicional”, significando, ademais, a criação de problemas e tensões, cujos reflexos se explicitaram na crise latino-americana, na década de 1960. “De tal crisis nace el concepto de dependencia como posible factor explicativo de esta situación paradójal. Se trata de explicar por qué nosotros no nos hemos desarrollado de la misma manera que los países hoy desarrollados” (SANTOS, 1972 [1970], p. 36-37).

O conceito de dependência se forja nesse contexto, buscando refletir o fenômeno de dependência dos países latino-americanos, o qual estava associado ao processo histórico de integração da América Latina à economia mundial. Diferentemente da explicação ensejada no âmbito das teorias do desenvolvimento, segundo a qual o “atraso” latino-americano, inerente à sua própria formação social, justificaria o subdesenvolvimento da região, o conceito de dependência, que emerge das análises da vertente marxista da dependência, evidencia que

(...) el ‘atraso’ de los países dependientes ha sido una consecuencia del desarrollo del capitalismo mundial y, a la vez, la condición de este desarrollo en las grandes potencias capitalistas mundiales. Los países capitalistas desarrollados y los países periféricos componen una misma unidad histórica que hizo posible el desarrollo de unos e inexorable el atraso de otros (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 13).

A compreensão do subdesenvolvimento latino-americano deve estar, nessa medida, indissociavelmente articulada à análise do desenvolvimento do capitalismo mundial, uma vez que foi no contexto de expansão e evolução do capitalismo mundial que o capitalismo na América Latina se desenvolveu. (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 3) Como afirma Marini, “La historia del subdesarrollo latino-americano es la historia del desarrollo

del sistema capitalista mundial” (MARINI, 1969, p. 3). É sobre esse marco que se fundamenta a dependência,

(...) característica intrínseca del sistema socioeconómico de los países subdesarrollados. (...) La dependencia es, pues, el modo específico de la producción capitalista en nuestros países. Es, también, la forma en que se estructuran nuestras sociedades. La dependencia es la situación que condiciona nuestro desarrollo y le da una forma específica en el contexto mundial – la del desarrollo capitalista dependiente (SANTOS, 1973a [1972], p. 43).

A dependência, entendida enquanto categoria analítico-explicativa fundamental da constituição das sociedades latino-americanas, permite definir “(...) el carácter condicionante concreto que las relaciones de dependencia entre centro-hegemónico y países periféricos tuvieron en el sentido de conformar determinados tipos específicos de estructuras económicas, políticas y sociales atrasadas y dependientes” (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 7-8).

A complexidade do fenômeno da dependência, suas dimensões e manifestações, são elucidadas nas análises de Marini, Santos e Bamberra. A dependência, entendida em sua totalidade, revela a articulação existente entre o condicionamento externo e a dinâmica da estrutura interna, manifestada na reprodução, a partir das economias dependentes, da própria dependência. Theotônio dos Santos, na introdução à sua obra *Dependencia y cambio social*, sintetiza sua contribuição à análise da dependência, contribuição essa que pode ser estendida tanto à Vânia Bamberra, quanto a Ruy Mauro Marini, na medida em que ambos compartilhavam tal concepção sobre a problemática da dependência.

La dependencia había sido generalmente entendida como un fenómeno externo a nuestra realidad. Entendíase por ella que intereses extranjeros imponían condiciones comerciales desfavorables a nuestros países, o bien que tales intereses dictaban normas de acción política, o la aceptación de situaciones que se dan en otros países como modelos de una realidad superior que éramos obligados a imitar. En todas esas visiones la dependencia era una especie de fuerza exógena a nuestra realidad que se introducía desde el exterior imponiéndose a nosotros.

El paso teórico que hemos dado en las Ciencias Sociales Latino-americanas ha consistido en mostrar que esta dependencia no era un fenómeno externo que podríamos cortar a través del desarrollo económico y de una actitud política más independiente. Lo que explicitó teóricamente fue, sobre todo, el hecho de que la situación de dependencia en que vivimos dentro del sistema capitalista condiciona las estructuras internas de nuestros países, haciéndolos dependientes en su propia constitución.

Este paso teórico fue de gran importancia y creo que se debe, básicamente, a la constatación que hacemos en este cuaderno del fracaso del modelo de desarrollo autónomo en base a la industria o del desarrollo hacia el mercado interno que

vino a sustituir, en la mayoría de nuestros países, a la dominación de la economía exportadora dirigida hacia el mercado externo. Al constatar que ese tipo de 'desarrollo' no nos liberaba de la dependencia, sino que, al contrario, nos convertía en objeto de un nuevo tipo de dependencia en que el capital extranjero se concertaba con el sector más dinámico que produce para el mercado interno de nuestros países, se constató también que la dependencia era algo mucho más profundo, ligado a los mecanismos internos de funcionamiento de nuestras sociedades.

El problema que desde entonces quedó planteado, obliga a toda una reformulación teórica: si el desarrollo hacia el mercado interno no quiebra la dependencia, es nuestro propio desarrollo el que puede ser considerado dependiente. Hay pues un tipo de formaciones socio-económicas dentro del sistema mundial capitalista que, debido al rol que éstas ocupan en este sistema, tiene leyes propias de desarrollo, contradicciones específicas que deben ser analizadas como tales. Así también, el proceso de transformación social que vivimos deberá ser explicado de este cuadro teórico (SANTOS, 1972b [1970], p. 7-8).

Santos, mais à frente, completa:

Enfocar la dependencia como una condición que configura cierto tipo de estructuras internas, significa tomar el desarrollo como fenómeno histórico mundial; como resultado de la formación, expansión y consolidación del sistema capitalista en los países hoy desarrollados y sus resultados en los países por él afectados. Pero no se trata de tomar estos resultados como simples 'efectos' del desarrollo capitalista, sino como su parte integrante y determinante (SANTOS, 1972 [1970], p. 40).

As implicações dessa mudança no modo como se concebe a dependência se fazem sentir, de maneira decisiva, na perspectiva política de sua superação:

Si la situación de dependencia es la que configura una situación interna a la cual está estructuralmente ligada, no es posible romperla aislando el país de las influencias exteriores, pues esto simplemente provocaría el caos de una estructura interna que es dependiente por esencia. La única solución para romperla sería, pues, cambiar estas estructuras internas, lo que conduce necesariamente, al mismo tiempo, al enfrentamiento con esta estructura internacional (SANTOS, 1972 [1970], p. 51).

Theotônio dos Santos é, dentre os três autores, aquele que mais se ocupa do ofício de precisar o conceito de dependência, intentando defini-lo ao longo dessa obra. Ao conceber a dependência como situação histórica condicionante, Santos afirma que

La dependencia es una situación en la cual cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía a la cual

la propia está sometida⁷⁹. La relación de interdependencia⁸⁰ entre dos o más economías, y entre éstas y el comercio mundial, asume la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y auto-impulsarse, en tanto que otros países (los dependientes) sólo lo pueden hacer como reflejo de esa expansión, que puede actuar positiva y/o negativamente sobre su desarrollo inmediato. De cualquier forma, la situación básica de dependencia conduce a una situación global de los países dependientes que los sitúa en retraso y bajo la explotación de los países dominados. (...) La dependencia está, pues, fundada en una división internacional del trabajo que permite el desarrollo industrial de algunos países y limita este mismo desarrollo en otros, sometiéndolos a las condiciones de crecimiento inducido por los centros de dominación mundial (SANTOS, 1972 [1970], p. 45-46).

Condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outras economias, as estruturas internas dos países dependentes redefinem a dependência de acordo com suas possibilidades estruturais e com o seu funcionamento concreto (SANTOS, 1972 [1970], p. 48). Como destaca Bambirra, o carácter condicionante da dependência não engendra um condicionamento absoluto, mas sim um

(...) condicionamiento de los parámetros dentro de los cuales actúan una serie de contradicciones cuyas interacciones, choques y luchas dan las alternativas o posibilidades históricas de acción y funcionamiento a los sectores y clases sociales que se forman dentro de esos parámetros generales y, en los cuales, se hacen posibles las opciones de políticas económicas y social (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 10).

Esta análise encontra concretude, por exemplo, no estudo da superexploração do trabalho, realizado por Marini. Caracterizada pelo autor como o fundamento da dependência, a superexploração do trabalho, ao mesmo tempo em que se constitui como resultante do condicionamento dos países dependentes pela dinâmica dos países centrais, redefine a situação de dependência segundo as estruturas internas daqueles países.

Desarrollando su economía mercantil, en función del mercado mundial, América Latina es llevada a reproducir en su seno las relaciones de producción que se encontraban en el origen de la formación de ese mercado, y que determinaban su carácter y su expansión. Pero ese proceso estaba marcado por una profunda

⁷⁹ A submissão das economias dependentes a outras economias também é ressaltada por Ruy Mauro Marini, o qual afirma que a dependência deve ser entendida como “una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia” (MARINI, 2007 [1972], p. 102).

⁸⁰ O sentido de interdependência aqui está relacionado à ideia de complementaridade entre as economias e entre elas e o sistema internacional. No entanto, esta complementaridade “no se da en el cuadro de relaciones de colaboración entre los hombres, sino de las relaciones de competencia entre propietarios privados” (SANTOS, 1972 [1970], p. 46).

contradicción: llamada a coadyuvar a la acumulación de capital con base en la capacidad productiva del trabajo, en los países centrales, América Latina debió hacerlo mediante una acumulación fundada en la superexplotación del trabajador. En esta contradicción radica la esencia de la dependencia latino-americana (MARINI, 2007 [1972], p. 121).

Diante do intercâmbio desigual, que caracterizava as relações comerciais entre a América Latina e os países centrais, e das perdas de valor e de mais-valia daí advindas, as classes dominantes dos países latino-americanos buscam, mediante a superexploração do trabalho, compensar tal condição (MARINI, 2007 [1972], p. 113). Frente ao condicionamento imposto pelo desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo dependente latino-americano emprega um mecanismo existente na esfera de sua produção interna, qual seja o da superexploração do trabalhador, o qual reproduz a dependência.

Cabe ressaltar, ainda, um último aspecto elencado por Theotônio dos Santos como necessário à compreensão da dependência:

(...) la articulación necesaria entre los intereses dominantes en los centros hegemónicos y los intereses dominantes en las sociedades dependientes. La dominación 'externa' es impracticable por principio. Sólo es posible la dominación cuando encuentra respaldo en los sectores nacionales que se benefician de ella (SANTOS, 1972 [1970], p. 50).

Tendo em vista a conceituação da dependência realizada por Marini, Santos e Bambirra, é possível identificar o caminho analítico percorrido pelos autores para chegar à compreensão de tal fenômeno. Seguindo a pista de Santos, o estudo da dependência pressupõe dois momentos:

- a) en un primer momento, trátase de determinar las formas básicas de dependencia según el desarrollo histórico del sistema capitalista en el centro hegemónico y en sus relaciones con el sistema mundial; en este sentido, la historia de la dependencia y su definición como sistema se confunde con la historia del sistema capitalista mundial y sus distintas configuraciones históricas y con el análisis de este sistema en tanto condicionante de una determinada situación internacional para los países dependientes;
- b) en un segundo momento, debemos estudiar cómo se estructuraran estas economías nacionales dependientes dentro y en función de este sistema mundial y el papel que desempeñan en el desarrollo de este sistema mundial (SANTOS, 1972b [1970], p. 49).

A conjunção dessas duas dimensões delimita um campo de análise do fenômeno da dependência e assenta as bases para a formulação do conceito de dependência, conceito

cuja relevância reside, segundo Santos, em sua conformação enquanto “(...) instrumento indispensable para encontrar las leyes que rigen el desarrollo de nuestras sociedades – su forma, su movimiento y las alternativas posibles de su desarrollo dentro de las cuales nos cabe actuar” (SANTOS, 1973a [1972], p. 44). Por sua “(...) relación inmediata con los problemas prácticos del desarrollo y de la vida cotidiana, política, social, económica y cultural de nuestros pueblos” (SANTOS, 1972b [1970], p. 51), a análise da dependência pode, ademais, e, sobretudo, segundo os autores, orientar a luta política na América Latina, ao lançar luz sobre as problemáticas e dilemas enfrentados pelas economias dependentes latino-americanas.

Utilizar esa línea de análisis para estudiar las formaciones sociales concretas de América Latina, orientar ese estudio en el sentido de definir las determinaciones que se encuentran en la base de la lucha de clases que allí se desenvuelve y abrir así perspectivas más claras a las fuerzas sociales empeñadas en destruir esa formación monstruosa que es el capitalismo dependiente: éste es el desafío teórico que se plantea hoy a los marxistas latino-americanos. La respuesta que le demos influirá sin duda de manera no despreciable en el resultado a que llegarán finalmente los procesos políticos que estamos viviendo (MARINI, 2007 [1972], p. 136).

Ao lado da conceituação da dependência, é possível depreender, a partir das obras de Marini, Santos e Bamberger, uma periodização acerca desse fenômeno histórico. A periodização que os autores fazem da dependência se orienta pelo modo como a América Latina se integrou ao sistema capitalista mundial, integração essa que tem seu caráter modificado ao longo de sua trajetória, assumindo distintas formas históricas. Cada uma dessas formas históricas de dependência foi condicionada:

(1) pelas formas básicas dessa economia mundial que possui suas próprias leis de desenvolvimento; (2) pelo tipo de relação econômica dominante nos centros capitalistas e pelos modos como estes se expandem, e (3) pelos tipos de relações econômicas existentes nos países que são incorporados à situação de dependência no âmbito da rede de relações econômicas internacionais gerada pela expansão capitalista (SANTOS, 2011 [1970], p. 7).

Condicionamento esse que se explicitou nas relações internacionais dos países latino-americanos, em suas estruturas internas, na orientação de sua produção, nas formas de acumulação de capital, na reprodução de sua economia, bem como em sua estrutura social e política (SANTOS, 2011 [1970], p. 8).

O esforço de periodização da dependência latino-americana pode ser vislumbrado tanto na obra *Dialéctica de la dependencia*, de Ruy Mauro Marini, quanto no artigo *A estrutura da dependência*⁸¹, de Theotônio dos Santos, os quais apresentam uma divergência analítica em relação ao momento de conformação da dependência. Enquanto Santos concebe o período colonial latino-americano como sendo a primeira fase da dependência, Marini afirma que a dependência só se constitui de fato com a independência política das colônias latino-americanas e com a sua incorporação à divisão internacional do trabalho na condição de países.

Para Santos, a primeira fase da dependência corresponde à dependência colonial, fase em que tem lugar

a exportação comercial *in natura*, na qual o capital comercial e financeiro, em associação com o Estado colonialista, dominava as relações econômicas dos europeus e das colônias, por meio de um monopólio comercial complementado pelo monopólio colonial da terra, das jazidas e da força de trabalho (servil ou escrava) nos países colonizados (SANTOS, 2011 [1970], p. 7).

Marini, embora não caracterize esse momento como a gênese da dependência, ressalta o papel cumprido pela América Latina, em sua posição de colônia produtora de metais preciosos e de produtos “exóticos”, no desenvolvimento do capital comercial e bancário europeu, na sustentação do sistema manufatureiro europeu e na viabilização do processo de conformação da grande indústria, ao contribuir para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento. Mesmo tendo cumprido importante papel na formação da economia mundial, é somente no século XIX que a América Latina se articulará plenamente a essa economia, fato que implica, segundo Marini, uma mudança qualitativa na situação latino-americana. A razão dessa mudança está associada à independência política formal das colônias latino-americanas em relação às suas metrópoles e à sua integração na divisão internacional do trabalho, como países produtores de alimentos e de matérias-primas. É somente a partir daí que se configura, de acordo com Marini, a dependência latino-americana⁸² (MARINI, 2007 [1972]).

⁸¹ Este artigo foi integrado à obra *Dependencia y cambio social*, de 1970.

⁸² A divergência entre Santos e Marini é também o fundamento da crítica que o último imputa a André Gunder Frank. Marini sublinha que a debilidade do trabalho de Frank reside em seu entendimento acerca da situação de dependência, na medida em que Frank não distingue entre situação colonial e situação de dependência. Ainda que haja uma continuidade de uma em relação à outra, tais situações não podem ser

A análise dos laços que vinculam as economias latino-americanas à economia capitalista mundial e que engendram a dependência é realizada por Marini através de um estudo integrado da participação da América Latina no desenvolvimento capitalista dos países industriais e dos mecanismos operados nos países dependentes que proporcionam tal participação, cuja articulação revela o caráter contraditório inscrito nesse processo. A oferta de alimentos e de matérias-primas proporcionada pelos países latino-americanos aos países industriais, ao mesmo tempo em que contribuiu para que se alterasse o eixo da acumulação capitalista nesses países, requereu, no âmbito da produção interna latino-americana, o recurso a uma maior exploração do trabalhador, produzindo consequências no ciclo do capital na economia dependente, o qual assume um caráter específico (MARINI, 2007 [1972]).

A América Latina, mediante sua integração à divisão internacional do trabalho como produtora de bens primários, cumpre dois papéis fundamentais no desenvolvimento da grande indústria dos países centrais, ao contribuir para o aumento tanto da oferta mundial de alimentos, quanto das matérias-primas. Diante do avanço da grande indústria nos países centrais, a oferta de alimentos proporcionada pelos países latino-americanos atende um incremento da demanda, ocasionado pelo crescimento da classe trabalhadora naqueles países, na medida em que tais bens são incorporados como meios de subsistência necessários à reprodução da força de trabalho. Ao lado do aumento do número de trabalhadores, o desenvolvimento industrial traz consigo um incremento na produtividade do trabalhador, o que exige a incorporação de uma maior quantidade de matérias-primas ao processo produtivo, tarefa que será cumprida, mais uma vez, pela América Latina (MARINI, 2007 [1972]).

Embora a participação da América Latina na exportação de alimentos, de um lado, e de matérias-primas, de outro, para os países centrais, possua naturezas distintas, elas se complementam no que tange aos seus efeitos nas economias industriais. O aumento da oferta mundial de alimentos, alavancada pela produção latino-americana, somada à queda

consideradas homogêneas, segundo o autor (MARINI, 2007 [1972], p. 103). De maneira semelhante, essa crítica de Marini poderia ser endereçada à periodização de Santos, já que o autor, ao caracterizar a primeira fase da dependência como colonial, não diferencia as duas situações. Ainda que haja uma distinção entre a periodização de Marini e de Santos, ambos concordam em relação à natureza do papel subordinado da América Latina aos países centrais naquele momento.

dos preços dos bens primários no mercado mundial, permite que os países centrais adquiram, através do comércio internacional, os meios de subsistência que se incorporarão à composição dos bens-salários dos trabalhadores desses países, viabilizando, sobretudo, sua especialização na produção industrial. Há, com isso, uma diminuição do tempo socialmente necessário à reprodução da força de trabalho nos países centrais, o que acarreta, por sua vez, uma queda no valor real da força de trabalho. De acordo com Marini, essa diminuição permite que o aumento da produtividade, nesses países, converta-se em um incremento da taxa de mais-valia, correspondendo, assim, a um aumento da mais-valia relativa⁸³. Nesse sentido, a América Latina, além de contribuir para a expansão industrial dos países centrais, permitiu que o eixo de acumulação na economia industrial se deslocasse da produção de mais-valia absoluta para mais-valia relativa, passando a acumulação a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que da exploração do trabalhador (MARINI, 2007 [1972], p. 105). Esse papel, exercido pela América Latina, revela-se, contudo, contraditório. A redução do valor real da força de trabalho nos países centrais, resultante dos efeitos provocados pela oferta de alimentos latino-americana, ao se converter em mais-valia relativa, reflete-se numa diminuição do valor do capital variável em relação ao valor do capital constante e em um aumento, portanto, da composição orgânica do capital⁸⁴, incidindo na taxa de lucro do capitalista. Tendo em vista que a um aumento da capacidade produtiva corresponde, segundo Marini, um consumo mais que proporcional de matérias-primas, à elevação da mais-valia se soma uma elevação simultânea do valor do capital constante, o que implicará uma queda da taxa de lucro (MARINI, 2007 [1972]).

⁸³ Marini distingue mais-valia relativa de produtividade. Segundo o autor, ainda que a produtividade represente a condição por excelência da mais-valia relativa, ela não implica necessariamente um aumento da mais-valia relativa. O aumento de produtividade está relacionado à criação de mais produtos no mesmo intervalo de tempo, sem obrigatoriamente representar um aumento de valor. Já a mais-valia relativa é determinada pelo grau de exploração do trabalho e não pela produtividade em si. Conforme aumenta o trabalho excedente, em relação ao trabalho necessário, aumenta também a taxa de mais-valia. Nesse sentido, uma queda no valor dos bens-salários, bens necessários à reprodução da força de trabalho, poderá incidir em um aumento da mais-valia relativa. “La plusvalía relativa está ligada indisolublemente, pues, a la desvalorización de los bienes-salario, para lo que ocurre en general, pero, no forzosamente, a la productividad del trabajo.” Consultar: MARINI (2007 [1972], p. 106).

⁸⁴ A composição orgânica do capital é dada pela relação capital constante (instalações, maquinaria, matérias-primas) /capital variável (força de trabalho). Tanto o capital variável, quanto o capital constante incidem na taxa de mais-valia.

Essa queda tendencial da taxa de lucro será contrabalanceada pela própria América Latina, a partir de sua participação na produção de matérias-primas industriais:

(...) es mediante el aumento de una masa de productos cada vez más baratos en el mercado internacional, como América Latina no sólo alimenta la expansión cuantitativa de la producción capitalista en los países industriales, sino que contribuye a que se superen los escollos que el carácter contradictorio de la acumulación de capital crea para esa expansión (MARINI, 2007 [1972], p. 109).

Ainda no que tange à participação da América Latina no comércio internacional, Marini chama atenção para o caráter desigual sobre o qual se assentam as relações estabelecidas entre os países latino-americanos e os países centrais. Avançando em relação à concepção cepalina sobre a deterioração dos termos de troca, o autor revela a transferência de valor, e de mais-valia que está por trás do intercâmbio firmado entre tais países. Os países industriais, ao produzirem bens que os países latino-americanos não produzem ou não os produzem com a mesma facilidade, são capazes de fixar o preço de seus produtos acima de seu valor real, burlando a lei do valor, segundo a qual o valor é determinado pela quantidade de trabalho incorporado nas mercadorias. O reverso desse processo se manifesta na deterioração dos preços dos produtos primários latino-americanos, a qual não encontra correspondente na desvalorização real desses bens, visto que o aumento de produtividade, nesses países, ao crescer muito lentamente, não conduz a tal desvalorização. Esse intercâmbio desigual não impede, entretanto, que a oferta de alimentos e de matérias-primas latino-americanas seja aumentada no mercado mundial, através de um aumento do valor realizado, o que se dá por meio de um incremento da exploração do trabalhador na América Latina – nexo fundamental à compreensão do papel cumprido pela região no desenvolvimento capitalista mundial (MARINI, 2007 [1972]).

Dessa forma, os países latino-americanos, desfavorecidos pelo intercâmbio desigual, em vez de buscarem corrigir o desequilíbrio entre os preços e os valores de seus produtos, gerado a partir do comércio internacional, procuram compensar suas perdas de renda através do aumento da exploração do trabalhador, no âmbito de sua produção interna, o que se dá por mecanismos como o incremento da intensidade do trabalho, o prolongamento das jornadas de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao

trabalhador para repor sua força de trabalho. Enquanto os dois primeiros, ao obrigá-los a um dispêndio excessivo da força de trabalho, provocando seu esgotamento prematuro, negam ao trabalhador as condições necessárias para que ele reponha o desgaste de sua força de trabalho, o último retira a possibilidade de o trabalhador consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Tais mecanismos, empregados com o intuito de aumentar, por meio de um incremento da mais-valia, o valor produzido, bem como a taxa de lucro das classes dominantes latino-americanas, implicam em uma remuneração dos trabalhadores abaixo de seu valor, o que, por sua vez, constitui uma superexploração do trabalho (MARINI, 2007 [1972], p. 113-120).

A contradição que se conforma com a participação da América Latina no processo de acumulação de capital nos países centrais, cuja base de sustentação na economia dependente latino-americana é a superexploração do trabalho, constitui a essência da dependência latino-americana, determinando, nessa medida, a especificidade do ciclo de valorização do capital nas economias dependentes da região. O caráter específico assumido por tal ciclo na América Latina é evidenciado por Marini:

Nacida para atender a las exigencias de la circulación capitalista, cuyo eje de articulación está constituido por los países industriales, y centrada pues sobre el mercado mundial, la producción latino-americana **no depende para su realización de la capacidad interna de consumo** (MARINI, 2007 [1972], p. 121, grifos meus).

A produção latino-americana, orientada à exportação, tem sua realização concretizada no mercado externo, fato que caracteriza uma separação entre os dois momentos fundamentais do ciclo do capital das economias latino-americanas, o de produção e o de circulação de mercadorias. O efeito dessa separação se manifesta na contradição, inerente à produção capitalista, entre capital e trabalhador enquanto produtor e comprador de mercadorias, a qual ganha contornos distintos do processo que teve lugar nas economias centrais (MARINI, 2007 [1972]).

Diferentemente das economias centrais, que tiveram sua produção associada à criação de um mercado consumidor interno, na qual o consumo individual do trabalhador constitui elemento fundamental para a criação de demanda para seus produtos, nos países

dependentes latino-americanos, o consumo individual dos trabalhadores não interfere, de acordo com Marini, na realização do produto, na medida em que a circulação dos bens primários latino-americanos se completa no comércio internacional. Nas primeiras, a oposição entre o duplo caráter do trabalhador é mitigada em função do caráter assumido pelo ciclo do capital naqueles países. Enquanto na esfera produtiva industrial o consumo individual do trabalhador é restringido pelo capitalista, em função do custo que este implica à produção, na esfera da circulação, tal consumo permite a realização das mercadorias produzidas, o que dará origem a um novo ciclo do capital, fato que imputa, segundo Marini (2007 [1972], p.122), um caráter complementar aos dois tipos de consumo do trabalhador nos países centrais. Nas últimas, o consumo individual do trabalhador é comprimido em virtude da superexploração do trabalho. Tendo em vista a separação entre produção e circulação nos países dependentes latino-americanos, a tendência do sistema será, na perspectiva de Marini, a de explorar ao máximo a força de trabalho, sem a preocupação em criar condições para que este a reponha, comprimindo, assim, seu consumo individual⁸⁵ (MARINI, 2007 [1972]).

Além da compressão do consumo individual do trabalhador latino-americano, cujo efeito é a redução dos níveis de demanda interna⁸⁶, a superexploração do trabalho, ao aumentar a taxa de lucro dos capitalistas da região, faz com que suas expectativas de consumo sejam satisfeitas apenas através das importações, já que este não encontra vazão na produção interna. Daí decorre uma estratificação do mercado interno, bem como uma diferenciação das esferas de circulação. Enquanto o consumo dos trabalhadores, o qual se dá na “esfera ‘baixa’ da circulação”, fundamenta-se na produção interna, o consumo dos “não trabalhadores”, relacionado à “esfera ‘alta’ da circulação”, encontra-se imbricado, por meio das importações, com a produção externa. Marini, ao analisar tal processo, afirma que

⁸⁵ Tal superexploração do trabalhador latino-americano tem lugar à medida que a disponibilidade de mão de obra na região se mantenha alta (MARINI, 2007 [1972]).

⁸⁶ Theotônio dos Santos, em seu artigo *A estrutura da dependência*, faz referência à restrição do mercado interno das economias dependentes. Segundo ele, tal restrição pode ser atribuída a quatro fatores: 1) grande parte da renda nacional advinha da exportação e se destinava à aquisição de insumos para a mesma ou de artigos de luxo para os proprietários de terras e das minas e funcionários mais abastados; 2) a superexploração do trabalho a que estava sujeita a força de trabalho, limitava sua capacidade de consumo; 3) “parte da renda dos trabalhadores era suprida pela economia de subsistência, que funcionava como um complemento de sua renda e como um refúgio em períodos de depressão econômica”; 4) nas economias de enclave, grande parte do excedente acumulado era remetido sob a forma de juros ao exterior, o que limitava tanto o consumo interno, quanto as possibilidades de investimento (SANTOS, 2011 [1970], p. 7-8).

a cisão do consumo individual total em duas esferas contrapostas, a qual confere à economia latino-americana um caráter de “dilaceração”, é ocultada por uma aparente harmonia entre a exportação de matérias-primas e alimentos por parte da América Latina e a importação de bens de consumo manufaturados dos países centrais (MARINI, 2007 [1972], p. 123-124).

A análise do processo de integração da América Latina à economia mundial empreendida por Ruy Mauro Marini, apesar de suas limitações, reconhecidas pelo próprio autor em seu artigo *En torno a la dialéctica de la dependencia*⁸⁷, capta dimensões essenciais da conformação da dependência latino-americana e ressalta o caráter não apenas complexo, como também contraditório desse processo:

La economía exportadora es, pues, algo más que el producto de una economía internacional fundada en la especialización productiva: es una formación social basada en el modo capitalista de producción, que acentúa hasta el límite las contradicciones que les son propias. Al hacerlo, configura de manera específica las relaciones de explotación en que se basa, y crea un ciclo de capital que tiende a reproducir en escala ampliada la dependencia en que se encuentra frente a la economía internacional (MARINI, 2007 [1972], p. 123).

Caracterizado o processo de conformação da dependência latino-americana, segue-se em direção a um momento de profundas transformações do capitalismo internacional, período que se inicia a partir de 1875, com a Segunda Revolução Industrial, em que os países centrais têm suas atividades produtivas modificadas, com o desenvolvimento de indústrias pesadas, acompanhados de uma orientação de suas economias a uma maior concentração das unidades produtivas. Nesse contexto, propiciado pela intensa acumulação de capital desses países, inaugura-se um novo ciclo de expansão capitalista, cuja influência se faria sentir de maneira decisiva nas estruturas das sociedades dependentes.

O capital, acumulado nos países centrais, ao ver-se impelido a uma expansão para além de suas fronteiras nacionais, assume a forma de empréstimos públicos e privados, financiamentos, investimentos em carteira e, em menor medida, investimentos diretos, elegendo como um de seus principais destinos a América Latina. É nesse período, segundo

⁸⁷ “En efecto, pese al cuidado puesto en matizar las afirmaciones más tajantes, su extensión limitada llevó a que las tendencias analizadas se pintaran a brochazos, lo que les confirió a veces un perfil muy acusado. Por otra parte, el nivel mismo de abstracción del ensayo no propiciaba el examen de situaciones particulares, que permitieran introducir en el estudio un cierto grado de relativización” (MARINI, 2007 [1972], p. 137).

Marini, que a economia exportadora latino-americana, diante do significativo crescimento da demanda mundial de matérias-primas e dos investimentos de capital na região, atinge seu auge (MARINI, 1969, p. 6). Tal processo, entretanto, não está isento de contradições: ao contribuir para o incremento da concentração de capitais nas economias centrais e para a expansão imperialista, a América Latina terá seu desenvolvimento capitalista condicionado por esta integração, a qual trará consigo um aprofundamento da dependência latino-americana em relação aos países centrais (MARINI, 1969, p. 6).

Theotônio dos Santos, ao se referir a esse momento histórico, consolidado no final do século XIX e o qual sofreria modificações significativas no período do Pós-guerra (I e II Guerras Mundiais), associa-o a uma fase de dependência financeiro-industrial, marcada pela “dominação do grande capital nos centros hegemônicos, e sua expansão no estrangeiro mediante o investimento na produção de matérias-primas e produtos agropecuários para consumo nos centros hegemônicos” (SANTOS, 2011 [1970], p. 7) e pela especialização da América Latina na produção de bens primários, cujo destino era a exportação para os países industriais.

A expansão do capital para a América Latina, ao se dirigir fundamentalmente ao setor exportador da região, tem por objetivo, segundo Bambirra, a modernização do processo produtivo latino-americano para atender duas necessidades principais dessa nova fase de expansão do capital:

- 1º El aumento de producción de materias-primas y de los productos agrícolas, a fin de satisfacer las demandas crecientes de la nueva fase de industrialización en los países capitalistas avanzados (...) ⁸⁸
- 2º La expansión de los mercados internos de estos países a fin de que sean capaces de absorber mayor cantidad de los productos manufacturados de los países capitalistas centrales (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 34).

De acordo com a autora, essas transformações modernizadoras se explicitam tanto no nível da organização social da produção, quanto no âmbito das forças produtivas. No

⁸⁸ De acordo com Marini, a industrialização latino-americana, distintamente da industrialização clássica que teve lugar nos países centrais, não cria sua própria demanda, mas atende a uma demanda já constituída e se estrutura em função das exigências de mercado dos países já industrializados (MARINI, 2007 [1972], p. 128). Para um estudo mais aprofundado das diferenças existentes entre o processo de industrialização clássica e o processo de industrialização latino-americana, consultar *Dialéctica de la dependencia*, de Ruy Mauro Marini.

que tange à primeira, tem lugar uma generalização das relações capitalistas de produção nos setores chaves da economia, o que implica a aquisição da força de trabalho através de salários, e a formação de um mercado de trabalho livre. Malgrado a concretização desse processo esteja associada à expansão do capital na América Latina, as condições que permitiram que este ocorresse guardam relação com as mudanças internas que tiveram lugar nesses países, como é o caso do avanço do monopólio sobre a propriedade das terras por uma camada restrita de proprietários de terras, cujo efeito foi a restrição das áreas de economia de subsistência e de autoconsumo e a conseqüente emergência de um potencial disponível de mão de obra para o setor exportador. Tal movimento somente pode ser entendido se integrado ao processo de penetração do capitalismo no campo, que embora não tenha eliminado completamente as relações pré-capitalistas e semisserviis nele persistentes, foi responsável por impulsionar a proletarianização nessa esfera (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 35- 36).

Já no que diz respeito à dimensão das forças produtivas, produziu-se um aumento da capacidade produtiva do setor exportador, por meio da introdução de novos instrumentos e sistemas de produção e de transporte, aumentando sua capitalização. Bambirra ressalta como conseqüências dessas transformações no setor produtivo, o incremento do dinamismo e da capacidade de absorção de mão de obra pelo setor exportador em condições salariais relativamente superiores, contribuindo, assim, para o crescimento do mercado interno; bem como a geração e expansão dos setores complementares ao setor exportador (agrícolas, comerciais, de transportes e comunicações, serviços, etc.), os quais se vinculam à satisfação das necessidades do mercado interno. Bambirra chama a atenção para o papel desses setores complementares no desenvolvimento do mercado interno, uma vez que estes, ao mesmo tempo em que surgem em função das exigências desse mercado, possuem a capacidade de produzir novas necessidades, contribuindo para a sua expansão.

El proceso de creación, expansión y modernización de los sectores complementarios a la economía exportadora es un elemento de fundamental importancia en el desenvolvimiento del mercado interno, en la medida que promueve la absorción de mano de obra, generando nuevos sectores, a través del apareamiento de una serie de actividades agrícolas comerciales y de servicio en general (público y privado). Pero no se detiene aquí la influencia de la formación de todos estos sectores complementarios sobre el conjunto de la economía. Su dinámica, aunque esté vinculada en forma subordinada a la dinámica del sector exportador, se mueve de manera a la vez autónoma de éste, en la medida que su desarrollo promueve un nuevo proceso económico y se vincula también a este

nuevo proceso económico que progresivamente se genera en la sociedad, que es el proceso de industrialización (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 38).

Diferentemente da posição complementar assumida por aqueles setores em relação à atividade exportadora latino-americana, seu caráter é determinante frente ao desenvolvimento das atividades manufaturadas, na medida em que constituem condição para o desenvolvimento industrial urbano (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 38-39). Isso ocorre, de acordo com a autora, em virtude de sua concentração nos grandes centros urbanos, o que facilita a instalação da produção; da intensidade de sua dinâmica de crescimento; da vinculação ao processo de urbanização⁸⁹ e de sua tendência a se tornar independente do setor exportador.

A demanda industrial nos países dependentes latino-americanos nasce em estreito vínculo com o setor exportador⁹⁰. À medida que este se desenvolve, surgem dois tipos distintos de demandas, às quais se ligam, por um lado, as necessidades da classe que recebe mais-valia, e por outro, as necessidades da classe que recebe salários. Enquanto o consumo da primeira se concretiza através da importação de manufaturas do centro hegemônico, correspondendo, segundo Bambirra, a uma “*prolongación del mercado de los países centrales del sistema capitalista mundial*” (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 39), o consumo da segunda, associado à classe trabalhadora, assalariados rurais e assalariados médios, orienta-se em direção aos produtos nacionais.

Segundo a autora, a expansão do setor exportador, ao absorver a mão de obra disponível e restringir progressivamente as áreas dedicadas às economias de subsistência e à produção para o autoconsumo, torna crescente a demanda de bens de consumo (têxteis, alimentos, calçados, bebidas, utensílios domésticos) pelos trabalhadores, uma vez que estes passam a adquirir tais produtos no mercado. A satisfação dessa demanda, diferentemente da

⁸⁹ A urbanização é considerada por Bambirra como causa e consequência do desenvolvimento industrial nos países latino-americanos.

⁹⁰ Marini, assim como Bambirra e Santos, afirma que o processo de industrialização latino-americana se desenvolve a partir das bases criadas pela economia exportadora, o que significa dizer, para o autor, que as contradições que caracterizavam o ciclo do capital dessa economia, bem como seus efeitos sobre a exploração do trabalho, influenciam de forma decisiva os rumos da economia industrial latino-americana (MARINI, 2007 [1972], p. 124).

demanda dos capitalistas, concretiza-se no mercado nacional em virtude de seu baixo custo, como aponta Bamberger:

Esta demanda se orienta hacia productos industriales nacionales, porque es una demanda de bajo costo. En este sentido, las industrias que se desarrollan para atenderlas, lo hacen en condiciones mejores de competencia frente a las manufacturas extranjeras que tendrían el costo adicional del flete. Esto se debe al acceso más fácil a los consumidores, resultado de la utilización de las vías de comunicación de la economía exportadora (ferrocarriles y carreteras) y del hecho de disponer de una mano de obra barata para la producción en alta escala de productos de consumo masivo y populares (BAMBERGER, 1979 [1972], p. 40).

Ao lado da demanda por bens de consumo pela classe trabalhadora e por produtos manufaturados, por parte dos setores complementares, Bamberger menciona a criação de um setor industrial vinculado às necessidades diretas da exportação dos produtos, dando como exemplo os frigoríficos e a produção de embalagens. Todos esses elementos, embora inscritos em um processo de modernização do setor exportador e dos setores complementares, cujo impulso estava associado aos interesses hegemônicos do centro capitalista e das classes dominantes ligadas à mineração, à exportação comercial e à propriedade de terras, conformam uma estrutura interna que assume um “(...) *relativo dinamismo próprio resultante del desarrollo de la industria y que funciona según leyes que son específicas del nuevo modelo del capitalismo dependiente*” (BAMBERGER, 1979 [1972], p. 41-42).

A emergência do processo de industrialização descrita por Bamberger, que se iniciara no final do século XIX em países como Argentina, México, Brasil, Uruguai e Chile e Colômbia ganha novo impulso e assume uma dimensão mais complexa na primeira metade do século XX, no contexto das duas grandes Guerras Mundiais e da crise de 1929. Nesses países, onde já existia um mercado nacional estruturado e um setor industrial, cuja produção se ancorava em relações capitalistas, a restrição de suas importações, aliada à disponibilidade de divisas provindas do setor exportador, permitiram que novas indústrias fossem instaladas, a partir da intensificação do processo de substituição de importações (BAMBERGER, 1979 [1972], p. 42).

O processo de industrialização na América Latina constitui o marco por meio do qual Vânia Bambirra organiza sua tipologia⁹¹ das sociedades dependentes na região. Tendo em vista a relevância desse processo para as formações sociais latino-americanas, a autora divide a região em três grupos de países, A, B e C. O primeiro deles é composto pelos países cuja industrialização foi produto da expansão e transformação do setor primário-exportador, tendo se iniciado no final do século XIX, no qual se incluem Brasil, Argentina, México, Uruguai, Chile e Colômbia. Nos países de tipo B, a industrialização se desenvolveu como resultado da integração monopolista mundial, no contexto do Pós-guerra, já no século XX. Bambirra ainda distingue, dentro do grupo B, dois subgrupos, dentre os quais, os países que iniciaram sua industrialização imediatamente ao Pós-guerra e os países que iniciaram tal processo entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960. Nos dois subgrupos, compostos por Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba⁹², embora seus processos de industrialização tenham se dado em momentos distintos, ambos foram conduzidos através do controle direto do capital estrangeiro, o que justifica, segundo Bambirra, considerá-los partes de um mesmo grupo. Condição que não poderia ser atribuída ao último grupo, C, já que nele constavam países de estrutura agrário-exportadora, sem diversificação industrial, como era o caso do Paraguai e do Haiti, onde o processo de industrialização ainda não havia se desenvolvido até aquele momento (final da década de 1960)⁹³ (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 23-28).

⁹¹ Embora Bambirra reconheça os limites de sua tipologia, ao afirmar que cada país latino-americano possui seu processo histórico específico, a autora a mantém, uma vez que seu objetivo reside antes na compreensão e caracterização da dependência latino-americana, do que das particularidades de cada país dependente da região. “(...) dada la especificidad de la evolución histórica de cada uno de ellos [países latino-americanos] y de la ausencia de denominadores comunes, sólo por formar parte de un mismo sistema de dominación, posiblemente la ubicación dentro de un mismo tipo no conduciría a una comprensión mayor de carácter de sus estructuras dependientes y sería preferible proceder directamente al estudio de cada uno de ellos en separado. De cualquier manera, ésa no es la finalidad que se persigue en esta investigación” (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 28).

⁹² Vânia Bambirra afirma que Cuba, após a revolução de 1959, deixa de integrar tal grupo, à medida que rompe sua dependência em relação ao centro hegemônico (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 28).

⁹³ O trabalho de Vânia Bambirra de distinguir as formações sociais latino-americanas e seus respectivos processos de industrialização é reconhecido tanto por Marini, quanto por Santos, os quais se referenciam na tipologia por ela sistematizada. Em *Dialéctica de la dependencia*, Marini destaca a investigação empreendida por Bambirra: “(...) algunos autores se han preocupado de estudiar la situación de la industria en la economía latino-americana antes de que se acelerara la sustitución de importaciones; es significativo, en esta línea de investigación, el ensayo de Vania Bambirra, Hacia una tipología de la dependencia. Industrialización y estructura socio-económica, CESO, Universidad de Chile, Documento de Trabajo, mimeo, 1971” (MARINI, 2007 [1972], p. 124). Santos, por sua vez, enuncia, em duas de suas obras, o trabalho a ser realizado por

O deslocamento do eixo de acumulação dos países dependentes latino-americanos da economia agroexportadora para a economia industrial, impulsionada pela crise do mercado imperialista, modificou a forma de vinculação da América Latina ao sistema internacional, na medida em que exigiu uma mudança da atividade econômica da região (MARINI, 1969, p. 10-11). Esse momento de crise no centro hegemônico é caracterizado por Theotônio dos Santos como um momento de autonomia relativa dos países dependentes, no qual se enfraquecem os laços de dependência frente aos países centrais, e as classes dominantes daqueles países se veem diante de um raio mais amplo de atuação política e econômica. Nos países em que o processo de industrialização já havia se iniciado, as duas grandes Guerras Mundiais representaram uma conjuntura favorável às suas burguesias industriais, já que questionavam

(...) el sistema de organización internacional basado en una estrecha división internacional del trabajo entre países productores de materias primas y productos agrícolas y países productores de manufacturas. Este cuestionamiento alcanzaba a las clases sociales que se beneficiaban de este sistema en los países dependientes, es decir, la antigua oligarquía rural, minera o exportadora (SANTOS, 1972a [1971], p. 114).

O surgimento da classe burguesa industrial nos países dependentes também é evidenciado por Bambirra, em sua análise do processo de industrialização nos países de tipo A. De acordo com a autora, a emergência dessa classe, paralelamente à formação do proletariado industrial, são resultantes do desenvolvimento industrial que teve lugar nesses países, representando ao mesmo tempo, seus elementos ativos e constitutivos. Bambirra atenta para o caráter dialético que orienta tal desenvolvimento, ao pontuar sua condição enquanto produto do sistema que estabeleceu a divisão internacional do trabalho, bem como elemento de sua superação. A autora esclarece tal afirmação ao enunciar que

(...) es el funcionamiento del capitalismo mundial, quien al especializar las economías periféricas en monoproductoras, provoca su modernización, lo que, a su vez, genera los elementos para la diversificación de la producción a través del desarrollo de la industria, diversificación que, por su parte, conduce a la superación de la especialización y de la división internacional del trabajo bajo las

Bambirra. Ao caracterizar os processos de industrialização nos países latino-americanos, Santos sublinha que “Este problema será tratado por el trabajo de Vania Bambirra sobre la tipología de las estructuras dependientes, parte de la investigación que dirigimos en el CESO” (SANTOS, 1972a [1971], p. 141).

formas existentes hasta entonces, afirmando de esta manera la ley del desarrollo desigual y combinado (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 44).

Diferentemente do processo de industrialização europeu, no qual a passagem da economia agrária para a economia industrial se consolidou mediante a transformação radical das relações de trabalho sobre a qual se assentava o modo de produção feudal, as relações capitalistas de produção nos países dependentes latino-americanos de tipo A se desenvolvem primeiramente no setor exportador e é sob suas bases e seu condicionamento que o surgimento e a evolução do capitalismo industrial terão lugar, coexistindo, simultaneamente, com diferentes modos de produção (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 46). Para Marini, o que chama atenção nesse processo, é o trânsito relativamente pacífico entre a economia agrária e a economia industrial nos países latino-americanos, fato que teria permitido, segundo o autor, que alguns estudiosos assegurassem, em suas interpretações, que a revolução burguesa na região ainda estaria por se concretizar (MARINI, 1969, p.11). Marini e Bamberra, ao analisarem a industrialização latino-americana, concordam ao admitir que essa revolução, tal qual aquela ocorrida nos países centrais de fato não havia ocorrido nos países da região, o que não impedia que se reconhecesse um processo de “revolução burguesa” segundo as condições específicas do desenvolvimento do capitalismo dependente⁹⁴. A construção de um projeto próprio de desenvolvimento econômico-político por parte das burguesias industriais latino-americanas⁹⁵, sustentado no apoio das classes

⁹⁴ Theotônio dos Santos, ao fazer referência a esse processo na América Latina, pontua: “Es claro que la lucha por la creación de una economía volcada básicamente hacia el mercado interno se asemeja mucho al proceso de las revoluciones burguesas europeas. Pero estas similitudes se dan en cuadros completamente distintos, causando aparentes paradojas” (SANTOS, 1972a [1971], p. 115).

⁹⁵ Bamberra disserta sobre o caráter nacional das burguesias latino-americanas, vinculando-o a um momento específico do desenvolvimento do capitalismo mundial e sublinhando seus limites no marco do imperialismo. “La burguesia industrial latino-americana se ha desarrollado y ha actuado como una clase **cuyos intereses fundamentales estaban vinculados a un proyecto propio de desarrollo de la nación que ha sido llevado a cabo durante toda una etapa histórica**. Ello fue posible porque el período en que ella surge y se desarrolla, correspondió a una fase específica del desarrollo del capitalismo mundial que tuvo dos características distintivas:

a) Ser el período que sucedió a la segunda Revolución industrial (industrialización de máquinas para hacer máquinas), en el cual los países desarrollados necesitaron materias primas y productos agrícolas en alta escala, adquiribles en los países atrasados, para llevar adelante este proceso.

b) El período en que, estos países fueron obligados a disputarse, a través de las guerras, el control de estas materias primas y de los mercados de los países atrasados.

Las implicaciones que dichas características trajeron para los países atrasados del tipo A fueron de dos órdenes:

1) La dominación imperialista, en esta época, se volcó sobre todo hacia los sectores primarios, dejando libre para los emprendedores nacionales la explotación de la actividad industrial.

médias, da pequena burguesia e do campesinato, que as alçasse ao “*control hegemónico del poder*”, é a condição que permite, segundo Bambirra, caracterizar tal processo como uma “revolução burguesa”, o que não deve ocultar, entretanto, o caráter contraditório desse processo (BAMBIRRA, 1979 [1972]).

Como assinalado anteriormente, o processo de industrialização nos países de tipo A, que tem sua emergência vinculada estreitamente com o desenvolvimento do setor exportador, assume rapidamente uma dinâmica própria, conquistando uma independência **relativa** em relação àquele setor. Relativa porque, embora exista uma tendência de que o setor industrial subordine o setor exportador, o primeiro depende do último para sua sobrevivência e expansão. De acordo com Bambirra, os limites do setor industrial são condicionados pela

(...) dependencia del funcionamiento del sector exportador que es, en último término, la dependencia del funcionamiento del sistema capitalista mundial en su conjunto. Y, aunque el desarrollo de la industria en los países periféricos cuestiona y abre caminos a la superación de la división internacional del trabajo, la industria necesita de él como **condición de la realización de su propio proceso** (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 44-45, grifos meus).

Marini e Santos, de maneira semelhante, destacam o processo contraditório que enseja o pacto entre burguesia agroexportadora e burguesia industrial, contradição essa cuja base reside na diferença de interesses defendidos por cada uma dessas classes. Ainda que a relação entre ambas se fundamente na divergência de interesses, a qual se expressa na política cambial e de crédito impulsionadas por esses setores, bem como nos choques

2) Los conflictos bélicos, por redivisión del mundo, pasando por la gran crisis de los años 30, generaron condiciones para la dinamización de la actividad industrial en estos países.

Por estos factores, allí en donde existieron condiciones para la expansión del mercado interno y en donde la industria pudo, paralelamente al sector exportador, adquirir sus primeros alientos, a partir de la primera guerra mundial, la burguesia industrial pudo afirmarse como clase emprendedora capaz de aprovecharse de las circunstancias y de ofrecer e imponer a la sociedad su proyecto de desarrollo nacional.

Es en su capacidad de proponer un camino propio a la nación y de llevarlo a cabo durante un período, que podemos encontrar su carácter que hemos denominado como nacional. Y, sólo en esta medida, dejando sentado que ello no implicaba una supresión de la dominación imperialista, sino más bien una coexistencia con ella. Coexistencia que por otra parte, incorporaba el imperialismo a la amalgama del poder, respetando su ingerencia (sic) en el sector exportador, pero reservándose el derecho de decidir sobre la política industrial del país, aun cuando ésta se enfrentase a los intereses imperialistas, como en el caso de las tarifas proteccionistas o en el de las nacionalizaciones de fuentes de energía, como por ejemplo del petróleo.” (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 64-65, grifos da autora).

advindos da tentativa por parte do setor industrial de canalizar para si o excedente gerado pelo setor exportador, destaca-se, nos distintos processos latino-americanos, a complementaridade⁹⁶ na qual se pauta tal relação.

O desenvolvimento industrial, definido como capaz de subordinar os demais modos de produção, no caso do capitalismo dependente, tem sua existência e condição de avanço definido em função do desenvolvimento do setor agroexportador, já que é justamente desse setor que se originam as divisas que serão empregadas no setor industrial⁹⁷(MARINI, 1969; SANTOS, 1973a [1972]). Ao mesmo tempo em que representa condição necessária para o desenvolvimento do processo industrial nos países latino-americanos, o setor exportador, sob domínio das classes agrário-mercantis, obstaculiza esse mesmo processo, na medida em que imputa uma limitação significativa à sua consecução. Os interesses dessas classes, ligados à produção de bens primários para exportação e à manutenção dos monopólios de propriedade da terra impunham limites ao avanço industrial no campo, significando uma restrição tanto da capacidade produtiva industrial, quanto do mercado interno nesses países:

a) los salarios agrícolas son excesivamente bajos y cubren mal los niveles mínimos de sobrevivencia de la fuerza de trabajo. Esto hace que la demanda rural de bienes de consumo industriales sea, en consecuencia, relativamente baja b) siendo bajos los salarios agrícolas, la utilización intensiva de mano de obra se torna, en muchos casos, más lucrativa que la aplicación en alta escala de maquinarias e instrumentos agrícolas modernos. Este factor restringe la demanda de bienes de producción de parte de los empresarios agrícolas, tales como tractores, segadoras, trilladoras, etcétera. (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 138-139)

Nesse sentido, o caráter específico da “revolução burguesa” nos países latino-americanos reside justamente na relação contraditória entre burguesia industrial e burguesia

⁹⁶ Ruy Mauro Marini, em *Subdesarrollo y revolución*, caracteriza tal complementaridade como uma cooperação antagônica entre setor exportador e setor industrial.

⁹⁷ Theotônio dos Santos ressalta o papel cumprido pelo setor exportador no desenvolvimento do setor industrial nessa passagem de *Socialismo o fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latino-americano*: a) fuente de ingresos de divisas para la importación de maquinarias y materias primas esenciales a la industrialización; b) principal sector consumidor interno de los productos industriales y, por tanto, esencial a su desarrollo; c) fuente de capitales para la inversión industrial, que representaba una apertura fundamental para las inversiones de los sectores primario y comercial en crisis (SANTOS, 1973a [1972], p. 52-53).

agrário-exportadora, sendo que a primeira, mesmo à custa de seu próprio desenvolvimento, não questionou efetivamente o poder da última⁹⁸.

Diferentemente do processo de industrialização que se deu nos países de tipo A, os países de tipo B, já enunciados previamente, principiaram seus processos de industrialização somente a partir do Pós-guerra, em meio à integração monopolista mundial. A razão dessa distinção estaria, segundo Bambirra, associada ao modo por meio do qual tais economias se integraram ao mercado internacional. Tendo se constituído enquanto enclaves, ou seja, como prolongamentos das economias metropolitanas, tais países tiveram seus setores produtivos-chave condicionados pelo controle sistemático e intensivo por parte dos empresários estrangeiros, o que orientou, sobremaneira, seu desenvolvimento. Inscritos no mesmo processo de modernização pelo qual passaram os países de tipo A e cujo estímulo se ancorava nas necessidades dos grandes centros capitalistas, os países de tipo B não vivenciaram a expansão de seus mercados internos. O controle externo perpetrado no setor primário-exportador desses países inviabiliza a articulação entre este setor e o restante da economia nacional, impedindo que sejam criados os estímulos e as condições indispensáveis à dinamização dos demais setores dessas economias latino-americanas. Nesse contexto, não se forjam burguesias industriais nacionais, nem tem lugar qualquer processo semelhante a uma “revolução burguesa”. As classes dominantes nacionais se veem impossibilitadas de promover transformações na estrutura econômico-social em seus países, permanecendo limitadas ao papel de “classes dominantes-dominadas⁹⁹”. (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 69-82)

Compreendidos os efeitos da I e II Guerras Mundiais nas estruturas dos países dependentes latino-americanos, os autores dirigem seu foco analítico ao estudo do processo de consolidação da integração monopolista mundial, cujos contornos se tornam mais nítidos no Pós-guerra. É nesse momento histórico, caracterizado pela concretização da hegemonia estadunidense e pela centralização, concentração e monopolização do capital,

⁹⁸ Um exemplo marcante do caráter contraditório dessa relação pode ser encontrado na manutenção da estrutura de propriedade de terras na América Latina. Com exceção do México, cuja reforma agrária modificou, em grande medida, a estrutura agrária do país, nos demais países latino-americanos não se ousou colocar em xeque os monopólios dos grandes proprietários de terra. (BAMBIRRA, 1979 [1972], p. 59)

⁹⁹ O termo “classes dominantes-dominadas” também é utilizado por Theotônio dos Santos, em seu livro *La crisis norteamericana y América Latina* (1972a [1971], p. 81). O autor, ao fazer uso deste termo para caracterizar as classes dominantes dos países dependentes, chama atenção para o duplo caráter dessas classes – seu caráter dominante frente às outras classes sociais no âmbito nacional e seu caráter dominado, subordinado em relação às classes dominantes dos países centrais.

que o avanço do processo de industrialização na América Latina tem lugar. Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, inscritos nesse contexto de grandes mudanças no sistema internacional e observando suas implicações no capitalismo dependente latino-americano, ocupam grande parte de seus esforços com a investigação de sua realidade contemporânea. Suas obras escritas entre 1964 e 1973, estão, em grande medida, dedicadas à investigação dos fenômenos que caracterizam e dão vida a essa nova fase do imperialismo, a qual encontrará correspondência em uma nova fase da dependência latino-americana.

Nessa nova fase do imperialismo¹⁰⁰, a expansão e a integração do capital se orienta não apenas pelo domínio das fontes de matérias-primas e dos mercados, mas também e, sobretudo, pelos investimentos nos setores manufatureiros dos países dependentes. A América Latina, nesse contexto, constituir-se-á como um dos principais destinos desses investimentos, recebendo significativos fluxos de capital estrangeiro em sua produção industrial. Esse momento corresponde, segundo Santos, à fase da dependência tecnológico-industrial latino-americana, na qual as corporações multinacionais “começam a investir em indústrias voltadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos”. (SANTOS, 2011 [1970], p. 8)

Embora os trabalhos de Bambirra e Marini se concentrem sobre o estudo desse processo histórico, são as obras de Theotônio dos Santos que oferecem um conjunto mais amplo de elementos para seu entendimento. A partir de suas obras *La crisis norteamericana y América Latina* (1972a [1971]), *Socialismo o fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latino-americano* (1973a [1972]) e *Imperialismo y empresas multinacionales* (1973b), é possível compor o pano de fundo sobre o qual se configura o que os autores denominam “nova dependência”.

Theotônio dos Santos analisa o processo que dá origem à nova fase da dependência latino-americana, inscrevendo-a no movimento de monopolização pelo qual passa o capitalismo mundial. Segundo o autor, a transformação do capitalismo competitivo em monopolista, a qual foi se conformando a partir do final do século XIX, ganha novas

¹⁰⁰ Theotônio dos Santos, ao caracterizar a nova fase do imperialismo, afirma que esta se distingue das etapas anteriores de seu desenvolvimento em função do “alto grado de integración que ha logrado, en base al enorme desarrollo de la concentración de las fuerzas productivas y a la centralización del control económico internacional, a través de la expansión de las empresas multinacionales bajo la hegemonía norteamericana” (SANTOS, 1973b, p. 40).

dimensões com a emergência de uma nova unidade produtiva, administrativa e financeira, a corporação multinacional ou transnacional, cuja relevância permite que o autor a considere “célula de este proceso mundial” (SANTOS, 1973b, p. 32). Para Santos, o caráter desse fenômeno se distingue daquele movimento ocorrido no final do século XIX em função de dois fatores:

En primer lugar, es necesario considerar que las relaciones monopólicas se hicieron dominantes dentro de los capitalismos nacionales, eliminando en buena medida a las empresas competitivas no sólo en los países dominantes sino en gran parte de los países dependientes.

En segundo lugar, esas relaciones monopólicas se reforzaron enormemente en el plano internacional entrelazando a casi todos los países capitalistas en una enorme red financiera comercial y administrativa. Más importante aún: una gran parte de esas relaciones pasaron a ser intraempresariales. Es decir, las corporaciones modernas se expandieron tan fuertemente en el mundo que se convirtieron en el marco dentro del cual se realiza gran parte de las relaciones económicas internacionales (SANTOS, 1973b, p. 32-33).

A gênese das corporações multinacionais está vinculada, de acordo com Santos, ao processo de internacionalização do capital e da economia, os quais tiveram seu desenvolvimento impulsionado pelas duas grandes Guerras Mundiais, refletindo o processo de acumulação de capital que teve lugar principalmente nos Estados Unidos. Frente ao estabelecimento de um mercado mundial de mão de obra, bens, serviços e capitais, produtos daqueles movimentos, as empresas capitalistas passam a operar em diversos países a partir de uma organização centralizada e de uma perspectiva internacional (SANTOS, 1973b, p. 81), mediante o investimento de capitais em nível mundial. O autor, ao definir as empresas multinacionais, salienta que estas se caracterizam por

(...) introducir un cambio cualitativo en la importancia relativa de las actividades externas en el conjunto de las operaciones empresariales. A tal grado, que las actividades externas llegan a constituirse en un elemento necesario y determinante de la producción, distribución, monto de ganancias y de la acumulación de capital de estas empresas.

Al mismo tiempo, sus actividades en el exterior se funden con la economía hacia donde se desplazan, destinándose no sólo al mercado internacional, sino también a los mercados internos de los países donde operan, y articulándose profundamente con su estructura productiva. Los mecanismos de concentración, monopolización e internacionalización de capital, que impulsaron a estas empresas y las convirtieron en multinacionales, comienzan a operar también en el nivel de sus filiales, conformando un complejo proceso de interrelación entre ellas y dando origen a una nueva etapa de la economía mundial. La esencia de la empresa multinacional se encuentra, sin embargo, en su capacidad de dirigir, de

manera centralizada, este complejo sistema de producción, distribución y capitalización a nivel mundial (SANTOS, 1973b, p. 87-88).

Santos, ao caracterizar esse processo, está preocupado fundamentalmente com seus impactos sobre os países dependentes latino-americanos, já que estes se constituíram enquanto importantes destinos dos investimentos de capital dessas empresas e do Estado estadunidense. De acordo com o autor, houve um deslocamento das atividades produtivas dos países centrais para os países “*periféricos e intermedios*” (SANTOS, 1973b, p. 56), sob a forma de investimentos, os quais passaram a se concentrar nos setores mais dinâmicos daqueles países, quais sejam, os industriais.

A integração monopolista mundial, que se deu sob o controle hegemônico dos Estados Unidos, frente à “ameaça” do avanço do campo socialista, significou para as economias dependentes latino-americanas uma intensa penetração de capitais estrangeiros em suas indústrias¹⁰¹, modificando o caráter desse capital nesses países (SANTOS, 1973a, p. 26). Os investimentos, que desde o final do século XIX haviam se concentrado na modernização das estruturas agrárias ou mineiras exportadoras, passaram a se reunir em torno do setor industrial daquelas economias. Tal movimento implica, segundo Santos, um reordenamento da divisão internacional do trabalho entre os países capitalistas, o qual configura, por sua vez, um novo caráter da dependência latino-americana:

La predominancia de la inversión en el sector industrial significa una **nueva división internacional del trabajo** entre las naciones capitalistas. El análisis de los países subdesarrollados debe incluir, en las circunstancias actuales, una diferenciación interna dentro del sector industrial. Esta diferenciación es indispensable para comprender el **nuevo carácter de la dependencia** nuestra al comercio mundial.

La industria moderna se divide en un sector de bienes de consumo livianos y durables y en un sector de industrias de base compuesta esencialmente de los insumos fundamentales de la producción, a los cuales hay que agregar un sector de la industria pesada compuesta de máquinas para hacer máquinas. Este último sector, ligado a las nuevas aplicaciones de la electrónica y a la automatización de los procesos mecánicos pesados, es hoy día un monopolio de los países más adelantados, particularmente EE. UU.

La división del trabajo asume así nuevas formas que exigen especial atención e investigación. Todo esto cambia profundamente el cuadro económico-social y político en que nos cabe analizar a América Latina (SANTOS, 1973b, p. 27, grifos meus).

¹⁰¹ Theotônio dos Santos afirma que entre os anos de 1950 e 1961, o valor dos investimentos estrangeiros na América Latina quase dobrou, sendo que em 1967, esse valor ultrapassou em 2,5 vezes os investimentos de 1950. Ver: SANTOS, 1973b, p. 20.

Nessa nova divisão internacional do trabalho, os centros hegemônicos passam a se ocupar da produção de bens de alta tecnologia, desenvolvendo o conhecimento técnico e científico necessário que lhes garantam o monopólio dessa tecnologia. Os países dependentes, por sua vez, incorporam esses produtos para dar continuidade aos seus processos de industrialização, sem, contudo, resolver seus problemas fundamentais (SANTOS, 1972a [1971], p. 118).

De acordo com Santos, os efeitos que essa nova estrutura exerce nos países latino-americanos estão relacionados às contradições que a expansão das empresas multinacionais enseja nas estruturas internas dessas economias. Se por um lado tal expansão entra em choque com as limitações dos mercados internos e com as estruturas exportadoras e de autoconsumo latino-americana, por outro, os investimentos de capital, os quais se fazem por meio da transferência de tecnologia já superada nos países centrais, cujo objetivo é economizar mão de obra em relação ao capital investido, provoca desequilíbrios entre o incremento de produção e as oportunidades de emprego, gerando uma crescente marginalidade de amplos setores da população rural e urbana. Nesse sentido, o crescimento do capitalismo dependente “(...) profundiza mucho más rápidamente las contradicciones del capitalismo general y genera otras contradicciones específicas” (SANTOS, 1973a [1972], p. 47).

A penetração do capital estrangeiro, ao lado da expansão das grandes empresas monopolistas nas economias latino-americanas, produz impactos também na configuração política desses países. Segundo Santos, “El poder de la grande empresa se transforma en el sector líder de la clase dominante, representado por los gerentes de las grandes corporaciones multinacionales” (SANTOS, 1973a [1972], p. 32), fato ao qual se soma a reformulação de “todas las clases en el sistema del poder” (SANTOS, 1973a [1972], p. 33):

La oligarquía tradicional baja en la escala de la clase dominante a casi un sector residual. La burguesía industrial es obligada a convertirse en socia menor de la corporación extranjera. Parte de las clases medias es incorporada en las funciones gerenciales y en general se vuelve asalariada del gran capital. El capitalismo de estado debe ser integrado directamente en la política de la gran corporación. El proletariado debe organizarse sindicalmente para presionar sobre el poder. Y el campesinato debe ser convertido, sea en proletariado sindicalizado, sea en pequeño propietario acomodado (SANTOS, 1973a [1972], p. 33).

Nesse contexto, em que o capital estrangeiro assume tanto o controle sobre as indústrias latino-americanas, quanto um papel determinante no bloco formado pelas classes dominantes desses países, a fração industrial das burguesias da região passa por um processo de desnacionalização, abandonando suas posições e seus projetos nacionalistas (SANTOS, 1973a [1972], p. 33).

Frente a essas mudanças, as contradições do capitalismo dependente latino-americano são agudizadas e as economias da região se veem imersas em uma crise de grandes proporções¹⁰², situação essa que abre na América Latina, segundo o autor, dois caminhos possíveis às sociedades da região: o socialismo e o fascismo – a polarização entre revolução e contrarrevolução. Tendo em vista a articulação existente entre o desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção mundial, e o desenvolvimento do capitalismo dependente, Santos, ao analisar as dificuldades enfrentadas pelos países latino-americanos para superar tais contradições¹⁰³, ressalta que as bases do sistema capitalista começam a ser questionadas por meio de um processo de radicalização política conduzido pelas organizações de esquerda e pelas classes populares latino-americanas (SANTOS, 1972a [1971], p. 124).

¹⁰² A crise do capitalismo dependente já foi tratada anteriormente, no item 1.3, a partir da ótica tanto de Ruy Mauro Marini, quanto de Vânia Bambirra.

¹⁰³ Santos admite que “El gran problema del capitalismo dependiente es que, teniendo un alto nivel tecnológico a su disposición, disponiendo de las más refinadas técnicas administrativas, disponiendo de los más refinados científicos sociales para diagnosticar el fenómeno, no puede superar esas contradicciones. Y no lo puede hacer porque la apropiación privada de los medios de producción, en vez de resolver tales problemas los profundiza: esto porque son problemas creados por el propio desarrollo capitalista. Es el capitalismo el que prefiere una tecnología ahorradora de mano de obra a nivel internacional, propagándola por todo el sistema mundial en función de impulsos irracionales del mercado y sin tomar en consideración la utilización de los recursos de mano de obra en la producción, que permitiría ampliar el tiempo para el estudio, la diversión y el consumo al mismo tiempo. Es el capitalismo dependiente el que, al necesitar de una superganancia para permitir la reinversión y la remesa de ganancias al exterior, necesita de una superexplotación que mantiene la mano de obra con remuneración muy baja y no permite la expansión suficientemente grande del mercado interno. Es el capitalismo dependiente el que no puede enfrentarse radicalmente con el sector latifundista, preservando una economía atrasada en el interior e impidiendo una expansión en escala suficiente del mercado interno.

Así son, pues, los límites del propio capitalismo, que le impiden resolver sus contradicciones internas, sean las contradicciones más globales del sistema, sean las formas y las contradicciones específicas generadas por el capitalismo dependiente” (SANTOS, 1972a [1971], p. 124).

Tais processos foram objetos de intensa reflexão por parte de Marini, Santos e Bambirra, na medida em que os autores se empenharam não apenas teoricamente, mas também praticamente na construção desses movimentos.

3.2 Perspectivas políticas para a América Latina

A caracterização do pensamento dos autores da vertente marxista da dependência não se faria completa sem um estudo, ainda que breve, das perspectivas políticas que estes vislumbravam para as sociedades latino-americanas. Inseridos em um contexto em que já se evidenciavam os limites históricos a um desenvolvimento nacional autônomo conduzido pelas burguesias nacionais latino-americanas, tendo em vista sua integração ao imperialismo e sua subordinação aos auspícios do capital estrangeiro, Marini, Bambirra e Santos, em seus escritos, buscaram compreender a articulação entre o processo de integração monopolista mundial e as estruturas internas das economias dependentes latino-americanas, ao mesmo tempo em que se propuseram a refletir sobre as possibilidades políticas que se apresentavam para as sociedades daqueles países.

Tendo em vista que suas análises não encontravam motivação apenas na curiosidade intelectual e acadêmica dos autores, mas principalmente em suas militâncias políticas, suas obras estão marcadas por um forte conteúdo político-ideológico. Longe de se associarem à concepção positivista de uma ciência neutra, aqueles autores tomaram parte dos debates políticos que marcavam a época, participando tanto das discussões no campo do desenvolvimentismo que hegemonizaram circuitos intelectuais, instituições e até mesmo governos latino-americanos na década de 1950, quanto das divergências no âmbito das esquerdas, posições essas que se encontram expostas de maneira contundente em suas obras. Desde as controvérsias com a CEPAL, passando pelos diálogos com os Partidos Comunistas e com alguns setores da chamada “esquerda revolucionária”, os autores protagonizaram polêmicas a partir de suas interpretações acerca do caráter dependente do capitalismo latino-americano.

O estudo das obras de 1964-1973 permite afirmar que Marini, Bambirra e Santos além de compartilharem um entendimento semelhante acerca da realidade latino-americana,

identificavam dois projetos políticos opostos na região, um deles ligado à perspectiva da revolução socialista, e outro vinculado à contrarrevolução. Frente às contradições resultantes da consolidação da etapa monopolista do capital e à crise do capitalismo dependente latino-americano, essas duas respostas se colocavam para as sociedades latino-americanas, sendo que a primeira, representava uma possibilidade de ruptura com o sistema capitalista e com a condição de dependência daqueles países, enquanto que a segunda, que expressava uma aliança entre o grande capital monopolista e as classes dominantes latino-americanas, fundamentava-se na manutenção da ordem, por meio de aparatos repressivos. A maior expressão do primeiro projeto político era Cuba, cuja revolução de 1959 influenciara os movimentos insurrecionais políticos e sociais que tiveram lugar na América Latina na década de 1960. Por outro lado, a representação do segundo projeto se consubstanciava na figura do Brasil, país que se encontrava sob uma ditadura militar desde 1964.

Na medida em que a trajetória de constituição da vertente marxista da dependência esteve associada, em grande medida, à militância política de seus representantes em partidos de esquerda latino-americanos, como a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), partido de esquerda brasileiro que tinha como suas principais referências Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Bukharin, as reflexões produzidas por tais estudiosos, para além de refletirem críticas à interpretação cepalina acerca do subdesenvolvimento e do processo de industrialização latino-americano, expressavam as discussões, as problemáticas e as lutas que permeavam as organizações de esquerda latino-americanas, e particularmente, brasileiras. Essa influência é salientada por Marini, ao discorrer sobre o processo de constituição da vertente marxista da dependência:

Parte integrante do desenvolvimentismo foi a crítica exercida sobre ele, no curso da primeira metade da década de 60, por parte de uma intelectualidade que se formara sob sua influência, mas que não pertencia a essa corrente de pensamento. Este ponto requer, porém, ser tratado com cuidado, já que não se pode ver o desenvolvimento das ideologias como mero desdobramento delas mesmas. De fato, o pensamento que se vai estruturar mais adiante, na segunda metade da década, não constitui uma simples resposta ao desenvolvimentismo: **ele foi também, numa ampla medida, o resultado das lutas que se registram no interior da esquerda** (MARINI, 1992, p. 85, grifos meus).

O pensamento de Marini, Bambirra e Santos, estruturado no âmbito dos debates sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento e sobre a dependência latino-americana,

embora guardasse relação com um dos principais referenciais explicativos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) - o conceito de centro-periferia - representava uma crítica à análise e às respostas oferecidas pela CEPAL ao subdesenvolvimento dos países da região. Tais autores reconheciam, em seus escritos, os esforços cepalinos para construir uma perspectiva que refletisse o olhar latino-americano sobre sua própria realidade, bem como seus avanços em relação às teorias econômicas clássicas e às teorias da modernização, mas chamavam atenção para os limites de sua concepção. A vertente marxista da dependência ressaltava que as transferências dos países periféricos para os países centrais, caracterizadas pela CEPAL como transferências de renda, representavam ademais transferências de valor e de mais-valia. Marini, em sua obra *Dialéctica de la Dependência* (2007 [1972]) evidencia como tais transferências estão relacionadas ao processo de superexploração do trabalho na periferia.

Marini, Bamberger e Santos, questionaram ainda a estratégia de industrialização propugnada pela CEPAL, afirmando que esta não conduziria ao rompimento da dependência latino-americana, mas sim ao seu recrudescimento. Para essa vertente, a dependência dos países periféricos constituiria um elemento intrínseco ao sistema capitalista, e, mais que isso, necessário ao seu desenvolvimento e à sua reprodução. Dessa forma, sua superação só poderia estar associada à superação da própria lógica de acumulação e do modo de produção capitalista.

Os integrantes da vertente marxista da dependência, em meio ao contexto de efervescência social e política das décadas de 1950 e 1960, que teve na Revolução Cubana seu auge, depararam-se com diversos questionamentos e debates que foram colocados tanto aos intelectuais quanto aos militantes de partidos de esquerda latino-americanos. Vislumbravam-se, naquele momento, possibilidades de transformação da realidade da região, o que demandava estudos e análises sobre temáticas como o caráter da revolução, o sujeito revolucionário, as táticas e estratégias para a tomada do poder e as características das classes dominantes e trabalhadoras daquele período histórico.

Preocupados com a formulação de um pensamento latino-americano a partir da ótica do capitalismo dependente, o qual marcava profundamente as economias dos países dessa região, tais estudiosos buscaram, tendo como fundamento o materialismo histórico-dialético, desenvolver reflexões acerca da realidade particular latino-americana, nas quais

se inscreviam perspectivas de transformação e de superação da sua dependência, ambas vinculadas à revolução socialista.

De acordo com Marini, o maior mérito da “Teoria da Dependência” “*fue el de replantear desde el marxismo la interpretación de la realidad latino-americana, abriendo camino para que éste asumiera progresivamente un carácter de centralidad en el escenario intelectual y político de la región*” (MARINI, 1999, p. 13).

Os autores, não apenas em seus escritos, mas também em seus memoriais reconhecem a influência que o marxismo teve em suas formulações, como é o caso de Vânia Bambirra, que em seu *Memorial* atribui como característica distintiva de suas análises acerca da dependência, o uso das categorias e da metodologia marxista:

(...) o que distinguia o enfoque específico de nossa equipe – similar, por exemplo, ao de Ruy Mauro Marini, quem então vivia no México – era a utilização da metodologia e das categorias de análise marxistas. Mais que isso: a criação de novas categorias analíticas essenciais para compreender e explicar fenômenos novos, que não haviam sido vividos, e, portanto, nem pensados pelos clássicos marxistas (BAMBIRRA, 1991, p. 31-32).

Desde a teoria do valor de Karl Marx, passando pelas teorias do imperialismo de Vladimir Ilitch Lênin, Rosa Luxemburgo e Nicolai Bukharin e pelos escritos conjuntos de Karl Marx e Friedrich Engels, a herança marxista e marxiana se fizeram presentes tanto em suas obras, quanto em suas posturas diante da realidade, caracterizando, ademais, suas *práxis* políticas. A influência marxiana nesses autores se explicita nas análises por eles produzidas, as quais reivindicam o materialismo histórico-dialético como método para a apreensão da realidade concreta e particularmente na tese de Marini acerca da superexploração do trabalho, tese essa que é desenvolvida essencialmente a partir da teoria do valor de Marx (1996 [1867]). Já a influência do marxismo clássico em Bambirra, Marini e Santos, pode ser percebida fundamentalmente na apropriação crítica que tais autores fizeram dos estudos sobre o imperialismo realizados por Lênin (1982 [1916]), Luxemburgo (1985 [1912]) e Bukharin (1986 [1915]). Como afirma Theotônio dos Santos:

O estudo do desenvolvimento do capitalismo nos centros hegemônicos deu origem à teoria do colonialismo e do imperialismo. O estudo do desenvolvimento de nossos países [países latino-americanos] deve dar origem à teoria da dependência.

Por isso devemos considerar limitados os enfoques dos autores da teoria do imperialismo. Tanto Lenin, Bukarin, Rosa Luxemburg, os principais elaboradores

marxistas da teoria do imperialismo (...) não abordaram a questão do imperialismo do ponto de vista dos países dependentes. Embora a dependência deva ser situada no quadro global da teoria do imperialismo, ela tem sua realidade própria, que constitui uma legalidade específica no processo global e age sobre ele desta maneira específica. Compreender a dependência, conceituando-a e estudando seus mecanismos e sua legalidade histórica, não significa apenas ampliar a teoria do imperialismo, mas também contribuir para a sua reformulação (SANTOS, 1972 [1970], p. 41).

No que tange ao pensamento marxista latino-americano, os autores da vertente marxista da dependência, a partir de suas obras, estabeleceram diálogo com os partidos comunistas latino-americanos e com os “foquistas”¹⁰⁴, remetendo a ambos críticas às suas interpretações acerca da realidade latino-americana e às suas formulações táticas e estratégicas do processo revolucionário na região.

Aos Partidos Comunistas latino-americanos, que hegemonizaram a esquerda da região durante a década de 1950, Marini, Bambirra e Santos atribuíam graves incongruências em suas análises, as quais os conduziam, segundo os autores, à adoção de táticas e estratégias políticas errôneas. A crítica aos Partidos Comunistas principiava na forma como suas análises eram produzidas: tratava-se, segundo aqueles autores, de uma transposição mecânica das formulações erigidas no Partido Comunista da União Soviética acerca da realidade soviética, para a América Latina. Tal interpretação não correspondia, segundo aqueles autores, ao marxismo, como o concebiam – materialismo histórico-dialético –, nem às particularidades do processo histórico, das formações sociais e econômicas latino-americanas¹⁰⁵. Com relação ao seu conteúdo interpretativo, Bambirra, Marini e Santos se opunham à tese de que os países latino-americanos, por permanecerem, todavia, em um estágio feudal, deveriam realizar antes suas revoluções democrático-

¹⁰⁴ Os foquistas eram integrantes de organizações de esquerda latino-americanas que encontravam no foquismo sua tática e estratégia revolucionárias. O diálogo crítico travado pela vertente marxista da dependência com o foquismo se dá por meio da perspectiva de Régis Debray, o qual, segundo Bambirra, concebia que o início da luta insurrecional deveria se dar por meio da criação de focos guerrilheiros (BAMBIRRA, 1971, p. 56). Para um estudo mais aprofundado da perspectiva de Debray, consultar: DEBRAY, 1967.

¹⁰⁵ Marini, na 5ª edição de *Subdesarrollo y revolución*, ao analisar o Partido Comunista Brasileiro, tece uma crítica contundente à sua concepção teórico-política nessa mesma direção: “(...) esa política distingue mecánicamente las formas de explotación contenidas en el sistema capitalista, rubricándolas de feudales, capitalistas e imperialistas, de acuerdo con la apariencia que revisten. No se preocupa con ello de conocer los nexos reales que esas formas mantienen entre sí ni de determinar qué principio las articula. Muy al contrario, se agarra a la abstracción de un sistema capitalista puro, a un modelo ideal que no encuentra correspondencia en ningún sistema capitalista concreto existente, lo que lleva a una vez más al reformismo a distinguir etapas sucesivas en lo que coexiste en un solo tiempo y a desdoblarse su plan de lucha en varios tiempos” (MARINI, 1977a, p. 146).

burguesas, para depois, empenharem-se em uma revolução de caráter socialista. Para aqueles autores, o caráter da revolução na América Latina deveria ser anticapitalista, uma vez que a formação social e econômica dos países da região era capitalista, e não feudal, como afirmavam os militantes dos Partidos Comunistas. Do mesmo modo, tais autores discordavam do papel e do caráter atribuído à burguesia nacional na revolução. Em contraposição ao caráter progressista e nacional conferido pelos partidos comunistas à burguesia industrial latino-americana, a vertente marxista da dependência acentuava seu caráter contraditório, uma vez que ela estava, em grande medida, associada aos interesses imperialistas e não poderia, dessa maneira, aliar-se à classe trabalhadora em uma luta contra o imperialismo (MARINI, (1969); BAMBIRRA, 1971; SANTOS, 1973a [1972]).

Bambirra (1971) menciona que a tática dos Partidos Comunistas latino-americanos vinculados à União Soviética, ao identificar como inimigos apenas as oligarquias tradicionais e o imperialismo, transformava-se em uma estratégia reformista, na medida em que não reconhecia que as novas condições do capitalismo dependente exigiam uma luta anticapitalista. Como afirma a autora:

La táctica reformista contemporánea que consistió en hacer avanzar las conquistas populares dentro de los marcos de la democracia burguesa y buscar ‘consolidar y asegurar’ todas las concesiones otorgadas por la burguesía – sean las que correspondían a las necesidades del desarrollo del régimen burgués, o las que éste concedía por presión del movimiento popular – no podría sino conducir a la mantención del capitalismo dependiente y a dificultar el desarrollo de los procesos de insurrección popular (BAMBIRRA, 1971, p. 49).

Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, ao analisarem o Partido Comunista Brasileiro (PCB), um dos partidos comunistas latino-americanos que definia sua linha política a partir das orientações do partido comunista soviético, chamam atenção para os equívocos contidos em sua interpretação da realidade brasileira, cujas implicações se expressavam, por sua vez, nas táticas e estratégias elegidas por tal organização política. Segundo Santos, “Para el PCB, la contradicción fundamental de la sociedad brasileña plateábase entre la nación y el imperialismo, lo que imponía la necesidad de un frente único que unificara todas las fuerzas antiimperialistas” (SANTOS, 1973a [1972], p. 221). Marini, a seu turno, ressalta que

(...) el Partido Comunista Brasileño, se adhirió al movimiento nacionalista. Definiendo su contenido en términos de una lucha antiimperialista y antifeudal, el PCB la señaló como cauce el camino pacífico, como instrumento las reformas y, como garante, el frente único de la burguesía con la clase obrera. (...) La política nacionalista y reformista expresada por la burguesía industrial y respaldada por el PCB fue incapaz de impedir la embestida llevada a cabo por el imperialismo sobre la economía nacional y tampoco logró mejorar las condiciones de vida de las masas rurales¹⁰⁶ (MARINI, 1977a, p. 144).

Se por um lado os autores criticavam o caráter reformista assumido pela política de conciliação de classes dos Partidos Comunistas latino-americanos, a qual impedia a mobilização independente do proletariado, por outro, divergiam das táticas e estratégias de alguns setores da chamada “esquerda revolucionária”, que emergira no início da década de 1960 em diversos países da região¹⁰⁷.

Diante das limitações das políticas e da orientação “reformista” dos Partidos Comunistas latino-americanos, bem como da influência da Revolução Cubana, forjaram-se organizações de esquerda que encontraram na luta armada, na luta insurrecional o caminho a ser percorrido para se chegar à revolução. Bambirra (1968; 1971), Santos (1972a [1971]), e Marini (1969; 1977a), em suas obras, ao se referirem à esquerda revolucionária destacam o papel do foquismo na conformação das táticas e estratégias daquelas organizações. Segundo Bambirra, a magnitude de sua influência sobre o conjunto da esquerda se deu

(...) sea porque representaba la concepción teórico-práctica con mayor coherencia interna – independientemente de las justas y fundamentadas críticas que pueden hacersele – sea porque ofrecía un camino aparentemente más fácil al resolver toda una compleja problemática desencadenando la lucha insurreccional basada más en el valor de los combatientes que en la fuerza social del movimiento revolucionario, sea por contar con el fuerte respaldo del ejemplo de cambio histórico provocado por la revolución cubana (BAMBIRRA, 1971, p. 55).

Os “foquistas” foram criticados por Vânia Bambirra, tanto em seu artigo *The errors of the foco theory* (1968), quanto em sua obra *Diez años de Insurrección en América Latina* (1971) por subestimarem a necessidade de um Partido estruturado, a relevância da formação ideológica de seus militantes e o papel político do proletariado na luta

¹⁰⁶ Este trecho, pertencente ao item *Lucha armada y lucha de clases*, da 5ª edição do livro *Subdesarrollo y revolución*, de Marini, foi publicado primeiramente sob a forma de artigo no livro organizado por Vânia Bambirra, *Diez años de insurrección en América Latina*, de 1971, com o título *La izquierda revolucionaria brasileña y las nuevas condiciones de lucha de clases*.

¹⁰⁷ Um estudo acerca das distintas vertentes que compunham a “esquerda revolucionária” pode ser encontrado em BAMBIRRA, 1971.

insurrecional. Dentro da concepção foquista, a formação tanto do Partido, quanto dos revolucionários se daria na própria luta, não sendo, portanto, necessária a formação política de seus quadros. De acordo com Bambirra (1971, p. 57), o imediatismo foquista “escondia uma arraigada concepção elitista que relegava a um segundo plano a organização e a participação criativa das massas, reduzindo seu papel, quando muito, a apoiar ativamente o movimento guerrilheiro”. Ao privilegiarem os focos guerrilheiros como tática política, conferindo centralidade à luta armada, os foquistas subordinavam o partido à força da guerrilha e o político ao militar (BAMBIRRA, 1968, p. 18). A autora contrapõe-se a tal tática e chama a atenção para o papel que tanto a luta ideológica, quanto a luta política assumem na formação de um quadro político. Para Bambirra, a luta armada não é suficiente no processo de formação de consciência revolucionária (BAMBIRRA, 1968).

Santos, por sua vez, atribui o isolamento orgânico da esquerda revolucionária das massas à sua estratégia foquista, na medida em que tal estratégia não foi capaz de organizá-las, nem de vinculá-las às organizações armadas (SANTOS, 1972a [1971], p. 137).

Passando à perspectiva que os autores possuíam dos processos de contrarrevolução na América Latina, suas análises estão embebidas pela experiência concreta por eles vividas do golpe militar brasileiro. É nesse sentido que a realidade dependente brasileira adquire relevância nas obras e artigos dos autores da vertente marxista da dependência. Exilados do país após o golpe militar de 1964, Marini, Bambirra e Santos se desafiaram a compreender o processo pelo qual passava a sociedade brasileira, inserindo-o em um contexto mais amplo de reestruturação da economia internacional, caracterizado pelo avanço do processo de concentração e centralização do capital e pela reconfiguração da divisão internacional do trabalho. Bambirra, embora discuta a situação brasileira em sua obra *El capitalismo dependiente latino-americano*, diferentemente de Marini e Santos, não possui no período analisado, artigos dedicados especificamente a essa temática¹⁰⁸. Marini e Santos, em seus livros e artigos demonstram uma profunda preocupação com a interpretação da ditadura brasileira, a qual cumpre papel significativo no movimento de contrarrevolução na América Latina.

¹⁰⁸ Nesse período, Bambirra realiza um profundo estudo do processo revolucionário cubano, em sua obra *La revolución cubana: una reinterpretación* (1976 [1973]).

Ambos os autores se dedicam ao estudo do processo histórico vivido pelo Brasil. Marini, em seus artigos *Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo*, de 1965 e *La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil*, de 1966, reunidos posteriormente em sua obra *Subdesarrollo y revolución*, de 1969, retorna à década de 1930, para entender as contradições e problemáticas que marcaram e condicionaram o desenvolvimento desse país, e alcança, posteriormente o período de ditadura militar, no qual seu foco recai sobre a reflexão em torno do projeto político e econômico militar brasileiro, manifestado em um subimperialismo brasileiro na América Latina¹⁰⁹. Santos, por sua vez, em *Socialismo o fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latino-americano*, de 1972, no qual compila dois de seus mais importantes trabalhos do período analisado, *El nuevo carácter de la dependencia*, de 1967 e *Socialismo o fascismo: el dilema latino-americano*, de 1968, ao analisar os rumos tomados pela ditadura militar no país, chama atenção para a ascensão de uma ideologia fascista no Brasil¹¹⁰, questão que foi problematizada, ademais, em outro texto do autor, *A ideologia fascista no Brasil*, de 1966.

O conceito de subimperialismo, conceito político e econômico formulado por Ruy Mauro Marini¹¹¹ na segunda metade da década de 1960, buscava refletir o processo de nova estruturação da divisão internacional do trabalho, na qual países como Argentina, México e Brasil, mediante seu desenvolvimento industrial, constituíam-se enquanto centros médios de acumulação e potências capitalistas médias. Para o autor, o subimperialismo expressava, sobretudo, a forma assumida pelo capitalismo dependente ao alcançar a etapa do capital monopolista e financeiro e encontrava sua maior expressão no projeto político do grupo

¹⁰⁹ A discussão de Marini sobre o subimperialismo brasileiro pode ser encontrada em seus artigos *Brazilian "Interdependence" and Imperialist Integration*, de 1965; *Militarismo y desnuclearización en América Latina*, de 1967 e *Brazilian Subimperialism*, de 1972 e em seu livro *Subdesarrollo y revolución*, publicado pela primeira vez em 1969.

¹¹⁰ Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra compartilham, em grande medida, a avaliação de Theotônio dos Santos. Bambirra, em sua obra *El capitalismo dependiente latino-americano* (1979 [1972]) faz referência ao caráter fascista/ neofascista assumido pelo governo militar brasileiro. Marini, por sua vez, atribui contornos fascistas tanto à ditadura militar brasileira, em sua obra *Subdesarrollo y revolución* (1969), quanto ao projeto conduzido pelas classes dominantes chilenas, cujo objetivo, em última instância, era destituir do poder o presidente Salvador Allende e o governo da Unidade Popular. Consultar: MARINI, Ruy Mauro. *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*. México, D. F: Era, 1976.

¹¹¹ Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos fazem referência ao fenômeno do subimperialismo identificado por Marini, em suas obras, *El capitalismo dependiente latino-americano* (1979 [1972]), *La crisis norteamericana y América Latina* (1972a [1971]), respectivamente. Em *Dependencia y cambio social* (1972b [1970]), Santos demonstra sua concordância com a análise de Marini acerca do subimperialismo, salientando apenas que o autor deveria ter dedicado maior atenção às contradições que "(...) *el centro tendría con el centro hegemónico internacional* (SANTOS, 1972b [1970], p. 111).

tecnocrático militar que assume o poder no Brasil a partir do golpe de 1964. De acordo com o autor:

El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no solo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista, sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a la escala internacional (MARINI, 1977b, p. 17).

No caso brasileiro, o processo de integração monopolista mundial tinha dado lugar a uma reativação da expansão da economia brasileira, mediante o ingresso de capitais estrangeiros. A modernização tecnológica, incorporada a partir daquele processo, significou nesse país, uma elevação de sua produtividade, aumentando a quantidade de produtos a serem absorvidos pelo mercado. Frente àquele que havia se constituído enquanto entrave central ao desenvolvimento industrial brasileiro, qual seja, o escopo do mercado interno, a solução encontrada pela burguesia industrial brasileira foi a expansão para o exterior, garantido, para isso, reserva externa de mercado para sua produção. O Estado brasileiro passou, segundo Marini, sob o governo tecnocrático-militar, a conduzir uma expansão imperialista na América Latina, considerada pelo autor como uma extensão indireta do imperialismo estadunidense. A tal processo Marini denominou subimperialismo¹¹² (MARINI, 1969, p. 85).

Theotônio dos Santos, ao analisar a realidade brasileira, confere destaque à emergência de uma ideologia fascista no país. O autor discute as possibilidades e os limites do fascismo no Brasil, afirmando se tratar de uma tendência, cuja materialização ainda não ocorrera em sua plenitude. Segundo o autor, o fascismo nos países subdesenvolvidos, cujo fundamento reside na expansão nacional burguesa, enfrenta uma profunda contradição: para a consecução de seu objetivo, a burguesia colide com o imperialismo estadunidense, elemento de sobrevivência do próprio sistema capitalista (SANTOS, 1973a, p. 302). Embora existam no país, de acordo com o autor, as condições históricas para

¹¹² Para um estudo mais aprofundado sobre o subimperialismo, consultar: MARINI, Ruy Mauro. Brazilian Interdependence and Imperialist Integration. *Monthly Review*, v. 7, n. 17, 1965, p. 10-29; MARINI, Ruy Mauro; BRODY, Olga Pellicer de. Militarismo y desnuclearización en América Latina. *Foro Internacional*, n. 29, julio-septiembre de 1967, p. 1-24; MARINI, Ruy Mauro. Brazilian Subimperialism. *Monthly Review*, vol. 9, n. 23, 1972.

(...) una organización represiva del estado y para una organización estatal de la producción, con vistas a garantizar la supervivencia del régimen; (...) faltará a este estado fascista su contenido – la política expansionista -, que entraría en choque con su sustentación internacional, salvo que una guerra civil terminara en la derrota del movimiento de masas y le concediera al gobierno fascista una tranquilidad interna suficiente para intentar un camino expansionista (SANTOS, 1972b, p. 303).

Si bien el fascismo es una tendencia viva en la actual situación del país, existen otros factores cuya acción lo debilita y aumenta las contradicciones internas que lo dilaceran: son las dificultades de conciliar los intereses económicos de la pequeña burguesía y la clase media con el latifundio y de conciliar el mínimo de aspiraciones nacionalistas de la pequeña burguesía y la clase media con la gran burguesía imperialista. Como en la situación actual estas contradicciones ya actúan, el movimiento fascista encuentra grandes dificultades para desarrollarse como fuerza política (SANTOS, 1972b, p. 306).

Observados os fenômenos políticos a que faziam referência Marini, Bambirra e Santos, nas décadas de 1960 e 1970, momento em que viviam as contradições e as possibilidades do capitalismo dependente, nota-se a relevância que tais análises ocupavam em suas obras. Suas trajetórias políticas, profissionais, pessoais imprimiram um marco muito profundo em seus estudos e nortearam, em grande medida, suas interpretações acerca da realidade concreta latino-americana.

Conclusão

En algunos casos, como el de Brasil, los militares simplemente cortaron culturalmente al país del resto de Latinoamérica. Paradoja de la historia: entre 1964 y 1979, mientras esta nación adquiría para nosotros corporeidad y presencia casi cotidiana a través de sus brillantes intelectuales exiliados, para los brasileños ‘del interior’ nosotros éramos un perfil fantasmagórico, para no decir una pura ausencia. De hecho, ni los mismos intelectuales brasileños del exilio eran conocidos en su tierra, en parte porque la censura dictatorial lo impedía y en parte también – aunque de pena decirlo – porque sus colegas del interior al principio no querían correr el riesgo de difundirlos y, después, cuando tal riesgo había desaparecido, preferían reinar sin competencia. En todo caso, el corte cultural fue intenso y las ciencias sociales brasileñas están profundamente marcadas por él: la sociología radical, revolucionaria, terminó con la generación que tiene de 45 años para arriba (CUEVA, 1988, p. 110).

Havia grandes divergências entre a minha visão do processo de democratização de nosso país e das implicações econômico-sociais e sobretudo de política econômica, em relação àquela que vinha presidindo grande parte dos pensadores sociais no Brasil. Essas divergências foram manifestadas sobretudo no artigo de Fernando Henrique Cardoso e José Serra de crítica ao pensamento de Ruy Mauro Marini, onde eu era apontado como uma expressão menos radical desse mesmo ponto de vista. Este artigo terminava inclusive com uma afirmação muito dura de que era preciso fechar à chave estas ideias para que não penetrassem na juventude brasileira. Era uma reação à influência que havia alcançado nosso pensamento a nível internacional quando já se identificava uma escola própria dentro da teoria da dependência em que Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e eu éramos considerados como as figuras mais destacadas e onde se tinha uma visão profunda dos limites de uma economia dependente para conduzir o nosso país ao desenvolvimento e à democracia. Essa visão crítica que representávamos não soava bem num Brasil que queria se democratizar sem transformar a sua estrutura econômica e social e que, portanto, tentava um projeto de democracia extremamente limitada ao plano político e ao plano do reconhecimento formal da cidadania de um povo de famintos e analfabetos. Nossa visão sobre os limites de um desenvolvimento dependente, sobre suas tendências concentradoras e marginalizadoras, sobre o impacto social deste tipo de desenvolvimento, soavam como uma voz destoante (SANTOS, 1994, p. 61-62).

O presente trabalho, cujo esforço consistiu em uma tentativa de apresentação e sistematização do pensamento dos autores da vertente marxista da dependência, pretendeu, a partir de um estudo integrado das obras de Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, lançar luz sobre a relevância de tal interpretação para a compreensão da realidade concreta latino-americana, das problemáticas e contradições que condicionaram sua história. Suas formulações em torno do fenômeno da dependência latino-americana, sobre cuja base se estruturaram as relações entre os países latino-americanos e os países

centrais, cumprem um importante papel nos estudos sobre o caráter desigual que caracteriza as relações internacionais. Ao mesmo tempo, suas análises, ao indicarem a contradição de classe sobre a qual estão fundamentadas tais relações, articulando-a numa dimensão nacional, ressaltaram a complexidade que engendra a problemática da dependência.

A intenção do trabalho esteve associada, ademais, ao reconhecimento da unidade existente entre o pensamento de Bamberger, Santos e Marini, o qual se constituiu como eixo estruturante da dissertação. A análise das obras produzidas durante o período de 1964 a 1973 sugeriu a existência de uma profunda consonância entre as interpretações dos três autores. Como admitido anteriormente, não se trata de concepções ou perspectivas homogêneas, nem mesmo de uma expectativa ou um objetivo perseguido pelos autores no momento em que seus escritos foram elaborados, mas sim de análises que conversam entre si, que se complementam. Embora o foco de pesquisa de cada um dos três autores seja distinto - na análise de Marini, adquire centralidade o processo de superexploração do trabalho, fenômeno sem o qual a dependência não pode ser explicada; Bamberger, por sua vez, debruça-se sobre o trabalho de construir uma tipologia das sociedades dependentes, bem como de realçar a dimensão política das lutas sociais na região; Santos, de maneira distinta, porém complementar, dedica-se, sobretudo, a analisar o processo de integração monopolista mundial e seus impactos nas estruturas internas dos países dependentes latino-americanos, elementos que lhe permitem traçar uma caracterização da nova dependência latino-americana - seus estudos e interpretações, conjugados, dão forma a uma concepção original sobre o fenômeno da dependência latino-americana.

O contato com o objeto a partir da ótica do estudo da História das Ideias evidenciou a dificuldade que circunscreve a análise de um pensamento. Nesse sentido, considerou-se, na atual pesquisa, que a compreensão do pensamento da vertente marxista da dependência pressupõe não apenas a leitura e a interpretação das obras de seus autores, mas também, e em igual medida, um olhar cuidadoso e atento sobre o contexto - as determinações sociais, econômicas e políticas - em meio ao qual tal pensamento se constituiu. No caso de Ruy Mauro Marini, Vânia Bamberger e Theotônio dos Santos, suas reflexões se inscreveram em um momento de crise do capitalismo dependente latino-americano, em que novas organizações de esquerda se estruturavam como alternativas às esquerdas tradicionais - representadas pelos Partidos Comunistas latino-americanos - em

um movimento de questionamento e enfrentamento à ordem capitalista mundial. Tal crise se via refletida no campo do pensamento latino-americano, o qual se ressignifica a partir da crítica ao desenvolvimentismo cepalino.

Marini, Bamberger e Santos, ao dialogarem criticamente tanto com o pensamento cepalino, quanto com o marxismo latino-americano, introduziram importantes contribuições ao pensamento latino-americano, quais sejam: o desvelamento da estratégia de industrialização ensejada pela CEPAL como solução para os entraves ao desenvolvimento dos países latino-americanos; a interpretação da realidade concreta latino-americana e do fenômeno da dependência a partir de uma perspectiva marxista; a crítica às interpretações dos partidos comunistas latino-americanos, bem como às suas táticas e estratégias políticas; o engajamento e a *práxis* revolucionária socialista sob os quais estavam assentados não apenas seus escritos, mas também suas militâncias políticas.

Embora as análises e teses formuladas no interior da vertente marxista da dependência tenham se difundido não só na América Latina, mas também por diversos países do mundo, elas tiveram pouca expressão e reconhecimento no Brasil. As referências à “Teoria da Dependência” no Brasil são majoritariamente associadas à vertente representada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. O ostracismo intelectual e político a que foram submetidos os autores da corrente marxista da dependência no Brasil, pode ser identificado no fato de algumas de suas obras, principalmente no que se refere a Marini e a Bamberger, não terem sido traduzidas para o português e não circularem pelo país. A marginalização desses autores não se explica apenas pelo conteúdo teórico por eles produzido, mas também pela militância política que eles exerceram.

Nesse sentido, a pesquisa em questão representa, ademais, um esforço de difusão do pensamento dos autores da vertente marxista da dependência no Brasil, convidando-os a integrar um espaço na história do pensamento brasileiro que lhes conceda a relevância merecida.

Referências Bibliográficas

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. O debate atual sobre a dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 16, p. 35-50, junho, 2005.

ALMOND, Gabriel Abraham; COLEMAN, James S. *The politics of the developing areas*. Princeton: N. J. Princeton University Press, 1960.

AMIN, Samir. *Accumulation on a world scale: a critique of the theory of underdevelopment*. New York: Monthly Review Press, 1974.

ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSBAWN, Eric (Org.). *História do Marxismo*, vol. 8. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAMBIRRA, Vânia. The errors of the foco theory. *Monthly Review*, p. 28-35, july-august 1968.

_____. Diez años de insurrección en América Latina. In: BAMBIRRA, Vânia (Org.). *Diez años de insurrección en América Latina*. Santiago do Chile: Prensa Latino-americana, p. 27-75, 1971.

_____. *La revolución cubana: una reinterpretación*. México: Nuestro Tiempo, 1976 [1973].

_____. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México, D. F: Era, 1978 [1977].

_____. *El capitalismo dependiente latino-americano*. Mexico, D.F: Siglo veintiuno, 1979 [1972].

_____. *Memorial*. Brasília, 1991. (mimeo)

BICHIR, M. M. *Da CEPAL à Teoria da Dependência: as mutações de um conceito*. In: II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas, 2009, São Paulo. Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BLOMSTRÖM, Magnus; HETTNE, Björn. *La teoría del desarrollo económico en transición*. Mexico, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1990 [1984].

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da Cepal à Teoria da Dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005. p. 201-232

BUENO, F. M; SEABRA, Raphael. *O pensamento de Ruy Mauro Marini e a atualidade do conceito de superexploração do trabalho*. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2010, Londrina-PR. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2010.

BULMER-THOMAS, Victor. As economias latino-americanas, 1929-1939. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina – A América Latina após 1930: Economia e Sociedade – vol. VI*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

BUKHARIN, Nicolai. *A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1986 [1915].

CARDOSO, Fernando Henrique. “Teoria da Dependência” ou Análises Concretas de Situações de Dependência. *Estudos CEBRAP*, n. 1, 1971, p. 26-45.

_____. O inimigo de papel. *Latin American Perspectives*, vol. 1, n. 1, Dependency Theory: a Reassessment, Spring, 1974, p. 66-74.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependency and development in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1979.

_____. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 [1970].

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 40, Número extraordinario, 1978, p. 9-55.

CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*. vol. I. Rio de Janeiro: DIFEL, 1981.

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER. *Polop: uma trajetória de luta pela Organização independente no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009.

CHILCOTE, Ronald H; EDELSTEIN, Joel C. (Eds.). *Latin America: the struggle with dependency and beyond*. New York: John Wiley, 1974.

CHIROT, Daniel; HALL, Thomas D. World-system theory. *Annual Review of Sociology*, vol.8, p. 81-106.

CORREA PRADO, Fernando. *História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil*. In: XVI Encontro Nacional de Economia Política - Dilemas do

desenvolvimento brasileiro, 2011, Uberlândia. Anais XVI Encontro Nacional de Economia Política - Dilemas do desenvolvimento brasileiro, 2011.

CORREA PRADO, Fernando; MEIRELES, Monika. Teoria da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. In: Rodrigo Castelo Branco. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. 1 ed. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, vol. 1, p. 169-190.

CUEVA, Agustín. Sobre exílios y reinos – notas críticas sobre la evolución de la sociología latino-americana. *Estudios Latino-americanos*, vol. 3, 1988, p. 109-124.

DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução?*. Havana: Casa de las Américas, 1967

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação: filosofia na América Latina*. São Paulo: Loyola, s.d.

DUVALL, Raymond D. Dependence and Dependencia Theory: notes toward precision of concept and argument. *International Organization*, vol. 32, n.1, Dependence and Dependency in the Global System, Winter, 1979, p. 51-78.

FALETTO, Enzo. Los años 60 y el tema de la dependencia. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, vol.12, n. 33, maio, 1998, p.109-117.

FEMIA, Joseph VOL. An historicist critique of ‘revisionist’ methods for studying the history of ideas. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University, 1988, p. 156-175.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo; MUÑOZ, Oscar; PALMA, José Gabriel. As economias latino-americanas, 1950-1990. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina – A América Latina após 1930: Economia e Sociedade* - vol. VI. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FIORI, José Luís. Sistema-mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, José Luís e MEDEIROS, Carlos (Org.). *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FURTADO, Celso. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1956.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

_____. Subdesenvolvimento e estagnação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1966].

_____. Formação Econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Lia, 1970.

_____. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo: Nacional, 1980.

_____. *Obra autobiográfica* – vol. 1. São Paulo: Paz e Terra: 1997.

FRANK, André Gunder. The development of underdevelopment. *Monthly Review*, vol.18, n. 4, The Strategy of armed struggle, September 1966, p. 17-33.

_____. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Era, 1973a.

_____. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 1973b.

_____. *The Underdevelopment of Development: essays in honor of André Gunder Frank*. Sage publication, 1996.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 2.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987

HIRSCHMAN, Albert. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. Ideologías del desarrollo económico em América Latina [1961]. In: HIRSCHMAN, Albert. *Desarrollo y América Latina: obstinación por la esperanza*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

HUNTINGTON, Samuel. *Political order in changing societies*. New Haven; London: Yale University, 1968.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1982 [1917].

LEWIS, W. Arthur. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.

_____. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

LIPSET, Seymour M; SMELSER, Neil J. *Social structure and mobility in economic development*. Chicago: Aldine, 1966.

LUCE, Mathias Seibel. *La expansión del subimperialismo brasileño*. Patria Grande, n.9, p. 48-67, 2008.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHADO, Luiz Almeida. A teoria da dependencia na América Latina. *Estudos Avançados*, vol. 13, n. 35, p. 199-215, Abr. 1999.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975 [1928].

MARINI, Ruy Mauro. Brazilian Interdependence and Imperialist Integration. *Monthly Review*, vol. 17, n. 7, 1965.

_____. *Subdesarrollo y revolución*. Mexico, DF: Siglo veintiuno, 1969.

_____. Brazilian Subimperialism. *Monthly Review*, vol. 9, n. 23, 1972.

_____. *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*. México, D. F.: Era, 1976.

_____. *Subdesarrollo y revolución*. 5ª edição corrigida e aumentada, Mexico, DF: Siglo veintiuno, 1977a.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, México DF, n. 12, p. 21-39, abril-junio, 1977b.

_____. Prólogo. In: BAMBIRRA, Vânia. *La revolución cubana: una reinterpretación*. México, D. F.: Nuestro Tiempo, 1978a.

_____. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 40, Número extraordinario, p. 57-106, 1978b.

_____. *América Latina: independência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. Presentación. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (Orgs.). *La teoría social latino-americana: textos escogidos*. Tomo II La teoría de la dependencia. México: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 1994.

_____. MARINI, Ruy Mauro. *La crisis del desarrollismo*. Archivo de Ruy Mauro Marini, com a anotação "(1994)". Disponível em: << http://www.marini-escritos.unam.mx/026_crisis_desarrollismo_es.htm>>.

_____. Apresentação. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (Orgs.). *La teoria social latino-americana*. Tomo II Subdesarrollo y dependencia. México: El Caballito, 1999.

_____. Memórias. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini, vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *Dialéctica de la dependencia* [1972]. In: MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Buenos Aires: CLACSO-Prometeu, 2007.

MARINI, Ruy Mauro; BRODY, Olga Pellicer de. Militarismo y desnuclearización en América Latina. *Foro Internacional*, n. 29, julio-septiembre de 1967, p. 1-24.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1867].

MATTOS, M. B. Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967). In: RIDENTI, M; REIS FILHO, D. A. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil – vol.5*. Campinas: Unicamp, 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, João Quartim. O estatuto teórico da noção de dependência. *Crítica Marxista*, n. 31, p. 26-36, 2010.

MYRDAL, Gunnar. *Economic theory and under-developed regions*. London: Gerald Duckworth, 1957.

NURKSE, Ragnar. *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PERROUX, François. *A economia das nações jovens: industrialização e agrupamento de nações*. Lisboa: Moraes, 1964.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. *Desarrollo económico*, vol. 26, n. 103, p. 479-502, Oct. - Dec., 1986 [1949].

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REZENDE, Antonio Paulo. *História do movimento operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1817].

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.) *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

ROSTOW, W. W. A decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

_____. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SADER, Emir; SANTOS, Theotônio dos (Coords.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Orgs.). *A América Latina e os Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. *Introdução à Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SANTOS, Theotônio dos. A ideologia fascista no Brasil. *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 3, 1965.

_____. *Socialismo o fascismo: el dilema latino-americano*. Santiago: Prensa Latino-americana, 1969 [1968].

_____. *La crisis norteamericana y América Latina*. Buenos Aires: Periferia, 1972a [1971].

_____. *Dependencia y cambio social*. Santiago do Chile: CESO, 1972b [1970].

_____. *Socialismo o fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latino-americano*. Buenos Aires: Periferia, 1973a [1972].

_____. *Imperialismo y empresas multinacionales*. Buenos Aires: Galerna, 1973b.

_____. *Memorial*. Niterói, 1994. (mimeo)

_____. *A Teoria da Dependência – Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. A estrutura da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 30, p. 5-18, outubro de 2011 [1970].

SILVA, Antonio Ozai da. *História das tendências no Brasil*. São Paulo: Proposta Ed., 1987

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University, p. 29-67, 1988.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latino-americano y la teoría del desarrollo*. México: Siglo veintiuno, 2005 [1970].

THORP, Rosemary. As economias latino-americanas, 1939-c.1950. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina – A América Latina após 1930: Economia e Sociedade* – vol. VI. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 29-124.

TODARO, Michael P. *Economic Development in the Third World*. London: Longman, 1977.

TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VARGAS, Tatiana Prado. Particularidades da formação do capitalismo dependente brasileiro – O debate entre Cardoso e Marini. 2009. 111 f. Monografia.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo de trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, F. et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

WEFFORT, Francisco. Notas sobre la Teoria de la dependencia: ¿teoría de clases o enfoque nacional?. *Estudos CEBRAP*, n. 1, p. 23-105, 1971.

WOOD, Neal. The Social History of Political Theory. *Political Theory*, vol. 6, n. 3, p. 345-367, Aug, 1978.

Documento

Carta de Punta de Este - Estabelecimento da Aliança para o Progresso dentro da estrutura da Operação Pan-americana. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano IV, n. 16, 1991 [1961].

Anexo I – Obras de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos

Vânia Bambirra¹¹³

1. Livros

Diez años de Insurrección en America Latina. Santiago do Chile: Prensa Latino-americana, 1971; Milão: Mazotta, 1973.

El Capitalismo Dependiente Latino-americano. Santiago do Chile: Prensa Latino-americana, 1972; Milão: Feltrinelli, 1974; México: Siglo XXI, 1974.

La revolución cubana: una reinterpretación. Santiago do Chile: Prensa Latino-americana, 1973; México: Nuestro Tiempo, 1974; Coimbra (Portugal): Centelha, 1977; Tóquio: Otsuky Shoten, 1981.

Integración monopólica mundial e industrialización. Venezuela: Universidade Central de Caracas, 1974.

Teoría de la dependencia: una anticrítica. México: Era, 1977.

La estrategia y táctica socialistas: de Marx y Engels a Lenin. Em co-autoria com Theotônio dos Santos. México: Era, 2 tomos, 1980-81.

Cuba: vinte anos de cultura. São Paulo: Hucitec, 1983.

A teoria do socialismo nos clássicos marxistas. Para entender o socialismo real. Brasília: Ed. UnB, 1991.

2. Obras Coletivas

Régis Debray and the Latin American revolution. Organizado por Leo Huberman e Paul Sweezy. New York: Monthly Review Press, 1968; México: Nuestro Tiempo, 1969; Berlim: Verlag Wagenbach, 1970 (com pseudônimo de Cléa Silva).

Las relaciones de dependencia en America Latina: Bibliografía. Santiago do Chile: CESO, 1968.

¹¹³ Retirado do Memorial de Vânia Bambirra (BAMBIRRA, 1991).

Imperialismo y dependencia. Santiago do Chile: Cadernos do CESO, 1969.

América Latina: dependencia y subdesarrollo. Organizado por Antonio Murga e Guilherme Boils. São José da Costa Rica: Editorial Universitária Centroamericana, 1973.

Chilean Roads to Socialism. Organizado por Dale Jonhson. New York: Doubleday, 1973. (com pseudônimo de Clauris Fernández).

El control político del Cono Sur. Organizado pela Casa do Chile e pelo ILDES. México: Siglo XXI, 1978.

América Latina: História de Medio Siglo. Organizado por Pablo Gonzalez Casanova. México: Siglo XXI, 1978.

3. Artigos e Outros Materiais

Los errores de la teoría del foco. *Monthly Review – Selecciones en Castellano*, Santiago, Chile, n. 45, 1967. (com pseudônimo de Cléa Silva)

The errors of the foco theory. *Monthly Review*, july-august 1968, p. 28-35. (com pseudônimo Cléa Silva).

¿Capitalismo o Socialismo? Sobre el capitalismo monopólico de P.M. Sweezy y P.A. Baran. *Estudios Internacionales*, Santiago, Chile, 1969.

El Neo-Foquismo: La Nueva Teoria pequeño burguesa de la revolución. *Palmares*, Santiago, Chile, n. 1, (com pseudônimo Cléa Silva), s.d.

La revolución cultural y el marxismo. *Estudios Internacionales*, Santiago, Chile; *Trimestre Ideológico*, Caracas, 1970.

Hacia uma Tipología de la Dependencia – Industrialización y Estructura Socio-Económica. *CESO*, Universidade de Chile, Documento de Trabajo, Santiago, 1971.

La mujer como problema en la transición al socialismo. *Punto Final*, Caderno Especial, Santiago, Chile, 1971. Edições nos EUA, Itália e Alemanha.

Liberación de la mujer y lucha de clases. *Punto Final*, Caderno Especial, Santiago, Chile, 1972. Edições nos EUA e Itália.

Integración monopólica mundial e industrialización: sus contradicciones. *Sociedad y Desarrollo*, Santiago, Chile, 1972.

El Partido Comunista Chileno: ¿reforma o revolución?. *Punto Final*, Santiago, Chile, 1972 (com pseudônimo Clauris Fernandez).

El carácter de la Revolución. *Palmares*, Santiago, Chile, n. 2 e 3, s.d. (com pseudônimo Cléa Silva)

Sobre el nacionalismo en América Latina. *Problemas del Desarrollo*, México, n. 23, 1975.

Las tácticas de Lenin en la revolución rusa. *Cuadernos Políticos*, México, n. 14, 1977.

Socialismo y comunismo en Marx y Engels. *Controversia*, n. 3, Guadalajara, México, 1977.

Presente y perspectivas latino-americanas. *Anais do II Congresso Nacional de Economistas*, México, 1977.

Notas sobre el análisis de Palmiro Togliatti respecto del imperialismo y del fascismo. Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM, México, 1978.

The Situation of Latin American Women. *Two Thirds - A Journal of Underdevelopment Studies*, Canadian Newsletter Research on Women, Toronto, n. 3, 1978/1979.

Principales interpretaciones sobre la teoría del socialismo en los clásicos marxistas. Divisão de Estudos de Pós-Graduação, Faculdade de Economia, UNAM, México, 1979. (mimeo)

Rudolf Bahro y la disidencia: una nueva versión del revisionismo. *Boletín Bibliográfico de la Facultad de Economía*, México, 1980.

La Política Económica de la Revolución Cubana, 1959-1960. *Investigación Económica*, México, XXXIX – 152, abril-junho, 1980.

Os Programas dos Partidos Políticos no Brasil. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1981. (Folheto).

Favelas e Movimentos de Favelados no Rio de Janeiro. *Política e Administração*, Rio de Janeiro, n. 2, 1985.

O Estado no Brasil: de João Goulart a João Figueiredo. *Terra Firme*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, Ed. Cadernos do Terceiro Mundo, 1985.

Os Movimentos Sociais no Brasil: uma síntese – co-autoria com Theotônio dos Santos para o Projeto de Pesquisa patrocinado pela UNU, em convênio com o Instituto de Investigações Sociais, UNAM, México, sobre “Movimentos Sociais na América Latina”, 1986.

Cuba – 27 anos de socialismo. *A Democracia na América Latina*, I.F.C.S./UFRJ, Rio de Janeiro, 1986.

A Luta pelas 'Diretas' e a Constituinte no Brasil. Para o conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 1986.

O Capitalismo Dependente Latino-americano e sua Teoria Crítica: Uma Tentativa Preliminar de Balanço. FESP-Universidade das Nações Unidas. Ensaio apresentado como síntese da participação no curso de Pós-Graduação. “O Brasil e a América Latina no Sistema Internacional”, 1986.

Prefácio. In: BORDIN, Luigi. *O Marxismo e a Teologia da Libertação.* Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

Os movimentos Sociais e o Déficit Público. *Cadernos do REL*, UnB, 1990.

El TLC inicia una nueva era de la dependencia. *Problemas del Desarrollo*, vol. XXV, julio-septiembre de 1994, UNAM, México, DF.

Éxodo Rural y Éxodo Urbano: La lucha por la Reforma Agraria em Brasil. In: SEGRERA, Francisco López (ed.). *Los Retos de la Globalización – Ensayos en homenaje a Theotonio Dos Santos*, Tomo II. Venezuela: UNESCO, Caracas, Unidad Regional de Ciencias Sociales y Humanas para América Latina y el Caribe, 1998.

Ruy Mauro Marini¹¹⁴

1. Livros

Subdesarrollo y revolución. México D.F.: Siglo XXI, 1969, 1974 (5ª edición ampliada); Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975; Paris: François Maspero, 1972.

Dialéctica de la dependencia. México D.F.: Ediciones Era, 1973; Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1974; Lisboa: Centelha, 1975; Holanda: Nijegen, 1976; Buenos Aires: Ulmeiro, 1981.

El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile. México D.F.: Ediciones Era, 1976.

Análisis de los mecanismos de protección al salario en la esfera de la producción. México D.F.: Secretaría del Trabajo y Previsión Social - Unidad Coordinadora de Políticas, Estudios y Estadísticas del trabajo, 1983.

¹¹⁴ Dados retirados de TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João P. (org.) *Ruy Mauro Marini – vida e obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2005; e de MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización.* Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

América Latina: dependência e integração. São Paulo: Brasil: Urgente, 1992; Caracas: Nueva Sociedad, 1993.

La teoría social latino-americana. Tomo I - Los orígenes. Ruy Mauro Marini y Mária Millán (coord.). México D.F.: El Caballito, 1994.

La teoría social latino-americana. Tomo II - Subdesarrollo y dependencia. Ruy Mauro Marini y Mária Millán (coord.). México D.F.: El Caballito, 1994.

Teoría social latino-americana (textos escogidos). Tomo I - De los orígenes a la CEPAL; Tomo II - La teoría de la dependencia; Tomo III - La centralidad del marxismo. Ruy Mauro Marini y Mária Millán (coord.). México D.F.: El Caballito, 1994.

La teoría social latino-americana. Tomo III - La centralidad del marxismo. Ruy Mauro Marini y Mária Millán (coord.). México D.F.: UNAM/Ed. El Caballito, 1995.

La teoría social latino-americana. Tomo IV - Cuestiones contemporáneas. Ruy Mauro Marini y Mária Millán (coord.). México D.F.: UNAM/FCPyS/CELA, 1996.

2. Capítulos de libros

La sociología política. In: *Sociología del desarrollo latino-americano (una guía para su estudio).* México D.F.: UNAM, 1970, p. 158-188.

Lucha Armada y Lucha de Clases en Brasil. In: BAMBIRRA, Vânia (org.). *Diez años de insurrección en América Latina.* Santiago de Chile: Prensa Latino-americana, 1972.

Prólogo. In: BAMBIRRA, Vânia. *La Revolución Cubana: una reinterpretación.* Santiago de Chile: Prensa Latino-americana, 1973.

La reforma agraria en América Latina. In: *Acerca de la transición al socialismo.* Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1974, p. 109-117.

Reforma y revolución: una crítica a Lelio Basso. In: *Acerca de la transición al socialismo.* Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1974, p. 75-91; *Chile 1973: ni reforma, ni revolución.* Medellín: Editorial La Pulga, 1974, p. 151-170.

La política económica de la unidad Popular en Chile. In: *Chile 1973: ni reforma, ni revolución.* Medellín: Editorial La Pulga, 1974, p. 138-150.

El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Úrsula (ed.). *Mercado y dependencia.* México D.F.: Editorial Nueva Imagen, 1979, p. 37-55.

Revolution in Latin America during the 80's: Strategy and tactics. In: GILBERT, Jorge (ed.). *Social Movement, Social Change: The Re-making of Latin America*. Toronto: Two Thirds Editions, 1982, p. 91-110.

The Nicaraguan Revolution and the Central American Revolutionary Process. In: DIXON, Marlene; JONAS, Susanne (ed.). *Revolution and Intervention in Central America*. San Francisco: Synthesis Publications, 1983, p. 175-182.

La América Latina ante la crisis mundial. In: MÉNDEZ VOL. Sofía (comp.). *Lecturas 55: la crisis internacional y la América Latina*. México D.F.: Centro de investigación y Docencia Económicas/Fondo de Cultura Económica, 1984, p. 35-52.

Possibilidades e limites da Assembléia constituinte. In: *Constituinte e democracia no Brasil de hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 17-43.

Alianzas y compromisos en la democracia socialista. In: *Crisis y alternativas revolucionarias en América*. Montevideo: Editorial Compañero, 1987, p. 25-38.

La idea de la integración en América Latina. In: STEFFAN, Heinz Dieterich (coord. e ed.). *1492-1992: la interminable conquista, emancipación e identidad de América Latina*. México D.F.: Grupo Editorial Planeta, 1990, p. 239-256.

Acerca de la reforma del Estado en América Latina. In: *Estado, nuevo orden económico y democracia en América Latina*. Caracas: Asociación Latino-americana de Sociología/La Habana (ALAS)/Centro de Estudios sobre América/Editorial nueva Sociedad, 1992, p. 177-183.

La crisis del pensamiento latino-americano y el liberalismo. In: DE LA PEÑA, Fernando Carmona (coord.). *América Latina: hacia una nueva teorización*, t. 2: Ciclo internacional los Estados Unidos y América Latina: teoría y realidad de la crisis y la globalización, México D.F., instituto de investigaciones Económicas/u n a m, 1993, p. 13-39.

La lucha por la democracia en América Latina. In: GILBERT, Jorge (ed.). *Aftermath of the Military State in Latin America*. Washington: The Evergreen State College, 1990, p. 65-83; In: CUEVA, Agustín (comp.). *Ensayos sobre una polémica inconclusa: la transición a la democracia en América Latina*. México D.F.: Consejo nacional para la Cultura y las Artes (Colección Claves de América Latina), 1994, p. 85-101.

Las raíces del pensamiento latino-americano. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária Millán (coord.). *La teoría social latino-americana*. Tomo 1 - *Los orígenes*. México D.F.: El Caballito, 1994, p. 17-35.

La crisis del desarrollismo. In: MARINI, Ruy Mauro; MILÁN, Mária (coord.). *La teoría social latino-americana*. Tomo 2 - *Subdesarrollo y dependencia*. México D.F.: El Caballito, 1994, p. 135-154.

La década de 1970 revisitada. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (coord.). *La teoría social latino-americana*. Tomo 3: *La centralidad del marxismo*. México D.F.: El Caballito, 1994, p. 17-41.

Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (coord.). *La teoría social latino-americana*. Tomo 4 - *Cuestiones contemporáneas*. México D.F.: UNAM/FCPyS/CELA, 1996, p. 49-68.

El concepto de trabajo productivo: nota metodológica. In: SEGRERA, Francisco López (ed.). *Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotônio dos Santos*. Caracas: UNESCO, 1998, p. 153-163; Lima: Perumundo, 1999, p. 151-161.

3. Livros em co-autoria

Kritik des bürgelichen Anti Imperialismus. Berlín: Wagenbach, 1969.

Sociología del desarrollo económico (Una guía para su estudio). México: UNAM, 1970.

In nuovo marxismo latino-americano. Milão: Feltrinelli, 1970.

Diez años de insurrección en América Latina. Santiago, Chile: Prensa Latino-americana, 1971.

Transición al socialismo y experiencia chilena. Santiago, Chile: Prensa Latino-americana, 1972.

Tres ensayos sobre América Latina. Barcelona: Anagrama, 1973.

Acerca de la transición al socialismo. Buenos Aires: Periferia, 1974.

Lateinamerika: Faschismus oder Revolution. Berlín: Rotbuch Verlag, 1974.

Porque cayó Allende. Buenos Aires: Rodolfo Alonso, 1974.

Revolution und Konterrevolution in Chile. Analysen zu einem lehrstück. Darmstadt, Alemania: Luchterhand, 1974.

Las ciencias sociales en América Latina. México: UNAM, 1979.

Mercado y dependencia. México: Nueva Imagen, 1979,

Social Movement, Social Change: The Re Making of Latin America. Toronto, Canadá: Two Thirds, 1982.

Revolution and Intervention in Central America. San Francisco, EUA: Synthesis, 1982; 2ª edição revisada, 1983.

Teoría marxista de las clases sociales. México: Universidade Autônoma Metropolitana, 1983.

El proceso de trabajo en México. México: Universidade Autônoma Metropolitana, 1984.

La crisis internacional y la América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

El Estado militar. México: Universidade Autônoma Metropolitana, 1985.

Constituinte e democracia no Brasil hoje. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Crisis y alternativas de América Latina. Montevideo: Compañero, 1988.

Aftermath of the Military State in Latin America. Washington DC: The Evergreen College, 1990.

1492-1992: La interminable conquista. México: Joaquín Mortiz Planeta, 1990.

4. Artigos em revistas científicas

Brazilian Interdependence and Imperialist Integration. *Monthly Review*, vol. 17, n. 7, 1965.

La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil. *Cuadernos Americanos*, México D.F., año XXV, vol. CXLVI, no. 3, mayo-junio de 1966, p. 133-155.

Militarismo y desnuclearización en América Latina (con Olga Pellicer de Brody). *Foro Internacional*, n. 29, julio-septiembre de 1967, p. 1-24.

Les mouvements Étudiants en Amérique Latine. *Les Temps Modernes*, París, n° 291, 1970, p. 718-731; *Sintesis*, año 1, n. 1, marzo-abril de 1971, p. 7-15.

Brazilian Subimperialism. *Monthly Review*, vol. 9, n. 23, 1972.

La politique économique du gouvernement d'unité Populaire ou l'expression de l'hégémonie de la petite bourgeoisie dans 289 le processus chilien. *Critiques de L'Économie Politique*, París, n. 11-12, abril-septiembre de 1973, p. 237-245.

Dos estrategias en el proceso chileno. *Cuadernos Políticos*, México D.F., n. 1, 1974, p. 19-38; UNAM/FCPyS/CELA, México D.F., s.d.; *Les Temps Modernes*, París, n. 342, enero de 1975, p. 675-706; *Two Thirds: A Journal of Underdevelopment Studies*, Toronto, vol. 3, n. 1, 1981, p. 11-20.

Razón y sinrazón de la sociología marxista. *Revista Síntesis*, México D.F., n. 7, agosto de 1974, p. 16-20.

La reforma agraria en América Latina. *Cuadernos Agrarios*, UNAM/UACH/Universidad de Yucatán, México D.F., año 1, n. 4, octubre-diciembre de 1976, p. 14-19.

La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, México D.F., n° 12, abril-junio de 1977, p. 21-39; *UNAM/FCPyS/CELA* (Serie Avances de Investigación 24), México D.F., 1977; *Two Thirds: A Journal of Underdevelopment Studies*, Toronto, vol.1, n° 2, 1978, p. 29-47; *Revista Centroamericana de Sociología*, Postgrado Centroamericano en Economía y Planificación del Desarrollo, Universidad Nacional Autónoma de Honduras, Tegucigalpa, año 4, n. 12, septiembre-diciembre de 1983, p. 28-58.

Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos Políticos*, México D.F., n. 13, julio-septiembre de 1977, p. 76-84.

La universidad brasileña (con Paulo Speller). *Revista de la Educación Superior*, México D.F., vol. Vi, n°. 22, abril-junio de 1977, p. 48-73; *Latin American Research Unit* (Laru)/Brazilian Studies, Toronto, Working Paper 21, junio de 1977.

Las razones del neodesarrollismo. *Revista Mexicana de Sociología*, UNAM/instituto de investigaciones Sociales, México D.F., año XL, vol. XL, número extraordinario (E), 1978, p. 57-106; *Amerique Latine*, CETRAL-Centre de Recherche sur L'Amérique Latine et le Tiers Monde, París, n. 2, avril-june de 1980, p. 19-40.

La cuestión del fascismo en América Latina (debate con Pío-García, Agustín Cueva y Theotônio dos Santos). *Cuadernos Políticos*, México D.F., n. 18, octubre-diciembre de 1978, p. 13-33.

Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*, México D.F., no. 20, abril-junio de 1979, p. 19-39.

La cuestión del Estado en las luchas de clases en América Latina. *Cuadernos del CELA*, UNAM/FCPyS/CELA, México, 1980; *Contemporary Marxism*, Synthesis Publications, San Francisco, no. 1, 1980, p. 1-9; *Socialism in the World*, Beograd, no. 18, 1980, p. 42-60; *Latin America Magazine*, Oxford/Londres, no. 3, s.d., p. 1-7.

Fuerzas armadas y gran capital. *Cuadernos de Marcha*, México D.F., no. 9, septiembre-octubre de 1980, p. 5-10.

América Latina ante la crisis mundial. *El Economista Mexicano*, México D.F., vol. XV, no. 5, septiembre-octubre de 1981, p. 71-82; *Investigación Económica*, Facultad de Economía/UNAM, México D.F., vol. XL, no. 157, julio-septiembre de 1981, p. 273-292.

La revolución nicaragüense y el proceso revolucionario centroamericano. *Sociedad y Política*, Lima, año 3, no. 12, agosto de 1981, p. 57-65.

Proceso de trabajo, jornada laboral y condiciones técnicas de producción: estudio de caso (con Adrián Sotelo VOL. y Arnulfo Arteaga G.). *Cuadernos Cidamo*, México D.F., no. 4, 1981.

Polonia: el socialismo como problema. *Cidamo Internacional*, México D.F., no. 4, enero de 1982, p. 61-64.

Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile. *Cuadernos Cidamo*, México D.F., no. 7, 1982.

Crisis, cambio técnico y perspectivas del empleo. *Cuadernos Cidamo*, México D.F., no. 9, 1983.

La lucha por la democracia en América Latina. *Cuadernos Políticos*, México D.F., no. 44, julio-diciembre de 1985, 291 p. 3-11; *Terra Firme*, Río de Janeiro, año ii, no. 2, s.f., p. 31-39.

O movimento operário no Brasil. *Política e Administração - FESP*, Río de Janeiro, vol. 1, no. 2, julio-septiembre de 1985, p. 171-200; *Revista Homines - Nuestra América Latina*, Universidad Interamericana de Puerto Rico, t. 6, 1989, p. 149-173.

A nova democracia latino-americana. *Humanidades*, Brasilia, año iv, no. 13, mayo-julio de 1987, p. 5-11.

El experimento neoliberal en Brasil. *Nueva Sociedad*, Caracas, no. 121, septiembre-octubre de 1992, p. 113-123; *Redefiniciones*, UAM-X, México D.F., 1993.

The Paths of Latin American integration. *Social Justice*, San Francisco, vol.19, no. 4, 1992, p. 34-47; *Tareas*, Panamá, no. 83, enero-abril de 1993, p. 39-58.

O desafio da economia mundial. *Carta': falas, reflexões, memórias*. Informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro, Brasilia, no. 8, 1993, p. 13-28.

Dos notas sobre el socialismo. *Redefiniciones*, UAM-X, México D.F., año 1, no. 1, enero de 1994, p. 53-69; *Dialéctica Nueva Época*, Universidad Autónoma de Puebla, Puebla, año 18, no. 27, 1995, p. 54-78; *Lutas Sociais*, NEILS/Puc-SP, São Paulo, no. 5, 2º semestre de 1998, p. 107-123.

Latin America at the Crossroads. *Latin American Perspectives*, Sage Publications, vol. 21, no. 1, issue 80, 1994, p. 99-114.

Liberalismo y democracia: la reforma constitucional en Brasil. *Estudios Latino-americanos*, UNAM/ FCPyS/CELA, México D.F., no. 4, julio-diciembre de 1995, p. 91-114.

5. *Memória*, 1991. Ruy Mauro Marini – Escritos. Disponível em: www.marini-escritos.unam.mx/index.htm. Acessado em: 23 de janeiro de 2012.

Theotônio dos Santos¹¹⁵

1. Livros próprios e livros em co-autoria

A Construção. Belo Horizonte, MG: Complemento, 1957. vol. 1

Quais são os Inimigos do Povo?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

La Izquierda Brasileña: Historia y Perspectiva. Concepción, Chile: Universidad de Concepción, 1966.

La Clase Dominante Brasileña. Concepción, Chile: Universidad de Concepción, 1966.

El Nuevo Carácter de la Dependencia. Santiago, Chile: CESO, 1968. Edições na Argentina, Peru, Equador e Venezuela e várias edições não autorizadas.

Latin-America - Reform or Revolution. Nova York: Ed. Fawcett, 1969. vol.1

Socialismo o Fascismo: el Dilema Latino-americano. Santiago, Chile: PLA, 1969. Edições na Argentina e Venezuela.

La Nueva Dependencia em América Latina. Lima: Ed. Moncloa, 1970. vol. 1.

El Concepto de Clases Sociales. Santiago, Chile: PLA, 1970. Edições na Argentina, Bolívia, México, etc. Ed. Vozes, Brasil.

Il Nuovo Marxismo Latino-americano. Roma: Ed. Feltrinelli, 1971. vol. 1.

La Dependencia Económica y Política en América Latina. Cidade do México: Ed. Siglo XXI, 1971. vol. 1.

¹¹⁵ Retirado do Memorial de Theotônio dos Santos, 1994 e de seu currículo *lattes*, disponível no sítio: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4783149H1&tipo=completo&idiomaExibicao=1>

La Crisis Norte Americana y América Latina. Santiago, Chile: PLA, 1971. Edições na Colômbia, Argentina e Venezuela.

Imperialismus und Strukturelle Gewalt Analysen über Aghägige Reproduktion. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1972. vol. 1.

Sociologie de L'Imperialisme. Paris: Anthropos, 1972. vol. 1.

Economia Política del Imperialismo. Buenos Aires: Ed. Periferia, 1972. vol. 1.

Dependencia y Cambio Social. Chile: CESO, 1972. Edições na Argentina e Venezuela.

Socialismo o Fascismo: el Nuevo Carácter de la Dependencia y el Dilema Latinoamericano. Chile: Ed. PLA, 1972. Edições na Argentina, México e Itália.

Problemas del Subdesarrollo Latinoamericano. Cidade do México: Ed. Nuestro Tiempo, 1973. vol. 1.

Transición al Socialismo y Experiencia Chilena. Santiago: Ed. PLA, 1973. vol. 1.

Underdevelopment in Historical Perspective. Londres: Penguin Books, 1973. vol. 1.

Tendências del Capitalismo Contemporáneo. Santiago, Chile: Ed. do CESO, 1973.

Imperialismo y Corporaciones Multinacionales. Chile: Ed. PLA, 1973. Edições na Argentina, Venezuela, Portugal e Brasil.

La Crisi del Capitale e Processo Rivolucionario. Milão, Itália: Mazota Editore, 1973.

Latin America: The Struggle with Dependency and Beyond. Nova York: John Willey & Sons, 1974. vol. 1.

En Torno al Capitalismo Latinoamericano. Cidade do México: IIE-UNAM, 1975. vol. 1.

El Gobierno de Allende y la Lucha por el Socialismo en Chile. Cidade do México: IIEE - UNAM, 1976. vol. 1.

La Crisis Capitalista: Carácter y Perspectiva. Ciudad de Mexico, México: Ed. SEPLA, 1977.

Mise au Point sur la Théorie de la Dépendence. Ottawa, Canadá: Université de Ottawa, 1977.

La Revolución Científico-Técnica - Tendencias y Perspectivas. Ciudad de Mexico, México: Facultad de Economía, UNAM, 1977.

Carter e a Trilateral. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978. vol. 1.

El Control Político en el Cono Sur. Cidade do México: Ed. Siglo XXI, 1978. vol. 1, em co-autoria com Vânia Bambirra.

América Latina: Historia de Medio Siglo – vol. I - América del Sur. Cidade do México: Ed. Siglo XXI, 1978. vol. 1, em co-autoria com Vânia Bambirra.

Notas sobre la Teoría del Desarrollo, la Dependencia y la Revolución, Algunas Reflexiones Metodológicas y Historicas. Ciudad de Mexico, México: Ed. SEPLA, 1978.

La Crisis del Imperialismo y la Política Externa Norte-Americana, Como Entender a Jimmy Carter. Ciudad de Mexico, México: Ed. de Cultura Popular, 1978.

Brasil: La Evolución Histórica y la Crisis del Milagro Economico. México: Nueva Imagen, 1978.

Imperialismo y Dependencia. México: Era, 1978. Edição em japonês, Ed. Tsuge Shobo, Tóquio, em chinês: Academia de Ciências Sociais.

Iglesia y Estado en América Latina. Cidade do México: SEPLA, 1979.

Lecturas sobre Economía Internacional II - Teoría del Imperialismo, La Dependencia y su Evidencia Histórica. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

Brasil: Crisis Economica y Transición Democrática. México: Cuadernos del SEPLA, 1979.

La Estrategia y Táctica Socialistas, de Marx y Engels a Lenin. México: Era, em co-autoria com Vânia Bambirra, 2 volumes.

Neue Technik und Socialismus. Berlim: Argument Verlag, 1982.

La Crisis sin Salida. Caracas: ILDES - CENDES, 1982.

Teoría Marxista de las Clases Sociales. Cidade de México: Cuadernos Teoría y Sociedad - UNAM, 1983. vol. 1.

Latinska America - Nerazvijenost; Refolucija. Belgrado: Prosveta, 1983.

Teorias do Capitalismo Contemporâneo. Belo Horizonte: Vega, 1983.

Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1983.

La Crisis del Capitalismo. Teoría y Práctica. Cidade do México: Ed. Siglo XXI, 1984.

Talleres de Estudios Latino-americanos de las Ciencias y la Tecnología. Caracas: Cocinit - OEA - CENDES, 1984.

Cultura y Creación Intelectual en América Latina. Cidade do México: Ed. Siglo XXI, 1984.

Socialismus in 21. Jahrhundert, Band I. Berlim: Argument Verlag, 1985.

Constituinte no Brasil Hoje. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

Forças Produtivas e Relações de Produção. Petrópolis: Vozes, 1985

Los Movimientos Sociales ante la Crisis. Buenos Aires: CLACSO, 1986.

O Caminho Brasileiro para o Socialismo. Petrópolis: Vozes, 1986

Revolução Científico-Técnica e Acumulação de Capital. Petrópolis: Vozes, 1987.

La Crisis Internacional del Capitalismo y los Nuevos Modelos de Desarrollo. Buenos Aires: Contrapunto, 1987.

Latin America - Peace, Democratization and Economic Crisis. Londres: Zed Books, 1988.

Prospectiva Científica y Tecnológica en America Latina - Intercambio de Experiencias CEE y America Latina. Cidade do México: Editora de la UNAM, 1989.

Educação Internacional, Paz e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, 1989.

Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável - As novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. Petrópolis: Vozes, RJ, 1993.

Território: Globalização e Fragmentação. São Paulo: ANPUR, 1994.

A Revolução Científico-Técnica, A Divisão Internacional do Trabalho e o Sistema Econômico Mundial. Vitória, ES: Cadernos ANGE, 1994.

Memorial. Niterói, RJ: UFF, 1994.

Os Elos Perdidos de uma Teoria Elegante. Tese apresentada para concorrer ao concurso para Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: UFF, 1994.

Grupos Financeiros e Déficit público. Rio de Janeiro: Texto didático – FESP, 1994.

Evolução Histórica do Brasil - Da Colônia à Crise da Nova República. Petrópolis: Vozes, 1995.

The Underdevelopment of Development. Sage Publications, 1996.

Estado, Economia Pública e Regulação, Ensaios de Bruno Théret. Brasília, DF: Editora Universa, 1998.

La Crisis Financiera: Mercado Sin Fronteras. Cidade do México: El Cabalito - UNAM, IIE, 1998.

Los Retos de la Globalización: Ensayos en Homenaje a Theotonio dos Santos - 2 Tomos. Caracas: UNESCO - Unidad Regional de Ciencias Sociales y Humanas para América Latina y el Caribe, 1998. vol. 2.

O Novo Projeto Histórico das Maiorias. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1999.

La Globalización de la Economía. Cidade do México: Miguel Ángel Porrúa Grupo Editorial, 1999.

O Marxismo na América Latina. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

DOS SANTOS, Theotonio (Org.) ; MARINI, Ruy Mauro (Org.) . *El Pensamiento Social Latino-americano en el Siglo XX. Tomos I e II*. Caracas: UNESCO Caracas, 1999. vol. 1.

A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI . Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

De la Dependencia al Sistema Mundial, Balance y Perspectiva. Ciudad de Mexico, México: Universidade Nacional Autónoma de México, 1999.

A Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

América Latina no Limiar do Século XXI. Niterói: Ed. UFF, 2000.

Encimas 2000. Lima: Magisterial, 2000.

O Rio Pensa o Brasil – Ciclo de debates – Parte I – 1999. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001.

La Teoria de la Dependencia: Balance y Perspectivas. Ciudad de Mexico, México: Plaza y Janés, 2002.

Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: FGV - EBAPE, 2002.

Globalização e Mundialização. Rio de Janeiro: FGV - EBAPE, 2002.

DOS SANTOS, Theotonio (Org.). *Coleção Hegemonia e Contra-Hegemonia: Os Impasses da Globalização* (vol.1). 01. ed. Rio de Janeiro: Editora Loyola - PUC, 2003.

Do Terror à Esperança - Auge e declínio do neoliberalismo. 1. ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

DOS SANTOS, Theotonio (Org.); MARTINS, Carlos Eduardo da Rosa (Org.); SÁ, Fernando (Org.); BRUCKMANN, Mónica (Org.). *Coleção Hegemonia e Contra-Hegemonia: Globalização - Dimensões e Alternativas* (vol. 2). 1. ed. São Paulo: Edições Loyola e PUC, 2004.

DOS SANTOS, Theotonio (Org.); MARTINS, Carlos Eduardo da Rosa (Org.); SÁ, Fernando (Org.); BRUCKMANN, Mónica (Org.). *Coleção Hegemonia e Contra-Hegemonia: Globalização e Regionalização* (vol. 3). 1. ed. São Paulo: Edições Loyola e PUC, 2004.

Economía Mundial La Integración Latinoamerica. 1. ed. México: Plaza Janés, 2004.

DOS SANTOS, Theotonio (Org.); MARTINS, Carlos Eduardo (Org.); SÁ, Fernando (Org.); BRUCKMANN, Mónica (Org.). *Coleção Hegemonia e Contra Hegemonia: Globalização e Integração das Américas* (vol. 4). 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DOS SANTOS, Theotonio (Org.); XIAN, Gao (Org.) ; SHUGUANG, Xie (Org.) . *Hegemony and Counter Hegemony - The Globalization - Constrains and Process of Regionalization*. 1. ed. Pequim: CASS PRESS, 2005.

Del Terror a la Esperanza - Auge y Decadencia del Neoliberalismo. 1. ed. Caracas: Monte Ávila Editores Latino-americana, 2007.

DOS SANTOS, Theotonio (Org.); MARTINS, Carlos Eduardo (Org.); BRUCKMANN, Monica (Org.). *Países emergentes e os novos caminhos da modernidade*. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2008.

DOS SANTOS, Theotonio (Org.); MARTINS, Carlos Eduardo (Org.); VALENCIA, A. Sotelo (Org.); SADER, Emir (Org.) . *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro; São Paulo: PUC-Rio; Boitempo, 2009.

2. Artigos publicados em revistas científicas

A Crise de Agosto: Ensaio de Interpretação. *Revista Brasiliense*, n. 38, São Paulo, nov./dez, 1961.

O Movimento Operário no Brasil. *Revista Brasiliense*, n. 39, São Paulo, jan./fev, 1962.

Jânio Quadros: um discurso. *Revista Brasiliense*, São Paulo, 1963.

A Ideologia Fascista no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, n. 3, Rio de Janeiro, jan./jul, 1965.

El Concepto de Clases Sociales. *Revista Atenea*, Santiago, Chile, 1977, p. 1-36; publicado na *Revista de Ciencias Sociales*, Caracas, Venezuela em 1969, e em *Science & Society*, Nova York, EUA, em 1970.

Gran Empresa y Estructura del Poder. *Revista de la Universidad de Concepción*, Chile, 1968.

La Crise de la Théorie du Développement et les Relations de Dependance en Amérique Latine. *L'Homme et la Société*, n. 12, Paris, abril/jun., 1969, p. 43-68.

Dependencia Económica y Alternativas de Cambio en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. XXXII, marzo/abril, 1970, p. 417-463.

The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, maio, 1970, p. 231-236.

Chile: La Unidad Popular. *Revista Libre*, n. 1, Paris, set./nov., 1971, p. 153-164.

El Capitalismo Colonial según André Gunder Frank. *Monthly Review*, Ediciones en Castellano, ano V, n. 52, novembro, 1972.

Las Contradicciones del Imperialismo Contemporáneo. *Sociedad y Desarrollo*, Santiago, n. 1, jan./maio, 1972. Republicado em inglês em *Social Praxis*, n. 1, Toronto, 1974, p. 202-240.

La Lucha Legal y la Estrategia Revolucionaria de Masa según Engels. *Sociedad y Desarrollo*, n. 3, jul./set., p. 157-172, 1972.

Sobre el Proceso Revolucionario Chileno. *Trimestre Ideológico*, n. 15, Caracas, abril/jun., 1973, p. 23-54.

La Unidad Popular Chilena y el Contexto Teórico y Histórico Latino-americano. *Problemas del Desarrollo*, n. 16, México, 1973, p. 31-48.

Les Sociétés Multinationales: une Mise au Pont Marxiste. *L'Homme et la Société*, jul./dez, 1974, p. 3-36. Publicado também em *Economia y Ciencias Sociales*, Caracas, ano XV, n. 1 a 4, p. 748.

El Capitalismo Contemporáneo según los Clásicos Marxistas. *Investigación Económica*, n. 132, México, out./dez, 1974, p. 665-690.

Concentración y Monopolio en Estados Unidos: notas sobre el movimiento antitrust. *Problemas del Desarrollo*, n. 18, México, maio/julho, 1974, p. 7-10.

América Latina en la Coyuntura Internacional. *Cuadernos de la Universidad de Guayaquil*, Ecuador, 1974; *Anales de la VI Conferencia de Escuelas de Economía y Facultades de Economía de América Latina - UDUAL*, México, 1977.

Concentración Tecnológica, Excedente e Inversión. *Problemas del Desarrollo*, n. 22, 1975, p. 31-58.

Estados Unidos y la Economía de América Latina. *Los Universitarios*, n. 62-63, México, 15-31, dezembro, 1975, p. 10-11.

The Crisis of Contemporary Capitalism. *Latin American Perspectives*, vol. III, n. 2, issue 9, primavera, 1976, p. 84-99.

La Crisis del Milagro Económico Brasileño. *Factor Económico*, n. 6-7, México, abril/maio, 1976, p. 41-54.

La Coyuntura Internacional y sus Efectos en América Latina. *Investigación Económica*, nova fase, n. 1, jan./mar., 1977, em colaboração com Álvaro Briones.

El Milagro Brasileño y su Crisis. *Comercio Exterior*, México, 1977; *América Latina*, Moscou; *NACLA'S Report*, São Francisco; *LARU*, Toronto; *Nuova Rivista Internazionale*, Roma; *Economia e Socialismo*, Lisboa; *Kobe Gakuin Hogaku* (The Law and Politics Review), vol. 9, n. 4, abril, 1979, Kobe, Japão.

Socialismo y Fascismo en América Latina Hoy. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. XXXIX, n. 1, México, jan./mar., 1977; *Socialism in the World*, n. 2. Belgrado; *Insurgent Sociologist*, Eugene, Oregon; *Economia e Socialismo*, Lisboa.

La Crisis de la Dictadura Brasileña. *Socialism in the World*, Belgrado, 1978.

Transferencia Tecnológica y Dependencia Económica. *Tiers Monde*, Paris, 1978; *Economia e Socialismo*, Lisboa, n. 24, março; *Ciencia y Tecnología*, n. 2 (01), Costa Rica; *Economia e Desenvolvimento*, n. 1, 1981, São Paulo.

La Deuda Externa y sus Razones Estructurales. *Annual Register of Political Economy*, Milão, 1978; *Economia e Socialismo*, Lisboa; *Comercio Exterior*, México; *Política e Administração*, n. 1, Rio de Janeiro.

The Multinational Corporation: Cell of Contemporary Capitalism. *LARU Studies*, vol. II, n. 2, fev., 1978.

Public Opinion and the Conception of Peace. *International Institute for Peace*, Viena, n. 4, 1978.

La Crisis Internacional del Capitalismo: Balance y Perspectivas. *Nueva Democracia*, n. 42, Caracas, 1979; *Civilização Brasileira*, n. 20, Rio de Janeiro; *Socialism in the World*, n. 42, Belgrado, 1984.

La Dimensión Tecnológica en la Reestructuración del Capitalismo Contemporáneo. *Comercio Exterior*, México, dezembro, 1979; *Socialism in the World*, ex-Iugoslávia, 1982.

La Viabilidad del Capitalismo Dependente y la Democracia, América Latina. *Análisis y Perspectiva*, n. 1, México, 1979; *Socialism in the World*, n. 16, Belgrado.

Debate sobre el Fascismo en América Latina. *Cuadernos Políticos*, México, 1979.

La Política de Carter en Brasil. *Estados Unidos, Cuadernos Semestrales*, CIDE, México, 1979, em co-autoria com Herbert de Souza.

Cultura e Ideologia nos Países Dependentes. Para a *Reunião da UNESCO sobre Cultura no Terceiro Mundo*, 1980.

Economic Crises and Democratic Transition in Brazil. *Contemporary Marxism*, n. 1, São Francisco, 1980.

Intervenção em “Karl Marx and Development of Marxism and Socialism”. *Socialism in the World*, n. 40, Belgrado, 1984.

Intervenção em “Is There a Crisis of Marxism or Not?”. *Socialism in the World*, n. 41, Belgrado, 1984.

A Crise e os Movimentos Sociais no Brasil. *Política e Administração*, n. 2, Rio de Janeiro, 1985.

A Crise Internacional do Capitalismo. *Terra Firme*, n. 1, Rio de Janeiro, 1985; *Economia e Socialismo*, Lisboa, 1984.

A Crise Atual e sua Dimensão Tecnológica. *Textos para Discussão*, FESP, Rio de Janeiro, 1985; *Nuevo Proyecto*, n. 1, Buenos Aires; *Ciencia, Tecnologia y Desarrollo*, vol. 9, n. 1, Bogotá.

Lo Concreto de un Modelo Puro. *Nueva Democracia*, Caracas, 1985.

Brasil: El Modelo Económico de 1964 y sus Implicaciones. *Perspectivas*, Paris, 1985.

Educação para a Paz na América Latina. *FESP*, 1985, em co-autoria com Gustavo Sénégal Goffredo.

La Estructura del Poder Mundial. *Nuevo Proyecto*, n. 2, Buenos Aires, 1986; *Socialism in the World*, n. 46, Belgrado; *Socialism u Svetu*, idem, em servo-croata.

Socialismo: Movimento, Ideal e Prática Histórica no Limiar do Século XXI. *Ensaio*, n. 15-16, São Paulo, 1986; *Socialism in the World*, n. 53, Belgrado.

Desarrollo Cultural y Científico: Relaciones e Interrelaciones. *Temas*, n. 9, Havana, 1986.

Brasil: Marchas y Contramarchas en la Construcción de una Alternativa. Pronto, La Edad Madura. *Crisis*, Buenos Aires, n. 41, abril, 1986.

Mesa Redonda: A Estratégia da Revolução Brasileira. *Crítica Marxista*, n. 1, São Paulo, 1986.

O Processo de Trabalho no Modo de Produção Capitalista e a Questão da Profissionalização. *Cadernos CEDES*, n. 20, São Paulo, 1988.

Impasse: O Combate Pacífico pela Sobrevivência. *Humanidades*, n. 18, ano V, Brasília, 1988.

Integração Latino-americana: Forças Políticas em Choque, Experiências e Perspectivas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 1, n. 1. Brasília, 1989.

A Revolução Científico-Técnica e a Nova Divisão Internacional do Trabalho. *The Ritsumeikan Journal of International Studies*, vol. 3, n. 1, 1990.

Reflexões sobre uma Civilização Planetária. *Revista Griot* (em japonês), vol. 1, Tóquio, 1991.

O Auge da Economia Mundial de 1983 a 1989 e as Ilusões do Neo-Liberalismo. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 117, jan./fev, 1992, p. 20-28.

The Future of Geopolitical Alignements. *The Ritsumeikan Journal of International Relations*, vol. 4, n. 3, março, 1992, p. 1-32 .

Latin American Integration is Advancing. *Griot*, n. 3, Tóquio, 1992 (em japonês).

Modernidade e Neo-Liberalismo: Uma Falácia. *CIDE*, jul./set., RJ, 1992, p. 13-15.

Homenagem ao Grande Precursor da Rio 92: O Brasileiro Universal Josué de Castro. *Eco-Rio*, ano 1, n. 7, 1992, p. 10-11.

O Nascimento de uma Civilização Planetária. *Eco-Rio*, ano 1, n. 9, 1992, p. 11-12.

A Relação entre os Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento não pode ser Cortada. Entrevista à revista *World Affairs*, Beijing, n. 4, 1993, p. 30.

China: A Nova Potência Econômica. *Cadernos do Terceiro Mundo*, março, n. 159, 1993, p. 4.

Globalização e Regionalização na Economia Mundial. *Análise Conjuntural*, maio, 1993, p. 78.

Globalización Financiera y Estrategias de Desarrollo. *Nueva Sociedad*, julho-agosto, n. 126, 1993, p. 98.

As Ilusões do Neoliberalismo. *Carta 1 - Falas, Reflexões, Memórias*, informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro, n. 8, 1993, p. 29.

No Fundo do Poço. *Cadernos do Terceiro Mundo*, novembro, n. 167, 1993, p. 29.

Brazil's Controlled Purge: The Impeachment of Fernando Collor. *NACLA - Report on the Americas*, n. 27, Estados Unidos, nov/dez, 1993, p. 17.

O Estado é o Grande Empregador. *Cadernos do Terceiro Mundo*, n. 174, Rio de Janeiro, junho, 1994 p. 25-29, Rio.

La Situación Socioeconómica en América Latina y su Reflejo sobre los Gobiernos Locales y las ONGs. *La Piragua - Revista Latino-americana de Educación y Política*, Chile, n. 8, 1º semestre 1994, em co-autoria com Isabel C. Eiras de Oliveira.

Modernidad y Neoliberalismo: Una Falacia. *Bitácora, Revista del Cydes*, Lima, n. 1, jan./jun. 1994

Reflexões críticas sobre o Modelo Econômico da Ditadura Militar. *Cartas*, n. 11, Brasília, 1994.

Nova etapa de uma velha polêmica Fernando Henrique Cardoso e a Teoria da Dependência. *Política e Administração*, n. 4, Rio de Janeiro, 1994.

Estados, Empresa e Movimentos Sociais na Economia Mundial. *Política e Administração*, n.1 (nova fase), Rio de Janeiro, 1994, p. 13 a 17.

A Ideologia da Administração Pública. *Política e Administração*, vol. 2 e 3, Rio de Janeiro, 1994, p. 68.